

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

FÁBIO DUMMER VAZ

**OS EFEITOS DAS TENTATIVAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA
DEMOCRACIA NIGERIANA**

**Santana do Livramento
2021**

FÁBIO DUMMER VAZ

**OS EFEITOS DAS TENTATIVAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA
DEMOCRACIA NIGERIANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Pedro Meinero

**Santana do Livramento
2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

V393e Vaz, Fábio Dummer

Os efeitos das tentativas de institucionalização da
democracia nigeriana / Fábio Dummer Vaz.

109 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2021.

"Orientação: Fernando Pedro Meinero".

1. Burocracia. 2. Conflito. 3. Globalização. 4.
Infraestrutura. 5. Identidade. I. Título.

FÁBIO DUMMER VAZ

**OS EFEITOS DAS TENTATIVAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA
DEMOCRACIA NIGERIANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 03 de maio de 2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fernando Pedro Meinero
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Dr. Rafael Balardim
UNIPAMPA

Prof. Dr. Rafael Vitória Schmidt
UNIPAMPA

Dedico ao meu pai, Volni, pelo homem doce e gentil que era aos meus olhos.

AGRADECIMENTO

Agradeço à minha mãe e ao meu tio, Nilda e João, por todo o incentivo à minha educação.

“Se o coração deve sempre colocar questões, cabe sempre ao espírito resolvê-las”.

(Auguste Comte)

RESUMO

O convívio em sociedade é cada vez mais presente, as relações precisam ser administradas pelas representações nas formas da lei através do acordo com a vida social dentro dos Estados. Para isso, também é necessário o suprimento do mínimo para se viver e sentir-se seguro. Na teoria aplicada, é preciso compreender o desenvolvimento e atual estágio da democracia e do capitalismo baseado num método de análise que valoriza o ser humano como ator social e as possíveis atitudes tomadas em grupo, dada a realidade apresentada. Isso porque depois de mudanças, haverá ainda mais alterações que perdurarão por anos — devido à cultura adquirida por trocas com outras regiões. Este trabalho tenta explicitar como esses fatores atuam sobre a administração, observando as ações sociais no caso e experiência da República Federal da Nigéria. Além da descrição de eventos históricos, a pesquisa procura aprofundar em causas e efeitos dos fenômenos que envolvem a democracia nigeriana. Desta maneira, serão averiguados problema e objetivo geral: avaliar se a população sente os benefícios advindos da abertura política ou se a segregação do século XX é mantida. A comparação com o passado social Europeu é fundamental — sobre a formação, a desinformação política e as expectativas frustradas de grupos. Assim, serão tratados os objetivos específicos: analisar fatores condicionantes para a construção de mecanismos jurídico-institucionais próprios de democracias liberais ocidentais em países com estrutura social fortemente baseada na tradição; aprofundar-se na dinâmica histórica nigeriana com relação ao surgimento das instituições democráticas após a independência; examinar o estado dos principais problemas sociais atuais nigerianos que obstruem o florescimento e a estabilidade da economia estatal, munido da teoria; avaliar os principais arranjos institucionais derivados da sua abertura democrática desde 1999, sejam nacionais, regionais ou internacionais; e verificar quantitativamente quais foram os resultados obtidos das políticas adotadas até agora no que concerne a desenvolvimento humano e crescimento econômico.

Palavras-chave: Burocracia. Conflito. Globalização. Infraestrutura. Identidade.

ABSTRACT

The coexistence in society is increasingly present, the relations must be managed by the representations in the forms of the law through the agreement with the social life within the States. For this, it is also necessary to supply the minimum to live and feel safe. In the applied theory, it is necessary to understand the development and the current stage of democracy and capitalism based on an analysis method that values the human being as a social actor and the possible group attitudes, given the presented reality. This is because after changes, there are even more that will last for years — due to the culture acquired by exchanges with other regions. This work tries to explain how these factors act on an administration, observing the social actions in the case and experience of the Federal Republic of Nigeria. In addition to the description of historical events, the research seeks to deepen into causes and effects of the phenomena that involve the Nigerian democracy. In this way, the problem and general objective will be ascertained: to assess whether the population feels the benefits from political openness or the segregation of the 20th century is maintained. A comparison with the European social past is essential — about formation, political misinformation and the frustrated expectations of groups. Thus, the specific objectives will be addressed: the analysis of conditioning factors for the construction of institutional legal mechanisms typical of Western liberal democracies in countries with a social structure strongly based on tradition; to deepen in the Nigerian historical dynamics in relation to the emergence of democratic institutions after independence; to examine the state of the main current Nigerian social problems that hinder the flourishing and stability of the State economy, with the theory in hands; to evaluate the main institutional arrangements derived from its democratic opening since 1999, whether national, regional or international; and to verify quantitatively what were the results obtained from the policies adopted so far with regard to human development and economic growth.

Keywords: Bureaucracy. Conflict. Globalization. Infrastructure. Identity.

LISTA DE SIGLAS

ABN	Association for Better Nigeria
AD	Alliance for Democracy
AfCFTA	African Continental Free Trade Area
AG	Action Group
APP	All Peoples Party
BM	Banco Mundial
BOYES	Borno Youths Empowerment Scheme
CAADP	Comprehensive Africa Agriculture Development Programme
CD	Campaign for Democracy
CDC	Constitution Drafting Committee
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CJTF	Civilian Joint Task Force
CNC	Congress for National Consensus
CRC	Constitution Review Committee
DPN	Democratic Party of Nigeria
ERGP	Economic Recovery and Growth Plan
FMG	Federal Military Government
FMI	Fundo Monetário Internacional
GDM	Grassroots Democratic Movement
GIFMIS	Government Integrated Financial Management Information System
GNPP	Great Nigeria Peoples Party
GSM	Global System for Mobile Communications
HIV	Human Immunodeficiency Virus
HRP	Nigeria Humanitarian Response Plan
HRVIC	Human Rights Violations Investigation Commission
HYPREP	Hydrocarbon Pollution Restoration Project
IDPs	Internally Displaced Persons
IFRS	International Financial Reporting Standards
INEC	Independent National Electoral Commission
ING	Interim National Government
IPPIS	Integrated Payroll and Personnel Information System
LGAs	Local Government Areas

MEND	Movement for the Emancipation of the Niger Delta
MNDA	Ministry of Niger Delta Affairs
MOSOP	Movement for the Survival of the Ogoni People
NACYAN	National Council of Youth Associations of Nigeria
NADECO	National Democratic Coalition
NCC	National Constitutional Conference
NCNC	National Council of Nigeria and the Cameroons
NCPN	National Conscience Party of Nigeria
NDDC	Niger Delta Development Commission
NEC	National Electoral Commission
NECON	Electoral Commission of Nigeria
NEPA	National Electric Power Authority
NHF	Nigeria Humanitarian Fund
NIPC	Nigerian Investment Promotion Commission
NNDP	Nigerian National Democratic Party
NNPC	Nigerian National Petroleum Corporation
NOSDRA	National Oil Spills Detection and Response Agency
NPC	Northern People's Congress
NPN	National Party of Nigeria
NPP	Nigeria Peoples Party
NRC	National Republican Convention
OCHA	UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs
ONGs	Organizações Não Governamentais
PDP	Peoples Democratic Party
PEBEC	Presidential Enabling Business Environment Council
PIB	Produto Interno Bruto
PRP	Peoples Redemption Party
SDG	Sustainable Development Goal
SDP	Social Democratic Party
SNC	Sovereign National Conference
TSA	Treasury Single Account
UN	United Nations
UNCP	United Nigeria Congress Party
UPN	Unity Party of Nigeria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 FUNDAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS AGRUPAMENTOS HUMANOS.....	16
2.1 MÉTODO	16
2.2 RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE MAIS SIMPLES.....	17
2.3 EXEMPLO EUROPEU	20
2.4 EDUCAÇÃO NO CONTROLE SOCIAL DE COMUNIDADES POLÍTICAS.....	24
2.5 FORMA DEMOCRÁTICA DE GOVERNO.....	29
2.6 CONCORRÊNCIA PELO CAPITAL E SEUS EFEITOS.....	32
3 FATORES IMPORTANTES PARA A FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA NIGERIANA	37
3.1 NIGÉRIA MULTI-ÉTNICA NA GLOBALIZAÇÃO.....	37
3.2 ATUAÇÃO MILITAR NAS TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	44
3.2.1 Clivagem social	44
3.2.2 1975-1979: generais Murtala Muhammed e Olusegun Obasanjo.....	47
3.2.3 1985-1993: general Ibrahim Babangida	48
3.2.4 1993-1998: general Sani Abacha	49
3.2.5 O legado militar à democracia nigeriana	51
3.3 PRESSÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA QUARTA TRANSIÇÃO.....	54
3.3.1 Pressões econômicas	55
3.3.1.1 Opções disponíveis	55
3.3.1.2 Renda	57
3.3.2 Pressões políticas.....	59
3.3.2.1 Governança.....	59
3.3.2.2 Políticas nacionais que falharam	63
3.3.2.3 Identidade nigeriana	67
4 MAIORES RESTRIÇÕES ATUAIS QUE REFLETEM NA ECONOMIA	71
4.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E FORÇA MILITAR.....	71
4.1.1 Hierarquia demandada	71
4.1.2 O que foi feito.....	74

4.1.3 A ser feito	77
4.2 DELTA DO NÍGER.....	78
4.3 CRISE DO NORDESTE.....	80
4.3.1 Contexto geral	80
4.3.2 Resposta à crise	81
4.3.3 Mulheres muçulmanas	84
4.3.4 Aos afetados	85
4.4 AGRICULTURA.....	86
4.4.1 A realidade no Cinturão Médio	86
4.4.2 A solidariedade no setor agrícola	88
4.4.3 As terras e a sua produção	89
5 INDICADORES DAS POLÍTICAS ESTATAIS	92
5.1 GOVERNO	92
5.1.1 Resultados positivos da Quarta República	92
5.1.2 Desafios	93
5.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO	95
5.2.1 Renda	95
5.2.2 Saúde	95
5.2.3 Educação	96
5.3 INFRAESTRUTURA.....	97
5.3.1 Orçamento destinado	97
5.3.2 Saneamento e água	97
5.3.3 Eletricidade	97
5.3.4 Serviços móveis	98
5.3.5 Transportes	99
5.4 ECONOMIA.....	99
5.4.1 Títulos financeiros	99
5.4.2 Dependência do petróleo	100
5.4.3 Setor privado	101
CONCLUSÃO	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106

1 INTRODUÇÃO

A Nigéria possui mais de 196 milhões de habitantes. Desses, 54% estão abaixo dos 25 anos de idade. Estima-se que será uma das vinte maiores economias do mundo, em 2030, (NIGERIAN INVESTMENT PROMOTION COMMISSION (Nigéria), 2020, p. 2) e a sua população será a terceira maior do mundo, em 2040, com mais de impressionantes 400 milhões (WORLD BANK GROUP, 2020, p. 79). Num território nacional que possui um total de 923,768 Km², é maior que França e Reino Unido juntos. Isso a faz a maior economia da África. A soma de todos os bens e serviços produzidos no país, com base nos preços de 2020 e na sua inflação, foi de US\$469.3bi (NIGERIAN INVESTMENT PROMOTION COMMISSION (Nigéria), 2020, p. 2).

A nação iniciou mais um período de abertura democrática apenas em 1999. Ainda assim, manteve os seus presidentes até o final do mandato, porém ainda há muito trabalho a ser feito (NIGERIAN INVESTMENT PROMOTION COMMISSION (Nigéria), 2020, p. 2). Neste cenário novo da democracia nigeriana, corresponde averiguar como a população vem recebendo estas mudanças que visam manter a paz e promover o desenvolvimento humano e econômico no Estado após mais 20 anos de governo civil eleito.

A Nigéria possui os seguintes recursos naturais divididos em seis zonas geopolíticas: betume, calcário, carvão, chumbo, cobre, diamante, estranho, mármore, minério de ferro, nióbio, ouro, petróleo cru, prata e sal (NIGERIAN INVESTMENT PROMOTION COMMISSION (Nigéria), 2020, p. 3). Precisa de investimentos para sair da dependência do petróleo. A população cresce, as indústrias básicas ainda estavam fracas e a mão de obra qualificada era insuficiente (NIGERIAN INVESTMENT PROMOTION COMMISSION (Nigéria), 2014, p. 9).

Nas suas trocas comerciais, obteve superávit econômico de mais de US\$20bi em 2018. Suas exportações foram US\$63,1bi. Principalmente produtos não refinados do petróleo para Índia, Espanha, Países Baixos, dentre outros. Num total de US\$40bi de importações, as principais aquisições foram: maquinário e aparelhos mecânicos chineses, navios e estruturas flutuantes sul coreanas, combustíveis minerais e óleos belgas, dentre outros (NIGERIAN INVESTMENT PROMOTION COMMISSION (Nigéria), 2020, p. 17-19).

Ainda participa de tratados comerciais e incentivos internacionais com a *Commonwealth*, a União Europeia, os Estados Unidos da América e o Reino Unido. Também está em acordos continentais e regionais (NIGERIAN INVESTMENT PROMOTION COMMISSION (Nigéria), 2020, p. 20). O país tem voos diretos para fora da África quase

exclusivamente para os principais parceiros comerciais (NIGERIAN INVESTMENT PROMOTION COMMISSION (Nigéria), 2020, p. 31). Pela estimativa de crescimento econômico e populacional para as próximas décadas, possivelmente seja uma nação mais ativa e conhecida internacionalmente, atrativa a capitais estrangeiros e com mais balança comercial.

Constatar agora a realidade nigeriana é um passo necessário para o conhecimento de um possível parceiro do futuro. Assim, as hipóteses também serão verificadas. São elas: apesar da democratização, a população não está sentindo plenamente os benefícios advindos da abertura como deveriam porque dependem demais de uma economia estatal instável com relação a fatores externos; as iniciativas de democracia nigeriana foram aleijadas por questões estruturais internas; havia descompasso entre a economia praticada pela população e os arranjos institucionais propostos, despreparados devido ao desconhecimento e ao amplo crescimento populacional do país; ainda não havia unidade nacional que substituísse o poder imposto pelas Forças Armadas, como forma de coesão territorial. Porém, antes de chegar a isso, é preciso estudar a formação dos grupos sociais e da principal forma de governo disseminada nos dias atuais, para entender, num contraste, onde a Nigéria estava como república democrática.

Para isso, o trabalho conta com alguns dos grandes autores das Ciências Sociais e instituições competentes no fornecimento de dados para o desenvolvimento de quatro capítulos e a conclusão. O primeiro capítulo, mais teórico, desenvolve sobre os sistemas político e econômico. O segundo introduz as políticas nigerianas que, ao seu modo, levaram à democracia em 1999. O terceiro trata dos piores empecilhos à economia nigeriana para prosperar e quebrar com a dependência do petróleo. Por fim, um capítulo contendo os indicadores que refletem as escolhas políticas e econômicas dos líderes nigerianos desde 1999, dado o contexto. A teoria foi testada e talvez sirva a outros propósitos acadêmicos; deduções foram adquiridas ao longo das descrições da sociedade nigeriana.

2 FUNDAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS AGRUPAMENTOS HUMANOS

Este capítulo demonstra como o hábito mantém a estabilidade da concentração de indivíduos numa organização social, como mudam-se as leis nas disputas de poder, o contato com outras unidades políticas e o que sucede do desconhecimento de novas leis. Também, a democracia como forma de governo mais estável e a ação daqueles investidos do poder para o controle, bem como a expansão política e econômica da comunidade política racionalmente organizada para o exterior e os dilemas emergentes.

2.1 MÉTODO

No método experimental, variáveis novas atuando numa realidade e os seus desencadeamentos que virão, é de extrema importância não confundir os efeitos com as causas. Tendências recorrentes nas sociedades reduzem-se em um vazio esquemático que afastam o que deve ser realmente o objeto: os estados psíquicos individuais são efeito dos fenômenos sociais (DURKHEIM, 1983, p. 141). A reflexão, voltada à prática, é um passo em direção ao futuro que foge das aparências atuais da realidade e, através de fatos exteriores novos, faz ciência do seu estudo estreitando-se aos fins buscados em vista de prescrever novas condutas, pensamentos e meios de executá-los. Ao cientista, deve-se evitar as chamadas noções vulgares ou prenoções do subjetivo, sensíveis aos sentidos (DURKHEIM, 1983, p. 95). Tratar os fenômenos sociais como objetos, data, e procurar a fonte das ideias que geraram as correntes da vida social (DURKHEIM, 1983, p. 100).

A área em que a sociologia domina é onde as condutas ou pensamentos sociais agem sobre os indivíduos em seus sentidos, imperando ou coagindo-os em suas decisões através da vigilância da consciência pública. São a espécie que atribuímos o nome de sociais (DURKHEIM, 1983, p. 88). Com efeito, estudar como a humanidade progride no tempo, apesar de não haver evidências do mesmo (DURKHEIM, 1983, p. 96).

É sabido que sempre houve uma conexão entre as ideias que sucedem na mente. Três são os seus princípios: semelhança, contiguidade e causa e efeito. Uma conexão que liga vários eventos é uma semelhança. O que acontece num espaço num determinado período de tempo é uma contiguidade. Mais forte e instrutiva é a causa e efeito, capaz de controlar eventos e modificar o futuro. É importante não preencher a falta de conhecimentos com conjecturas acreditando na ideia de continuidade das suas cadeias (HUME, 2012, p. 35-38). Compreender

os fatos pelo que são, evitando o que absorve pelas disposições limitadas do observador que distorce a realidade. Consciente, ser capaz de alterar variáveis para dado resultado social esperado.

Ainda mais quando, na organização de sociedades distintas da mesma espécie, é preciso comparar a história entre as mesmas e concluir se os fenômenos progridem no tempo da mesma maneira em condições idênticas ou se o meio particular afeta e como nas séries de fenômenos sociais que variam (DURKHEIM, 1983, p. 155-156). São impressões passadas desempenhando a sua função como forma de remediar um possível futuro, dado que a mente trabalha dentro de um limite que combina, transpõe, aumenta ou diminui as características do que a experiência adquiriu. Uma classe das sensações em falta priva a imaginação de modelar ideias de acordo com a mesma (HUME, 2012, p. 31-32).

É preciso analisar os fatores condicionantes para a construção de mecanismos jurídico-institucionais próprios de democracias liberais ocidentais, países com estrutura social fortemente baseada na tradição, antes de aprofundar na dinâmica histórica nigeriana com relação ao surgimento das instituições democráticas.

2.2 RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE MAIS SIMPLES

Esta análise começa pela razão primeira que tem das leis como via da relação entre esta razão e os seres, da mesma maneira, entre os últimos entre si; a resposta das suas ações frente às leis, também entre os seus semelhantes respeitando sob estas leis. Sabe-se que as leis do mundo, propriamente ditas, são invariáveis. Nos primórdios, as relações eram de justiça possível de seres propensos ao erro atuando por conta própria. Não existe ainda a união pelo conhecimento e estão sujeitos a paixões. Com o tempo, a ordem pelas leis religiosas, morais, políticas e civis removem o indivíduo das leis da natureza, do ser animal (MONTESQUIEU, 2010, p. 17-19). O ser humano depende de uma ordem que confie como guia na falta das suas capacidades, limitadas devido aos diversos fatores que circundam a sua vida pessoal e alteram a sua razão.

O domínio sobre o próprio espírito é limitado e este altera seu estado em momentos aleatórios. A vontade é um destes atos (HUME, 2012, p. 93-94). Saindo da análise do raciocínio rumo às situações vivenciadas, a conexão necessária é a expressão da observação de eventos semelhantes com uma conjunção específica resultante — causa e efeito. O indivíduo sente objetos em conexão na sua imaginação e antevê existências dada a conjunção. Sem o primeiro objeto, não haveria ação noutro (HUME, 2012, p. 99-101). Motivos idênticos têm as mesmas

ações, os eventos iguais são derivados das mesmas causas (HUME, 2012, p. 108). Os fatos sociais, esses são objetos dados ou impostos em uma determinada solidariedade coletiva — a expectativa de uma determinada vestimenta amplamente utilizada para evitar uma pena vinda da sociedade, presenciada anteriormente, é um exemplo desta causa e efeito. Estes fatos da sociedade devem, partindo da premissa deste trabalho para alcançar os objetivos dos próximos capítulos, ser tratados como coisas imateriais visto que não podem ser interpretados em simples observação e necessitam de um trabalho intelectual maior para apreender os seus aspectos na consciência. Também, à sua maneira, serão passados aos mais jovens pelas gerações anteriores (DURKHEIM, 1983, p. 76-77). São, primeiramente, os modos de fazer, fixos ou não, da sociedade. Exemplos podem ser: língua, sinais, sistemas, crenças religiosas e instituições. Trata da coação que estes modos têm sobre as consciências individuais para obrigá-los a agir de acordo com as diretrizes da solidariedade que participam ou serem suscetíveis a penas. A existência desses fatos é independente, própria e de absorção do exterior, dados do coletivo, para as ideias do indivíduo (DURKHEIM, 1983, p. 87-88).

Qualquer mente, com capacidade intelectual para absorver o que sente, percebe que as inclinações e os motivos são o padrão no qual se firma a pesquisa para interpretar as ações humanas. Para pessoas capazes de tal, a prática levará à experiência das regras das operações. As circunstâncias e situações humanas explicam as irregularidades das decisões humanas. As relações mais complexas entre seres humanos supõem que mais ações voluntárias resultam de motivos justos — estes são os quais permaneceram por não serem interpretados como perniciosos à uma maioria de um grupo social, aceitos; os indivíduos e elementos devem seguir seu curso como sempre fazem. Esta estabilidade da ação humana estará sempre presente no cotidiano. As evidências natural e moral demonstram que a sua natureza deriva dos mesmos princípios. É um fato, a mesma necessidade da transição em um objeto de encontro à crença no outro, comum a todas as causas se houver uma conjunção constante e a tendência no espírito (HUME, 2012, p. 109-117). A história não informa nada a respeito desta estranha semelhança humana (HUME, 2012, p. 108), por exemplo: o movimento esperado do ponto A para o ponto B é esperado pela experiência humana, a crença do movimento que sai do ponto atual em direção ao próximo com a força aplicada.

As mudanças na ação social frente ao desenvolvimento da organização política e do direito, principalmente nos princípios desenvolvidos a partir do final do século X, são relevantes. A referência aos dados históricos, da limitação geográfica, é da Europa (Itália, Alemanha, França), em suas cidades importantes. O foco está estrito na administração burocrática e nas mudanças que causou à população (WEBER, 2012, p. 433-440). No começo

deste espaço temporal em questão, a garantia da estabilidade da organização e a diferenciação jurídica ainda eram obscuras. Corporação foi uma associação de personalidade jurídica constituída por um círculo fixo, sucessão jurídica, no direito privado ou por entidades, único portador de direitos que administra. Na fundação, os membros novos foram obrigados a associar-se e não tinham influência. A aderência não dependeu da vontade dos membros, seguindo órgãos ou regras arbitrárias (WEBER, 2012, p. 47).

Para quem vive numa sociedade que existe ou que será formada, cada indivíduo terá a sua função. A liberdade, neste método, é oposta à necessidade, não de agir ou não segundo a vontade. Há a necessidade de alguma causa. Assim, a mesma não existe quanto a este aspecto (HUME, 2012, p. 120-121). As suas ações consistem em fazer de bom grado o que foi constituído e não obedecer a abusos de poder (MONTESQUIEU, 2010, p. 164). Os envolvidos devem ser livres em relação com a constituição que foi elaborada e aceita pelos membros participantes (MONTESQUIEU, 2010, p. 196). Dominação e império sobre outros homens não são as ideias principais que seguem, mas de aprendizado, de sua fraqueza e necessidade do trabalho dos outros, da reprodução e da vida em sociedade (MONTESQUIEU, 2010, p. 19-20). Exercer a sua vontade e sentir-se seguro. Máxima que deve ter escopo universal para uma liberdade humana sólida, segundo orientado, tanto filosófica quanto política (MONTESQUIEU, 2010, p. 196-197). Há de se considerar as necessidades reais do habitante e da organização nos seus gastos (MONTESQUIEU, 2010, p. 221). A liberdade de se fazer o que foi preciso, não exatamente o que foi desejado de fazer. Começam os questionamentos acerca do controle religioso sobre os assuntos dos agrupamentos humanos, desenvolvimento mais voltado para interesses econômicos crescentes.

As ações do homem dependem umas das outras mutuamente ao longo de toda a sua vida. Uma quebra nesta conexão afeta a série completa de eventos. A unidade de ação é a conexão entre eventos num espaço menor de tempo dada a limitação das faculdades de imaginação da mente (HUME, 2012, p. 39). Surge a necessidade do fundamento básico das sociedades e civilizações como conhecemos: a função da divisão do trabalho no desenvolvimento humano. Faz-se necessária a expansão da consciência individual para a ideia do coletivo — o social —, conseqüentemente tornando-se mais complexa e em mudança frequente. O trabalho gera o mal-estar, obriga ao descanso e a aquisição de produtos necessários que seriam supérfluos sem este movimento de produção e contatos. Não são as trocas econômicas que importam do ponto de vista da moral, mas a conexão entre as pessoas que as unem pela solidariedade. A divisão do trabalho sexual, entre homens e mulheres em todos os locais que habitam, anda em via paralela no sentido de abrangência e extensão nas funções da

vida que pode inferir, de acordo com o aprofundamento destas interações (DURKHEIM, 1983, p. 23-27). A ordem instaurada na sociedade liga as pessoas, une-as por um bem maior em uma relação que perdura depois da troca dos serviços prestados pela divisão do trabalho, seu caráter *sui generis*. Seres que dependem uns dos outros a fim de suprir suas carências deste tipo de vida (DURKHEIM, 1983, p. 30). A ciência está fora destas relações.

Apesar da adaptação aos meios dados e seu aperfeiçoamento, esse não é o principal papel desta divisão. A justiça para viver com dignidade através da moral é o principal. A moral como o mínimo sem o qual não se pode existir. A ciência, para o agrupamento em questão, é o mínimo mais geral — não a mesma praticada pelo cientista e seus estudos mais aprofundados. A mesma está, portanto, fora da moral. Sobre a ética e o que a envolve: ela não toca moralmente na civilização visto que as regras se impõem associadas a sanções. A divisão do trabalho diverge da ética pelo fato de possuir outra função na moral (DURKHEIM, 1983, p. 24-25). Novas formulações são requeridas quando as práticas vigentes são postas em dúvida, desenvolvidas por pessoas designadas para tal tarefa, mas praticadas na carência deste mínimo.

2.3 EXEMPLO EUROPEU

Este é o exemplo de expansão econômica ocidental da Europa sem os processos da industrialização, ao longo de séculos, e as suas práticas jurídicas que se disseminaram pelo globo terrestre pelo aprofundamento das relações sociais — necessidade crescente de suprir o que não produz individualmente. As trocas desenvolvem modificações nas normas, expressadas através das leis e alteram as regras da conduta por via de pessoas investidas de autoridade para cumprirem a justiça dentro de um determinado perímetro, manterem o comércio e a solidariedade assim estabelecidas — a princípio, pelos interesses particulares de alguns.

As modificações exclusivamente no meio social não são suficientes para a manipulação das regras que urgem por um direito novo. É preciso que as ações individuais andem neste mesmo sentido conjuntamente com as alterações exteriores dando um novo sentido às mesmas. Para proteger-se ou aprimorar a sua proteção nas novas condições, atuam de outro modo, em especial na ação social. Associações e consensos novos têm como resultado novos hábitos. A ação pode mudar sem alterar a ação social, ou sobreviver aquela que beneficia aos interesses econômicos e sociais dos envolvidos sem modificar comportamentos. Normalmente, os habitantes inventam uma ação social nova e a imitação e seleção propaga a mesma. Os envolvidos não se preocupam com o aparato jurídico envolvido por soar óbvio demais o que deve ser feito. A convenção é uma prova que representa a lealdade e o interesse que os

participantes defendem (WEBER, 2012, p. 69). Esta construção mental da sociedade nos indivíduos, num determinado meio, supõe uma estabilidade para exercer as suas funções como membro ativo no grupo. Este é o fim esperado para uma realidade social que dura entre indivíduos que seguem as mesmas diretrizes quanto aos assuntos mais importantes que tocam nas suas vidas. Deste modo, o contrato — a expectativa que as partes cumprirão o seu papel na associação — ligou o que a sociedade manifesta (DURKHEIM, 1983, p. 61). A elaboração única dos fatos psíquicos são o resultado dos fatos sociais, revela a importância da associação para a vida espiritual do indivíduo; estão de acordo com um fim social esperado. O meio, como o local onde esta desencadeia, influencia na função. A vida do coletivo não é derivada da individual, mas há esta relação (DURKHEIM, 1983, p. 142-145).

Sabendo que a solidariedade social é imaterial e impossível de apreender os seus fatos internos, faz-se necessário para a sua compreensão a substituição por um fato externo, o direito. As causas sociais são identificadas pelos seus efeitos. São conhecidas pelos efeitos sociais que resultam destes fatos sociais. O direito representa as suas formas. A classificação em espécies pode-se referir a qual solidariedade social correspondem. As sanções aplicadas apresentam a classificação das regras jurídicas. Podem ser de duas espécies de acordo com as sanções: repressivas organizadas ou apenas restitutivas; o direito penal é o cancelamento do valor social prejudicado pelo ressarcimento (DURKHEIM, 1983, p. 31-34). A sua função é, pela solidariedade, fazer saber e ser conhecido. A gravidade da pena apresenta o quão valorizado pela sociedade é o sentimento violado. As sanções serão melhor abordadas adiante.

As cidades europeias, desde o passado, são mais que um acumulado de moradias: associações com política econômica regulamentada. Sob domínio das corporações — ainda que incipiente —, visava criar um ambiente comercial estável de concorrência para a troca dos produtos para suprir as necessidades (WEBER, 2012, p. 414). A fundação das comunidades urbanas, por todo o Ocidente, partia dos nativos com bens. Cidades medievais partilhavam do costume asiático de hospedar outros povos — no caso de cidades novas que surgiam, estrangeiros que colaborassem para os objetivos dos fundadores eram benquistos. A oposição, como poder dominante pelo uso do temor religioso, as paróquias eclesiásticas consideravam a cidade medieval como profanas. O costume era o conjunto dos leigos eclesiásticos, os membros de corporações comerciantes e os jurados delegando de forma formal-jurídica. A paróquia decidia quem era burguês (WEBER, 2012, p. 433), usurpação que delimita a autocefalia e a autonomia de cidades — o controle da estabilidade e dos benefícios distribuídos à custa da liberdade de escolha de moradores (WEBER, 2012, p. 436). Os interesses econômicos do fundador da cidade eram o principal motivo de sua constituição. Poderia recolher impostos e

receitas aduaneiras, dentre outros. A eventual autonomia de cidades, na Idade Média, foi possível porque potentados — detentores de riquezas e de poder — extra urbanos não tinham a técnica suficiente para administrar todos os assuntos urbanos no nível requerido. Além de não ter o conhecimento racional necessário, a indústria e o comércio urbano escapavam muito das ocupações, dos interesses e dos costumes estamentais. O cidadão medieval tinha uma situação política que o encaminhou a ser o *homo oeconomicus* — a sua vida teria de ser conduzida pela sua vontade (WEBER, 2012, p. 503-505).

Em seu tempo, comunidades formaram fortalezas, sedes das trocas e das irmandades juramentadas. Os grandes reis mudaram as tradições no Ocidente tornando apenas distritos administrativos o que antes era distinguido, como no Oriente Próximo, por tribos e rituais. Fazia-se necessário a diferenciação entre o direito dos cidadãos e o dos outros. Da constituição germânica, os cidadãos eram ativos juridicamente na elaboração deste direito objetivo. Os outros distritos jurídicos do mundo não partilhavam deste direito, a sua fixação foi possível por não haver limites mágicos ou religiosos para ser concretizado (WEBER, 2012, p. 434-435).

Um progresso na administração, o feudalismo — encontra-se entre os patrimonialismos estamental e patriarcal — fixa as relações de senhores, vassalos e dominados. Os senhores cedem terras aos vassalos, direitos e deveres de dois indivíduos estabelecidos por contrato que aprisionam o modo de agir dentro das regras deste ordenamento estatuído. Com o passar do tempo, as funções administrativas apreciam qualitativamente pela união jurídica de feudatários, motivos principalmente militares, mas também economicamente condicionados. Nesta administração, as despesas da administração eram encargos de cada um. O crescente avanço da economia monetária desencadeia meios de levantar as somas, livre concorrência com outros feudatários, também para questionar as normas feudal-patrimoniais estipuladas. A união entre os que detêm a posse das terras em corporação regulamentada é outra relação associativa que entra em contato com o senhor ou cria o agrupamento dos privilegiados, estamentos. O consenso de ação do complexo político vai em frente na qualificação das tarefas administrativas ao ponto de romper com o Estado estamental: a burocracia principesca. Concomitantemente, havia cidades que contatavam o senhor pedindo pelos seus serviços administrativos ou outros mais conforme as necessidades de seus problemas — também facilitaram o florescimento cultural e econômico. Cada uma dessas novas relações do senhor exigia maior crescimento do funcionalismo, poder na forma patrimonial alongando-se até a Revolução Francesa. Um passo mais perto da burocracia pura (WEBER, 2012, p. 302-303). No Oriente Próximo, a descentralização do poder foi a prática de usurpadores que abalaram os fundamentos de uma estabilização suplantando os cargos com subordinados mandantes de sua escolha. Alcança um

estado desenvolvido, porém não se assemelha ao Estado estamental europeu. O Ocidente viu o poder do senhor sobre as suas bases (WEBER, 2012, p. 263). As necessidades comerciais e administrativas da Idade Média desenvolveram o direito mercantil e seus valores, concretizado após o contato com a cultura árabe (WEBER, 2012, p. 28).

Mais estáveis, fundamentais para o objetivo principal deste capítulo: os estamentos. Consistem em um portador de posição honorífica num círculo fechado em que a conduta da vida é fechada, voltada a seus próprios negócios. O poder econômico segue as mesmas linhas, acompanhado do privilégio jurídico (WEBER, 2012, p. 181). Quanto mais fechado o círculo, maior será a preferência aos membros de manter os cargos mais altos e a sua estabilização da vida no caminho da honra (WEBER, 2012, p. 183). Segue-se que na organização dos grupos, nas suas interações sociais, as leis positivas são obra da razão humana e relacionam as pessoas de três formas. Os povos em relações harmônicas através do direito das gentes, em geral como princípio, o menor mal possível. A reunião do poder político das famílias forma o Estado político e o seu governo no direito político. Cada vontade individual no coletivo reúne o Estado civil, seus casos particulares são com o direito civil. O espírito das leis depende da liberdade, das características do território e das inclinações dos habitantes. Elas relacionam as coisas entre si, com a natureza e o princípio do governo (MONTESQUIEU, 2010, p. 20-22). Consequentemente, é a organização geradora do fim do fluxo do desenvolvimento livre do mercado (WEBER, 2012, p. 184). Para o crescimento econômico, é maior a exigência de um direito subjetivo. Na sociologia, não é subjetivo: seria a transição entre dois casos juridicamente regulamentados e a ação é permitida por disposições jurídicas de um para o outro. As disposições jurídicas habilitam a ação social por meio de normas que investem uns indivíduos sobre outros nas suas ações (WEBER, 2012, p. 15). Conforme cresce esta saciedade de despesas, aumento das trocas e relações sociais, percebe-se que o feudalismo e o patrimonialismo podem atuar na estabilização da economia, mas ainda não o suficiente em termos de ordem jurídica e administrativa para o capitalismo. Mais difícil ainda ao capitalismo industrial: maior precisão requerida para a atividade voltada à grande escala conforme aumenta o capital investido (WEBER, 2012, p. 309-310).

A divisão do trabalho social muda com o direito natural, originado por intelectuais do século XVII. Este tem como um dos princípios o contrato racional feito de forma voluntária. A propriedade adquirida no contrato original e o usufruto a seu bel-prazer — possibilita a livre concorrência — é um componente explícito. Com relação a condições materiais do que o direito natural perpetua, a razão e a natureza, e as suas regras invariáveis são pontos que se justapõem na ação do ambiente que os rodeia. Os conhecimentos humanos, como lentes do sensível através

da razão, iluminam a natureza das coisas. O valor das coisas é posto pelo homem dotado da razão e a posse é do dono da propriedade, segundo o direito natural (WEBER, 2012, p. 136). O direito de contrato e a exclusividade do direito ao produto gerado do trabalho numa propriedade, favorecem a classes específicas. Portanto, é um direito natural do mercado que procura dominar o mercado pela apropriação da produção. A livre concorrência termina com o rendimento individual do direito formal daquele indivíduo frente ao coletivo, agora limitado aos que encontram as mesmas condições de classe devido às mudanças econômicas. A ética utilitária e a valorização material são o socialismo crescente nos habitantes e nos intelectuais frente ao fim da dignidade do direito natural (WEBER, 2012, p. 138-140). A conclusão é que o direito e as suas práticas, cada vez mais sob influência técnica e econômica, caíam no desconhecimento dos seus potenciais usuários, visto o novo caráter técnico desprovido de qualquer santidade, modificado de acordo com os interesses racionais mais aparentes (WEBER, 2012, p. 153).

Esses seriam os fundamentos do direito racional, um trabalho intelectual que caminha rumo à generalização em poucos princípios, diretrizes de ação após analisados os fatos aos quais podem gerar padrões comportamentais e determinar a sua forma de direito, de acordo com as ações sociais ou consensuais. O direito formal considerará as características externas e gerais dos fatos e limita-se na casuística. Ele considera todo o campo de ação dos indivíduos e espera que os mesmos executarão suas atividades exatamente como previsto nas leis, o que está fora dele não é relevante. O direito é a fonte de direito legítimo. O direito objetivo atribui os direitos subjetivos. O direito concreto concede os meios adicionais em favor dos indivíduos para os casos em que o direito objetivo atribuiu os direitos subjetivos (WEBER, 2012, p. 11-14). Estão postas as constantes que permitirão desigualdades sociais.

2.4 EDUCAÇÃO NO CONTROLE SOCIAL DE COMUNIDADES POLÍTICAS

Após a separação dos fenômenos de acordo com as classificações que incluem os diferentes tipos de fatos sociais, seguem-se duas ordens de fatos: os que são o que deveriam e os que estão diferentes, respectivamente, fenômenos normais e patológicos (DURKHEIM, 1983, p. 110).

O normal e o anormal devem ser definidos comparando o fato social com uma espécie social e as suas características. Esta noção é uma maneira de estudar a realidade social entre os extremos dos estudos históricos — em dado período de tempo e a sequência de acontecimentos — e filosóficos — ideais que constituem o homem e o seu desenvolvimento. É uma unidade própria à análise com as características particulares do grupo, o que separa umas espécies das

outras. Não há um princípio único que move o desenvolvimento de sociedades diferentes em níveis de progresso (DURKHEIM, 1983, p. 125-126). Emerge a dúvida de como serão as transições e mudanças de características no estado psíquico do grupo, pela sua própria saúde.

A comunidade política, em sua definição, consiste em um território, no controle da ação de seus residentes e outros temporários por meio da força física. A dominação para dentro pode repartir-se entre outros poderes. Esta comunidade existe apenas quando para mais dos interesses econômicos — outras atividades administrativas são feitas. A anarquia é a coexistência pacífica entre as pessoas de um território sem preocupação com “fora” ou “dentro” (WEBER, 2012, p. 155-156). Como os indivíduos divergem do tipo coletivo e suas representações em níveis diferentes, alguns dos seus comportamentos podem ser considerados como criminosos. Haverá mais resistência quanto mais acusações, daí a necessidade de uma consciência mais flexível na aplicação da autoridade para evitar estagnação. A mesma maleabilidade pode determinar a forma que os novos crimes tomarão (DURKHEIM, 1983, p. 121-122). Uma vez suplantada a economia doméstica, o avanço subsequente depende do carisma estruturado em algum grau (WEBER, 2012, p. 342); é um poder que, a princípio, não busca fins lucrativos em si apesar de haver todo um aparato que mantém o seu portador apto a cumprir a missão da qual altera o estado psíquico das pessoas e ajudantes que o seguem. Junto à comunidade doméstica, alheios, são os portadores do comunismo, compreendido como sua origem o tradicionalismo patriarcal. Este carisma é menos manifestado na medida que os interesses econômicos penetram na comunidade, restando apenas o lar do praticante (WEBER, 2012, p. 330-331). As maneiras de fazer atuam também nas naturezas morais, nas aglomerações de seres humanos e nas correntes de opinião que são formadas, transmitidas pelos meios de comunicação o que deve ser trocado ou migrado. Os gostos seriam, basicamente, obrigatórios exercendo a sua coação nas ações individuais (DURKHEIM, 1983, p. 92). Estas alterações podem ser frutos da ciência, da moral ou da ética.

Neste controle territorial, é dever da causa ser proporcional ao efeito. Se houver esta exatidão, não afetará nenhuma outra coisa em sua realização ou projeto (HUME, 2012, p. 166). Em obras humanas, pode-se partir do efeito à causa a fim de inferir sobre novos possíveis imprevistos que tenham manifestação ou venham a ocorrer (HUME, 2012, p. 172-173). As tendências consideram a naturalidade e a organização de acordo com as debilidades dos humanos que deixam-se influenciar pelos sistemas pessoais, aprovando ou reprovando comportamentos (HUME, 2012, p. 126). A ação é temporal e perecível e não provém de causas internas do indivíduo, independente do juízo de moral. Alguém é criminoso quando possui os princípios criminais (HUME, 2012, p. 123). Cabe saber qual é a conduta ética vigente.

O hábito coletivo, além da iminência, é perpetuado pela educação em forma escrita. Tal é a origem de todos os códigos que independem de usos particulares para existirem em sua totalidade. Os fenômenos sociais são o estado do coletivo, são gerais por serem coletivos. Mesmo se as manifestações individuais influenciam, não possuem a mesma força em confronto com as disposições dos outros indivíduos unidos. Os fenômenos coletivos são transmitidos por gerações anteriores, a educação ensina a respeitá-los (DURKHEIM, 1983, p. 90-91).

A consciência coletiva ou comum é um sistema próprio que agrupa crenças e sentimentos comuns aos membros em sua média na sociedade (DURKHEIM, 1983, p. 40). Da divisão do trabalho social e suas dependências surge a necessidade de uniformização dos estados no grupo social, o seu tipo psíquico, além das relações de semelhança. O resultado são duas consciências no indivíduo: a individual, sua personalidade, e a coletiva, seu tipo social. As duas no mesmo corpo, solidárias. Uma solidariedade *sui generis* liga o indivíduo à sociedade. É chamada solidariedade mecânica pela harmonia que os movimentos provocam os mesmos efeitos em outros lugares. Em sua essência, é a expressão do direito repressivo pela representação das similitudes através de símbolos que determinam as penas aos crimes. Ou há uma diferença muito grande no próprio agente da ação, ou ofende a consciência coletiva (DURKHEIM, 1983, p. 54-55). Quanto maior o número de conexões diversas abrangidas pela consciência comum, maior serão as regras repressivas e a sua coesão. As relações representadas também no aparato jurídico, direito penal (DURKHEIM, 1983, p. 57).

A pena é social quando executada pelo governo para defesa, em nome da sociedade que foi atacada em suas regras. Direito penal, o código em que a pena é proporcional ao crime. Os sentimentos mais universais ofendidos pelo crime são os menos tolerantes à contradição, visto que estados de consciência semelhantes somam e fortalecem em grupo ao passo que opostos refreiam a força um dos outros. A repressão difusa é uma força supra-humana que domina a vontade individual e perdurará enquanto o sistema repressivo do direito continuar. A repressão organizada muda em intensidade nas paixões afetadas. A atuação do conjunto flui com mais facilidade do indivíduo para o grupo e há maior unificação, dados os meios materiais para tal. A atividade dos funcionários do governo é um poder difuso na sociedade, que venho dela (DURKHEIM, 1983, p. 46-54).

A comunidade política, um fenômeno normal seguindo os pontos adquiridos acima, é a perpetuação da estabilidade econômica e política no meio pelo hábito. A educação escrita é o principal meio de transmissão dos ensinamentos que ainda formam pessoas socialmente mecânicas. Na esfera social, esta comunidade terá mudanças nas suas características quando entrar em contato com outras. Haverá, cada vez mais, um direcionamento à burocratização e

exigência de treinamento para os cargos na busca desta estabilidade e controle do poder. Estes fenômenos são passos da moral, ciência e ética.

Os modos de um povo mudam mais facilmente com a comunicação, as singularidades se atenuam ao deparar com outras experiências. Gostos novos possibilitam a expansão do comércio (MONTESQUIEU, 2010, p. 311). Os costumes são de grande estima aos seus portadores. Permitir uma mudança por eles próprios e as suas necessidades não altera a sua felicidade (MONTESQUIEU, 2010, p. 314-315). Onde há costumes suaves, há comércio; é uma cura dos preconceitos passados. O conhecimento de todas as nações foi disseminado entre todas e os benefícios foram apanhados. É uma via da paz e a dependência cria uma necessidade mútua entre administrações, sem a mesma intensidade nos particulares. O seu espírito carrega as ações e morais humanas, tudo girando em torno da moeda de troca numa justiça precisa para ambas as partes (MONTESQUIEU, 2010, p. 334-335).

Nesse contexto, os partidos lutam pelo poder da ação social e a influência que podem exercer nele para alcançar seus objetivos programados. Levantam bandeiras que não são suas apenas pelos números dos estamentos e classes, os meios que conhecem para chegar ao poder em sua luta de dominação podem ser a força física ou a propaganda eleitoral, em diversas expressões. Agem de forma hierárquica, não importam as circunstâncias dos seus adeptos. Ao longo dos séculos, tem sido normal que as associações políticas tenham sede por poder para influenciar na política internacional (WEBER, 2012, p. 185-186). A dominação, pelo conjunto dos interesses ou pela autoridade, são os seus dois tipos. Imputam suas vontades enquanto outros estão agindo em seus interesses próprios. Num monopólio ou num território em questão, por exemplo (WEBER, 2012, p. 188). A meta é influenciar os supostos “dominados” quando estes estão perseguindo os seus interesses, ao ponto que aparenta uma obediência em favor dos mandantes (WEBER, 2012, p. 191).

A continuidade desse poder da dominação precisa ser, em algum nível, secreta. Um círculo de membros organizados para dividir e manter essa estrutura de coação é firmado, apropriar-se dos benefícios (WEBER, 2012, p. 196). A relação de associação racional é o tipo da burocratização (WEBER, 2012, p. 198).

Oposta ao apelo emocional, a burocracia tem cargos fixos específicos para desempenhar as suas funções num organograma. Quando é monocraticamente organizada, significa que o estado pleno do seu desenvolvimento foi alcançado. Dado isso, as competências devem ser efetuadas pelos seus funcionários para cada cargo, sem opção de algum nível superior ficar encarregado de tarefas de outro funcionário menos especializado. O estatuto de cada camada hierárquica deve ser seguido e exige dedicação total do funcionário exercendo as suas

atividades profissionais. A educação para os cargos é requerida (WEBER, 2012, p. 198-200). O seu desenvolvimento é consequência da permanência de exércitos que protegem a comunidade política e, posteriormente, a uma maior complexidade da administração financeira. O progresso da burocracia deu-se por maior quantia de propriedades disponíveis e da técnica usada no seu aprimoramento que possibilitaram uma vida cultural mais rica que necessita que o Estado defenda a diversidade dos novos interesses diversificados das pessoas. Uma maior necessidade de proteção que dê a continuidade à paz que os cidadãos estavam acostumados antes do florescimento cultural. Também o domínio dos serviços principais e a sua manutenção (WEBER, 2012, p. 210-211).

No seu meio propriamente dito, são aplicadas as forças vivas de uma sociedade. Densidades, dinâmica e material, definem as relações humanas. A primeira, comercial e moral numa unidade social; a segunda, meios de transmissão e comunicação. O grau da última não corresponde necessariamente ao da primeira (DURKHEIM, 1983, p. 144). A morfologia social que classifica os atributos morfológicos dos tipos das sociedades (DURKHEIM, 1983, p. 127). Algumas das causas sociais são inerentes da solidariedade social enquanto outras são ações e reações de fatos sociais na sociedade consigo mesma ou do meio social externo. Assim, o meio social é um fato principal porque as modificações influenciam em outras funções (DURKHEIM, 1983, p. 145). Uma delas é o direito.

A maior concentração da população aumenta a chance das penas sofrerem alterações. Desta forma, a solidariedade social da sanção restitutória é a decorrência. Não é expiatória, não há pena equivalente ao crime, apenas submissão ao direito e a restituição. Não faz parte da consciência coletiva com a mesma força que a anterior em seus estados psíquicos. Requer funcionários especializados para executar as tarefas. Apesar disso, a sociedade ainda articula os contratos entre as partes e faz valer o direito que os representa. As relações negativas, são reais e mantêm continuidade na solidariedade das coisas. As positivas ou pessoais são relações entre as pessoas e têm a ver com crédito. As primeiras são abstratas e lidam com bens possíveis de adquirir e seus direitos, as segundas ao direito cooperativo e as relações entre as pessoas de dada sociedade. Essas suas regras detêm como missão a determinação de limites entre diferentes partes da sociedade através da solidariedade negativa, porque o elo é exterior. Limitação mútua é resultado do entendimento e reconhecimento dos direitos dos outros na vida em sociedade, a paz é consequência necessária — fortalecimento do direito negativo. O direito positivo, de cooperação, é derivado da divisão do trabalho — os direitos: doméstico, contratual, comercial, de processos, administrativo e constitucional. Todas essas funções são sociais, mesmo as difusas ainda estarão submetidas às ações governamentais em algum grau. Em níveis

de força, as sanções constitutivas são o resultado das violações do direito cooperativo, as outras não estão tão presentes nas consciências individuais o suficiente e não têm a mesma condição. Quanto mais especializadas forem as funções, menor a sua força. O direito cooperativo e as sanções restitutórias representam a concentração da sociedade e seus serviços em decorrência da divisão do trabalho social (DURKHEIM, 1983, p. 59-68).

Continuando, a solidariedade positiva pode ligar o indivíduo a ela por crenças e sentimentos; ou ele é dependente da sociedade. A primeira é de solidariedade mecânica, menos individualidade e mais semelhanças nas consciências de cada um do coletivo, anulando a personalidade própria e valorizando os elementos — o corpo bruto em oposição ao vivo. Na segunda, a personalidade de cada é característica dada à divisão social do trabalho e a sua possibilidade de ação na sociedade, solidariedade orgânica. A solidariedade pode ser classificada de acordo com a extensão das regras jurídicas predominantes (DURKHEIM, 1983, p. 69-70).

Estas comunidades políticas podem ser polissegmentárias, compostas por outras segmentárias que mantêm as suas próprias constituições. Entendendo a mais simples compreende-se a sua organização e harmonia, por conseguinte, as outras (DURKHEIM, 1983, p. 128-129). Não esquecendo dos princípios da educação numa dada comunidade política e das penas. A comunidade política mais simples talvez não siga o mesmo caminho traçado caso haja discrepâncias, como é visto a seguir.

2.5 FORMA DEMOCRÁTICA DE GOVERNO

A solidariedade mecânica no seu germen é oposta ao desenvolvimento do capitalismo nos seus métodos. A crescente complexidade das relações e as necessidades da população exigem uma nova organização que defende os seus interesses dentro do que se pode fazer na sua esfera de ação no território. A estabilidade na unidade do governo é essencial. Especialização em determinadas funções que antes não existiam é fato da exigência de maiores postos de trabalho para a expansão do comércio.

A tradição, na metafísica mágica e sacerdotal, não é parâmetro para o julgamento e a prática no direito. Se não houver a preparação específica de pessoas voltadas ao cargo seguindo as leis, o seu uso será instável — o direito será aquilo que já foi praticado anteriormente (WEBER, 2012, p. 77). O reconhecimento da sociedade mais simples é fundamental para a compreensão; os segmentos sociais têm combinações limitadas e em muito se repetem. As gerações têm grande papel na transmissão dos conhecimentos mais gerais da sociedade

geradora para a próxima. A combinação gera uma sociedade nova porque não há hereditariedade e os atributos distintivos da espécie modificam-se de acordo com circunstâncias (DURKHEIM, 1983, p. 130-131). À medida que o grupo social fica mais complexo, mais as tradições são propensas a variar, abrindo espaço à reflexão, indispensável para a vida neste meio. Existindo um fato, é a utilidade do fenômeno que o mantém ativo sem ser apenas uma despesa social. A harmonia do interior da sociedade com o exterior, em relação com o fenômeno social, é necessária (DURKHEIM, 1983, p. 136). Do contrário, o efeito psíquico deste deve ser inibido por coação social (DURKHEIM, 1983, p. 138).

Nesta relação, a natureza do governo da democracia e as suas características a fazem a mais indicada pela capacidade administrativa dividida entre seus representantes que exercem a sua soberania e decidem o que é melhor: o povo tem o direito ao sufrágio para ser totalmente representado para tarefas que não tem a competência. Preocupar-se-á, então, com fatos à vista ou que não possa ignorar. O Estado popular é dividido em classes. Se não houver a participação política, abandonará os negócios, estará afeiçoado a outros assuntos e a um salário. Nesta natureza, as leis são do povo para o povo (MONTESQUIEU, 2010, p. 23-28). No seu tipo puro, o princípio que deve ser o motor de uma república é a virtude nos indivíduos, mas a sua força geral reside sobre alguns em benefício do restante (MONTESQUIEU, 2010, p. 35-37). A virtude nada mais é que o amor para com a república. Este amor é o mesmo à democracia, à igualdade. A frugalidade como costume provém o necessário para cada família num mínimo que mantém a felicidade e o bom senso sob controle ao passo que o restante das riquezas se encaminha à administração da república (MONTESQUIEU, 2010, p. 55-56). A educação é transmitida a todos e os seus ensinamentos começam ao nascer e são passados dos pais aos filhos. A corrupção externa é possível (MONTESQUIEU, 2010, p. 44-49). O princípio da democracia é corrompido quando o sentimento de igualdade extrema ofusca aquele que foi escolhido a comandar pelo comandado, será o fim dos costumes e da ordem. Quanto mais o povo receber, mais dele será tirado. Sem os princípios, tudo que o cidadão ganha é um passo mais perto de perdê-lo (MONTESQUIEU, 2010, p. 124-126). Percebe-se novamente o favorecimento de alguns, a atuação da limitação da população que se encaminha a respeitar a ética e abandonar a ciência para outros, em benefício da moral.

O tamanho das cidades é um sinal do luxo que possuirá. Agrupamentos de humanos estimulam a singularização das personalidades por algo que cada um julga especial. O desconhecimento entre os membros aumenta essa vontade ao ponto que todos serão singularmente iguais (MONTESQUIEU, 2010, p. 108-109). As leis estabelecem os direitos e regulam as desigualdades, as propriedades de cada cidadão (MONTESQUIEU, 2010, p. 59-

60). Também é preciso atentar aos climas que influenciam nos níveis de emprego entre força e moral e alteram o espírito das leis (MONTESQUIEU, 2010, p. 270-271). Este fenômeno acontece, muitas vezes, na mesma nação e deriva de uma causa natural (MONTESQUIEU, 2010, p. 279).

Estas comunidades com caráter de instituição que detêm a coação física possuem um vínculo de vida ou morte que é, muitas vezes, mais forte que o cultural, linguístico ou de sangue. A repetição do hábito de iminência da coação física para proteção eleva o patamar da comunidade política para um nível superior, a agir em conformidade com a lei. A ordem jurídica é outra etapa do processo ao qual estará pronta para o choque entre poderes coativos próprios, suas capacidades econômicas e organizacionais. Os interesses econômicos precisam da comunidade política para a sua defesa (WEBER, 2012, p. 156-157). Por fim, do monopólio da força para coação das ações das pessoas, o Estado passa a agir como o defensor dos direitos de seus cidadãos (WEBER, 2012, p. 160).

A república é uma sociedade composta de outras sociedades. Pequena ou grande, terá problemas externos e internos. Se uma das partes de uma república poderosa adoecer, as outras, livres, podem restabelecer a paz sem comprometer toda a república (MONTESQUIEU, 2010, p. 141-142). O Estado deve estar pronto a defender-se e atacar dentro do tempo que torne alguma investida adversária nula. A prontidão é importante contra quem apenas compreende a lógica do castigo (MONTESQUIEU, 2010, p. 145-146). A força ofensiva do direito das gentes é a opção de recorrer aos tribunais ao invés dos gastos militares, mantendo o direito de defesa nos casos em que a resposta dos tribunais não é eficaz o suficiente (MONTESQUIEU, 2010, p. 148-149). Lembrando que esta, como democracia, não tolera a escravidão. O engenho humano, com o tempo, suprirá a mão de obra forçada que ainda é empregada (MONTESQUIEU, 2010, p. 254-255). A natureza deu à raça humana sua força e razão, assim são distinguidos entre si (MONTESQUIEU, 2010, p. 266-267). A mudança do centro econômico mundial para regiões de padrão de vida elevado extingue a escravidão e a sujeição voluntária formal à servidão por serem trabalhos economicamente desinteressantes (WEBER, 2012, p. 35). Até aqui, existiam povos pobres considerados incapazes de virtudes decorrentes do governo que os tutelam e outros que desdenharam as próprias capacidades, fazendo da pobreza a sua liberdade (MONTESQUIEU, 2010, p. 335).

A limitação da autoridade do governo, exclusivamente derivada em princípio da doméstica, que permite ao cidadão usufruir dos direitos subjetivos. Em oposição ao direito privado, a administração age similarmente a um contrato de associações com os seus cidadãos, estabelecendo os deveres de ambos os lados. O direito positivo é a competência do governo de

atuar, após nomeado, seguindo as normas constitucionais estatais e o desempenho de suas funções. O direito negativo limita a esfera de ação. Os interesses individuais, para o governo, são objetos, e não jurídicos. A administração visa a facilitar a proteção dos interesses dos seus membros por meio de regulamentos que padronizam os comportamentos esperados e facilitam os negócios (WEBER, 2012, p. 3-5). O direito público contém orientações para as partes que compõem a instituição chamada de Estado, padrões de conduta a seguir. Os direitos públicos subjetivos são, então, extensão dos regulamentos que incumbem o indivíduo a agir em busca de um fim determinado num dos seus órgãos; criação e aplicação do direito, mais as atividades gerais compõem a administração pública. No seu interior, a administração privada é a gestão de empresa própria ou domicílio (WEBER, 2012, p. 1-2). A dominação estatal está posta, pela autoridade ou pela influência nos modos de agir.

2.6 CONCORRÊNCIA PELO CAPITAL E SEUS EFEITOS

Como regulador da democracia pura, inseparável, o comércio deve fomentar o espírito da frugalidade e todos os benefícios que a organização da troca de bens entre humanos proporciona. O excesso do mesmo pode ser um mal para a democracia se não for regulada a desigualdade entre os cidadãos, seria o fim da virtude e o colapso da própria república (MONTESQUIEU, 2010, p. 60-61). Exemplo em escala mundial: a luta comercial ou armada entre Estados criou as oportunidades para o capitalismo ocidental na busca pelo poder. O capital procurava o lucro no território que melhor o servisse. A burguesia nacional é resultado da aliança entre o capital e os Estados nacionais. Enquanto não existir um império universal, haverá o capitalismo (WEBER, 2012, p. 517).

Neste sentido, não esquecer que a burocracia como responsável pela administração dos bens públicos do Estado tem o seu histórico ao redor do mundo (WEBER, 2012, p. 282-286). Ainda assim, nobres ou membros livres orientados pelo tradicionalismo e pela educação, centrados na honra própria e autodefesa, não condizem como desenvolvimento de todos os povos do planeta. Não havendo esta ligação entre as camadas sociais, apenas monopólios de servos, cada um dependendo da sua própria educação e do seu esforço para almejar cargos importantes, não será estimulado o elemento fundamental nos indivíduos que origina a necessidade da honra social típica. Apelará somente a si mesmo ou aos favores dos líderes (WEBER, 2012, p. 286-287). A comunidade política ordenada racionalmente aqui ambicionada é uma instituição de ação associativa maior do que a força das massas, devido ao seu aparato burocrático.

O último é um substrato das necessidades da sociedade para seu pleno funcionamento especializado e torna improvável desfazer esta divisão do trabalho e preparo dos dominados. A vinculação das empresas capitalistas à burocratização é mais um ponto ao lado desta estabilidade (WEBER, 2012, p. 222). Torna improvável a revolução por golpes se tem em mãos as tecnologias de transporte e de comunicação; portanto, mais prováveis são os golpes de Estado que as revoluções violentas. Este aparato também tem o funcionalismo racional apolítico administrando mesmo que aconteça do líder supremo ser substituído em algum ataque, a continuidade também seria do interesse do usurpador (WEBER, 2012, p. 223). Esta precisão da burocracia é uma possível ameaça por dois extremos: os interesses dos economicamente mais privilegiados serem mantidos acima dos outros, ou o fim das iniciativas privadas sob um socialismo estatal. A democracia não é a sua única veia de desenvolvimento, mas pode ser um nivelamento contra a ocultação de informações deste enorme poder em seu estágio máximo (WEBER, 2012, p. 224-225). Quanto a isso, tendência democrática demanda mais racionalidade da administração, em oposição ao patrimonialismo e seu tempo em que a frieza das regras objetivas era mais interessante a pessoas que se encaixam em parâmetros específicos e não a quem procura o nivelamento de oportunidades na sociedade. Esses, voltam para a economia informal por falta de meios para agir de outra maneira, principalmente nas massas. Ainda mais quando partidos, que recebem o espaço social movido por sentimentos irracionais, podem prejudicar ainda mais a administração (WEBER, 2012, p. 216-217).

Das formas de dominação apresentadas, a única que é impessoal é a de domínio do capital. A competitividade e o mercado são aéticos, no sentido que buscam a realização objetiva de um serviço que, apesar da mão de obra humana, envolve o pagamento estipulado ou a pena aos envolvidos, dependendo da sua qualidade (WEBER, 2012, p. 387). Para os partidos e afins, além do poder do capital, o discurso carismático é outra artimanha para alcançar seus objetivos. Em situações não racionais, apela aos sentimentos dos ouvintes como uma arma conduzindo os indivíduos a pensarem o que querem que seja a sua ideia. Na ação social, o que não retorna à burocratização e ao tradicionalismo sente o seu efeito (WEBER, 2012, p. 339). Outro poder que pode diminuir a ação do indivíduo e transformar as bases da honra estamental é a disciplina racional. O seu foco é na ação social das massas, não necessitando estarem reunidas ou em grande número, mas sim na obediência. É objetiva e está a disposição de quem sabe manipulá-la. A burocracia é a forma mais racional (WEBER, 2012, p. 356). O adestramento deriva do treino racional físico e psíquico para os fins almejados (WEBER, 2012, p. 357).

Exemplo marcante de solidariedade é a continuidade e a racionalidade deste processo que permitiu à burguesia europeia existir economicamente. A previsibilidade da produção

econômica é resultante das atividades em sequência até o seu término. Menor contato com as forças naturais, alienação da procura por alimentos e, possivelmente, atrofia muscular decorrem da situação. A clausura desperta questões filosóficas de ordem religiosa e maior contemplação própria. As trocas comerciais mudam a rotina da vida dos trabalhadores, há avanço cultural na moral. A racionalização da religião foi condicionada pelo desenvolvimento das cidades e o trabalho artesanal passou a ser ocupação (WEBER, 2012, p. 380-381).

A democracia burguesa é um golpe inesperado que a dominação hierocrática leva. Seguida pelo capitalismo, a grande burguesia rompe com o clero em modo de viver e concentra as suas forças ao lado das portadoras da técnica capitalista em seu fundamento, as ciências naturais. O tradicionalismo — agora incluindo pequena burguesia, nobreza e, posteriormente, a monarquia — corre às igrejas diante de tamanha heresia que a ascese individual provoca por ignorar a graça, a indulgência e ao “atar e desatar”, bem como o poder da burguesia. Na camada mais poderosa da classe dos trabalhadores, tolera-se a hierocracia que representa o que diz fazer (WEBER, 2012, p. 393-394). Nesta situação e de acordo com os seus interesses, a igreja era um mediador entre empregados e empregadores construindo a relação autoritária entre eles voltada à caridade fechando a porta para o antiautoritarismo proletário, incentivando a indústria em casa com vistas a reunir a família em torno do trabalho patriarcal e não permitir a organização de classe; desconfiando da greve como objeto que reúne as massas por razão que não é a sua. Não restam opções que não a de aceitar burocratização e a demagogia no seu seio assumindo funções similares a de um partido para manter o seu domínio na democracia moderna (WEBER, 2012, p. 394-395).

Há uma mudança na estrutura social rumo a uma menor verticalidade devido à absorção destes novos ensinamentos que se adequam ao estilo de vida das classes e dos estamentos. A hierocracia — poder sacerdotal — também usará da racionalidade na dominação, visto que o desenvolvimento de ideias complexas é apoiado pela pequena burguesia urbana, apesar da resistência (WEBER, 2012, p. 382). A ética do homem profissional ascético justapõe-se muito bem com a auto-justificação burguesa, cada um por seus motivos. O lucro é uma benção que sinaliza o agrado de Deus ou a própria capacidade de lucrar, respectivamente (WEBER, 2012, p. 399). Estão dadas todas as constantes para o funcionamento do capitalismo num ciclo: valorizar o ser humano mentalmente disciplinado, o trabalho racionalmente empregado, os direitos humanos e o poder de compra (WEBER, 2012, p. 408).

Na Europa, o número de participantes economicamente ativos era pequeno. O restante ascendia à burguesia e retornava ao padrão de vida antigo — desprovidos de ética, de dever e de moral. Ainda assim, confiantes na manutenção do sistema empregado. Era presenciada a

erosão familiar e a emancipação feminina como condutores para instabilidade ao lado dos funcionários e a dependência dos empregadores aos cartéis, visto que estas condutas eram bases da “moralidade” da classe. Mas o que agravou o problema burguês foram as crises no que constituía a sua ideologia e lealdade numa virada de séculos marcada por mudanças políticas, culturais, científicas, tecnológicas, econômicas e intelectuais. Buscava encontrar formas de manter-se aderindo ou renunciando a certos ideais políticos e intelectuais que surgiam com as emancipações das massas e seus movimentos — bem divergentes da individualidade, da moral e do progresso (HOBSBAWM, 2010, p. 293-296).

Enquanto isso, as administrações privadas, com relação à sua postura para fora, podem ser instituições autonomistas ou expansivas. As grandes potências buscam os seus interesses especiais nos processos internacionais em que se envolvem, normalmente abrangendo todo o planeta (WEBER, 2012, p. 162-163). O capitalismo imperialista cobre os interesses e chances de lucro na exploração do poder coativo da sua comunidade política quando atua de forma expansiva (WEBER, 2012, p. 168). Os imperialistas têm como contrapeso da balança a vontade dos pacifistas. De um lado, pesa o rendimento dos expansionistas e, do outro, o suprimento das necessidades econômicas, tanto externas quanto internas, da sua própria comunidade política. O exterior em desenvolvimento é um grande comprador de tudo que os monopólios, as indústrias e os emprestadores podem precisar. O dinheiro do incentivo interno busca o lucro fora do território, beneficiando a economia pública em apoio a uma competição entre as comunidades. Esta tendência, forma normal das reações ao capitalismo, favorece a influência militar em regiões estratégicas, enquanto, cada vez mais, a liberdade mercantil pacifista é uma imagem distante (WEBER, 2012, p. 169-170). O prestígio da grande potência acarreta uma crença de responsabilidade por causa de suas relações entre si e também com as outras. Pensa como uma nação, tem missão providencial e esta deve ser executada por meio de seus representantes, disseminar seu modo de viver, o mais bem-sucedido — a missão cultural de quem carrega a liderança do país (WEBER, 2012, p. 175). O prognóstico não é melhor em um mundo de comunidades políticas sob regime “socialista estatal” pois a violência assumiria outra roupagem em uma instituição que os habitantes não consideram importantes as tendências pacifistas (WEBER, 2012, p. 170).

Deste período, no Estado racional que pôde florescer o capitalismo moderno exercido pelo seu funcionalismo especializado conjuntamente ao direito racional (WEBER, 2012, p. 518). O Estado racional é obra de juristas profissionais formados em universidades sobre o direito romano em sua forma tardia (WEBER, 2012, p. 533). Os funcionários têm anos de treinamento para as suas responsabilidades, atrelados com a honra estamental que garante a sua

integridade. Sem a honra, a corrupção e ignorância seriam um obstáculo para a precisão que a função requer — devido também aos fatores econômicos e à burocratização crescente. Levaram quinhentos anos até o ponto do funcionalismo especializado (WEBER, 2012, p. 536).

3 FATORES IMPORTANTES PARA A FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA NIGERIANA

Este capítulo demonstra como o controle do território nigeriano foi transferido do império britânico para as Forças Armadas nigerianas na tentativa de estabelecer a democracia estável sob o que foi deixado no clima de independência e décadas seguintes até o final do século. As tentativas de democracia falhavam nas estruturas sociais deixadas como colônia e nas escolhas posteriores de políticas para o desenvolvimento nacional.

3.1 NIGÉRIA MULTI-ÉTNICA NA GLOBALIZAÇÃO

A etnicidade é uma constante dentre a insegurança das mudanças constantes causadas pela economia, no poder e *status*; mantém apenas os principais grupos. Aparentemente, é mais racional que a atuação estatal, enquanto não forem eliminadas as incertezas das minorias e proporcionadas condições dignas, praticando melhor governança, leis e justiça (IWARA, 2008, p. 32).

As ações, ou inações, federais eram pintadas nas cores étnicas. A suspeita de injustiça paira no ar da política nigeriana. As nacionalidades étnicas estão por volta das 374, mais de 450 idiomas. As mais influentes são os *Ibo*, os *Yoruba* e os *Hausa-Fulani*. Se os problemas não são exclusivamente movidos por este fator, ele ainda era responsável por toda a instabilidade que sabotava as políticas democráticas e a divisão do poder estatal (AZEEZ, 2008, p. 328).

A etnias podem ser vistas como uma arma na luta por interesses específicos de um grupo em desvantagem que busca uma reparação. O oposto também é verídico: um grupo privilegiado que procura manter os seus benefícios. Seria a sua humanidade, lembranças e aspirações comuns que fazem o grupo possível. A participação social é uma possibilidade por via de consciência e de história compartilhadas, mais outras crenças e valores que mobilizam para propósitos comuns e recursos estratégicos na sua sociedade — econômicos, políticos ou sociais (AZEEZ, 2008, p. 329).

Há a carência de integração regional na Nigéria, multi-religiosa e étnica. Os conflitos presenciados são prova de tal fato, a falência como sociedade é o resultado. Compromete a integração do território, o desenvolvimento cultural, político e socioeconômico. Algumas das razões são: tentativa de integração sob mesma administração de grupos étnicos divergentes, rivalidades dos possuidores de recursos econômicos, competição por poder, falta de liderança, reestruturações e tentativas de democratização (ABDULRAHMAN, 2008, p. 291).

Este ponto de vista compreende que os problemas estruturais derivam desde a colonização, as escolhas para o desenvolvimento pós-colonialismo foram impróprias. A globalização foi a causa de: pobreza crescente, desigualdade frustrante, impotência da população que percebe a si mesma como injustiçada e sem poder de ação, conseqüentemente irritada e depravada. Estes fatores apresentam sua face no grau de violência e de conflitos vivenciados. Somado a isso, a tentativa de controle do Estado, dos recursos e manipulação das identidades religiosa e étnica. O desenvolvimento prejudicado apresenta falhas estatais que tornam a desigualdade em centro num país sem crescimento (ABDULRAHMAN, 2008, p. 291-292). Os problemas políticos e estruturais que dificultam o sucesso da democracia nigeriana estão presentes desde após a colonização inglesa.

Em 1861, os britânicos chegaram ao território de Lagos, o rei local cedeu as terras e o porto. Mais territórios foram anexados pela Coroa Britânica a partir de 1865. No sul da Nigéria que estavam localizadas as regiões com petróleo do rio Níger; os acordos locais firmados serviram, primeiramente, para afastar a competição ocidental, também no comércio. (HER MAJESTY'S STATIONERY OFFICE (Inglaterra), 1920, p. 15) Os órgãos ingleses competentes da época relataram a dificuldade de introduzir a cultura ocidental em distritos das províncias do norte, em 1915, devido ao idioma e à resistência dos nativos aos ensinamentos do cristianismo e da divisão do trabalho. No Protetorado do Norte, as escolas eram, predominantemente, muçulmanas; o Protetorado do Sul assistiu escolas, conseguiu treinar para trabalhos manuais necessários para a sua produção, produzir agricultura elementar, ensinar o idioma inglês e a educação superior. Ainda assim, os números de escolas do norte, seguindo os seus próprios ensinamentos tradicionais e religiosos, eram mais expressivos que os do sul. Ainda em 1915, eram, aproximadamente, 40000 pupilos sob a administração da Coroa, contando as escolas não assistidas por recursos britânicos; por outro lado, o norte possuía 1643 desses estudantes e mais 221668 pupilos em escolas islâmicas. Apesar de ter mantido a região do Lago do Chade nas suas fronteiras (HER MAJESTY'S STATIONERY OFFICE (Inglaterra), 1920, p. 20-27), a divisão colonial entre o território que foi adentrado pela cultura ocidental e aquele que não teve a mesma administração foi nítida. Apresentavam: desenvolvimento assimétrico em participação, identidades divergentes, limitação da sociedade e da economia num duplo sistema político que impõe obstáculos ao país frente ao sistema capitalista, em nível global (ABDULRAHMAN, 2008, p. 294).

A conveniência da Coroa Britânica aproximou povos sedentários, de costumes diferentes, que não interagiam entre si. Apesar das trocas comerciais, a ideia de uma constituição era ínfima sem um ancestral que cobrisse todo o território. Se os ingleses

concordaram com uma administração separada por regiões, assemelhava-se mais a uma tática de conquista e de ganho econômico que resultaria em tragédias quando esses deixassem o território e a administração para os nativos. Várias etnias que não dialogavam veem a subordinação como única escolha frente aos grupos maiores. A urbanização colonial atuou como o agente da competição interna e do reconhecimento de diferenças mútuas perante a falta de recursos imediatos para uma vida plena (AKO-NAI, 2008, p. 373-374).

Na tentativa de manutenção da estabilidade que a identidade das etnias cria obstáculos. Na pré-independência, os partidos seguiram a divisão entre as regiões e, conseqüentemente, a divisão étnica. Desde 1940, são encontrados movimentos e partidos nessas linhas: o Partido Democrático Nacional da Nigéria (NNDP) era originário da aristocracia dos *Fulani*; o Conselho Nacional da Nigéria e os Camarões (NCNC) era aliado da União Federal *Ibo* e tinha influência interna no partido; o Grupo de Ação (AG) estava ligado à elite intelectual *Yoruba*. A separação entre o NCNC e o Movimento da Juventude Nigeriana, no começo da década de 1940, foi motivada, também, por divisões étnicas — abandono do nacionalismo (AZEEZ, 2008, p. 331-332).

A identificação étnica nas áreas urbanas é o resultado da necessidade de sanar problemas individuais em grupo, indivíduos sentindo-se seguros pela solidariedade assim estabelecida. O regime colonial, nas poucas chances profissionais que oferecia, deixava vaga para a insegurança pela falta de empregos e de cuidados com os mais velhos. Foi assim que a heterogeneidade dos grupos foi sendo convertida em unidades reorganizadas e voltadas para o trabalho e para a competição. Não era mais o idioma que delimitava o território, mas a administração que preservou as características sociais dos grupos direcionando o melhor que pôde o modo de vida que uma colônia poderia ter (AZEEZ, 2008, p. 332-333).

Políticas de desenvolvimento diferentes e justapostas, somadas a restritos recursos financeiros, subordinam verticalmente as administrações nativas à colonial, sem integração que permitisse a horizontalidade no contexto nacional. Houve um distanciamento das administrações até a Segunda Guerra Mundial devido à falta de um mecanismo agindo na inclusão da representação do norte. Os recursos nigerianos não foram explorados, enquanto a colônia seguia como fonte de renda e defensora dos interesses estrangeiros. A estrutura social foi comprometida e induzida a um ciclo característico de um país usado como apêndice: cada tentativa de crescimento é seguida por fracasso, desde a sua incorporação ao capitalismo. O desenvolvimento alcançado foi desproporcional devido ao fato de haver divergências na educação entre as zonas nigerianas. Regiões que geravam mais capital tiveram maior investimento em serviços básicos e infraestrutura, as outras estão retardadas na cultura ocidental

e seus benefícios. Os impactos são sentidos desde a soberania do território nigeriano na luta étnica pelo poder e o seu aparato (ABDULRAHMAN, 2008, p. 294-295).

O norte nigeriano vivia da agricultura e a costa marítima, familiar aos colonizadores, educava cidadãos em escolas superiores. Havia desigualdade salarial enorme entre empregados e desempregados; iniciativas nortenas requeriam mão de obra qualificada não encontrada localmente, exigindo que fosse trazida de outros lugares. As cidades do norte, principalmente, distinguiam entre nativos e muçulmanos não nativos; também, os europeus ou outros imigrantes que não praticavam o costume islâmico. A resultante da migração foram diferenciações de grupos e institucionalização de identidades étnicas em áreas residenciais e, também, em ocupações profissionais. A desconfiança entre os grupos étnicos foi tratada por vias violentas e a intensificação das desigualdades geográficas, políticas, econômicas e sociais foi o modo estratégico adotado para a proteção de interesses (ABDULRAHMAN, 2008, p. 296).

O serviço público nigeriano, posteriormente, veio a respeitar estas divisões para contratar profissionais mesmo com outros mais capacitados para a função, apenas para evitar a discórdia que envolviam as iniciativas. Em 1946, ficou ainda evidente o caráter regional frente à repartição territorial, até que, em 1953, os partidos políticos mais influentes eram: NCNC, na região Leste; AG, na região Oeste; e NPC (Congresso dos Povos do Norte), na região Norte. A etnicidade foi uma arma da campanha eleitoral para as minorias mais poderosas defenderem os seus interesses, observado na Primeira República nigeriana, de 1959: os discursos de temor e de defesa que foram proclamados pelas lideranças partidárias. Estas foram, claramente, atitudes que vão contra a democracia. A distinção étnica implode a igualdade pela aceitação e rejeição baseadas exclusivamente na identificação com determinado grupo e nega a unidade nacional nigeriana (AZEEZ, 2008, p. 333-334).

Um exemplo desta tendência é a familiar região nigeriana conhecida como o Delta do Níger. Os grupos específicos receberam lucros e defenderam seus interesses frente ao restante do que viria a ser o país. Desde o século XV — com os portugueses, seu comércio de escravos e de óleo de palma — e no século XVI-XIX — as atividades missionárias cristãs e a colonização inglesa e, no ano de 1956, o petróleo nigeriano descoberto entraria para a lista de produtos a exportar, passível de ser comercializado. Foi no período da colonização que a Nigéria passou a ser um petro-Estado subordinado à necessidade internacional de sua *commodity*, lar de instalações de transnacionais petrolíferas que estimulariam ainda mais as desigualdades e as rivalidades de um território desunido, recheado de memórias de ódio e de tentativas de lucro (OBI; OKWECHIME, 2008, p. 347-348). Ainda assim, as receitas que ficavam no país

poderiam ser convertidas em iniciativas para geração na economia interna. Com o poder e o capital em mãos determinadas, começaram problemas maiores.

A administração política perseguida no período colonial foi abandonada em prol da divisão estatal em três regiões, suas maiores etnias no controle, uma atitude que desesperou as etnias menores e sugeriu que devia haver alianças entre agrupamentos que não partilhavam das mesmas políticas e tinham a sua cultura própria. A Nigéria, prestes a ser uma república independente e democrática, não defendia, a princípio, os direitos a serem promulgados a favor dos habitantes. Os movimentos por criações de Estados menores pediram que fossem feitas análises de tal possibilidade — principalmente nas minorias do petróleo e os *royalties* pagos. As argumentações da década de 1950 culminaram na Comissão de Inquérito, em 1957, para apurar fatos, cuidar de inseguranças e apaziguá-las. Em 1958, nenhum apelo foi atendido, nem Estado em separado foi criado e inúmeras recomendações foram apresentadas para o Delta do Níger. Era o passo para trás no que a região vinha construindo em termos de regionalismo e federalismo. Desde então, a economia baseada num produto era controlada por uma pequena parcela da população. A alocação da receita viria a ser modificada: entre 45-100% para o local de origem, a favor da elite etnoregional — não foi difícil no pós-Guerra Civil (1967-1970). As minorias não beneficiadas — das regiões ricas em petróleo — alegavam que o princípio estava corrompido: retirando da população o seu direito sobre os recursos naturais da sua terra, apoiando o controle federal e o enriquecendo os grupos dominantes (OBI; OKWECHIME, 2008, p. 350-351).

Grandes somas de dinheiro, frustração, ressentimento, e problemas ambientais pioraram as relações entre as minorias étnicas produtoras de petróleo e o restante: a maioria e as minorias que não produzem petróleo — de todo território nacional —, somado às minorias do Delta do Níger que também não produzem petróleo. A Guerra Civil pode ser vista como saída última a uma disputa de classes não democrática por poder e dinheiro dentro do país. Terras apropriadas como recursos naturais para extração, também pântanos e riachos, por decretos e leis que mantiveram o controle exclusivamente nas mãos de comunidades específicas. A associação com empobrecimento e exclusão geral é inevitável. Para as minorias do Delta do Níger, restou conviver com a degradação ambiental, os danos psicológicos e financeiros — pescar, negociar e plantar deixa de fazer parte de suas vidas (OBI; OKWECHIME, 2008, p. 352-353).

O petróleo virou o principal produto nigeriano no início de 1970, partindo de 0,1% da receita nacional, em 1959, para 87%, em 1976. Os choques dos preços, 1982 e 1986, derrubaram a economia em débito e crise, como será apreciado adiante. A falta de regulamentação manteve as relações do petróleo na rede de padrões privilegiados e seus clientes.

A riqueza seguia mal direcionada internamente, pouquíssimo desenvolvimento visível para a população, apenas distrações. Os habitantes que acreditaram que o recurso natural traria bem-estar para o seu dia a dia encontraram uma amarga decepção em forma de austeridade e de consumo dos ganhos da população em outrora. O que aconteceu, de fato, foi a crise como ascensão da força militar e das minorias privilegiadas, figuradas em facções políticas, ao poder para controlar as políticas estatais, o destino dos recursos, e assim, as despesas. Foi a exposição da dependência econômica nigeriana e o agravamento dos conflitos nas variáveis que lá estavam presentes. A distância econômica foi acentuada nos grupos sociais: os mais ricos concentraram mais influência no âmbito nacional e no controle de recursos. A disputa pelo poder nacional ficou entre os maiores povos: *Ibo, Yoruba e Hausa-Fulani*. Entre eles e os marginalizados no Delta do Níger (OBI; OKWECHIME, 2008, p. 344).

A região do Delta do Níger era responsável pela produção de petróleo e gás, mais de 70% do total nigeriano. Desde o final da década de 1980, a globalização e as estruturas internas estabelecidas têm escalonado os conflitos e as tensões entre as etnias da comunidade. As dificuldades regionais antes da independência não eram violentas: competição entre elites, classes ou aliança de etnias menores pelos seus direitos. Por décadas, as transnacionais do petróleo têm estado presentes no solo nigeriano e têm gerado consequências graves para o ambiente, principalmente depois de 1990, com a intensificação da extração e da poluição (OBI; OKWECHIME, 2008, p. 343-344).

A crise econômica, na década de 1980, reverteu os indicadores econômicos e sociais de 1960 e 1970. O general Babangida implementou políticas que pioraram a vida da população através da diminuição da renda *per capita*. Profissionais da classe média caíram na falência a cada alteração da economia. Sem empregos para os jovens, a alimentação e a saúde da população foram precarizadas. A linha da pobreza foi esmagadora, manteve as elites e os militares que acumulam riquezas. A estrutura da corrupção substituiu as atividades de investimentos econômicos e pôs os cidadãos a recorrer ao crime ou a qualquer atividade disponível que tenha alguma renda para a subsistência — a informalidade estava saturada. Ressentimento é o novo sentimento nacional, contra militares, elites étnicas e regionais, competição entre gerações e entre estados federados. Não houve conciliação entre Estado e pobreza, enquanto procuravam a solução na harmonia entre políticas implementadas no passado para o combate da calamidade (OLUKOSHI, 2000, p. 15-16).

A violência inter-étnica e inter-comunal aumenta, o uso de armas ceifa vidas e toma propriedades em vilas, comunidades e cidades. Os conflitos, apresentados a seguir, são o resultado do aumento da pobreza e da miséria devido à: economia instável e dependente,

diminuição do bem-estar e das oportunidades, poluição ascendente e tentativas de controle de recursos naturais cada vez mais escassos. As elites étnicas — às vezes, apenas por demonstração de poder — viravam seus moradores uns contra os outros, num sentimento de mágoa que termina em conflitos devido à instabilidade da região. A população, em grande parte jovem, está desempregada e furiosa ou dentro das práticas que perpetuam as desigualdades e as patronagens pelas petrolíferas e pelo Estado — pagantes a quem diz ser dono do terreno com os recursos que desejam. A sustentabilidade não é considerada neste modo de exploração e as suas contradições prejudicam bastante a equidade e o ecossistema em regiões de países em desenvolvimento, como é o caso do Delta do Níger. Nestas circunstâncias, a economia de subsistência deixa de existir quando a degradação é enorme, os cidadãos não são considerados. O espaço é empregado em outra atividade, deixando os habitantes lutando pela sobrevivência e entre eles (OBI; OKWECHIME, 2008, p. 355-357).

Não há apenas uma causa para os conflitos étnicos e problemas de identidade nigeriana. As bases dos conflitos são importantes: as forças sociais e históricas, sua disseminação de informação e conhecimento sobre os assuntos que envolvem sentimentos sobre uma reestruturação econômica e democrática, sob todos os indivíduos envolvidos — geração de tensão não controlada na população. Além dos conflitos, também prejudicará, a ação coletiva em direção aos objetivos vislumbrados de antemão. Insegurança somada à expectativa de oportunidades de uma vida próspera são uma combinação que tende à violência generalizada num ambiente competitivo que equilibra as expectativas com a violência das frustrações. Observadas as desigualdades, é nítida a falta de uma atuação específica e efetiva que: compreenda problemas específicos de grupos e permita a execução dos planos iniciados (ABDULRAHMAN, 2008, p. 293-294).

A cultura étnica como freio ao desenvolvimento, os interesses dos empregadores, das classes e dos trabalhadores estão diretamente ligados ao benefício de grupos dominantes frente ao interesse nacional por via da criação de políticas e de monopólios públicos em toda a vida econômica do país. O setor privado ficou em segundo plano numa estrutura hegemônica do governo e dos interessados. O Estado passou de agente a ator principal para manter uma hegemonia que subjuguava a sociedade civil ao governante e ao governo. As políticas socioeconômicas nesta plataforma eram tais que, quando aceitas, serviam apenas para a remoção da racionalidade e da objetividade das mesmas e dos processos, enrijecidos e difíceis de aderir a mudanças. O desenvolvimento nigeriano não era previsível, o setor privado sem papel definido e alienado por conflitos — sem base teórica e confiança em resultados positivos, não houve transformação socioeconômica (FAKIYESI, 2008, p. 396-397).

É importante compreender a atuação dos líderes do país e a sua relação com a política econômica, ainda mais com toda a receita do petróleo por mais de três décadas e políticas públicas sem consistência na prática. De fato, a corrupção e insegurança social fomentaram oportunidades em um ambiente para quem caçasse lucros sem o regramento do Estado. Os sucessivos regimes, abusando do poder estatal, comprometeram as contas públicas, conseqüentemente, aderindo às políticas da globalização. Este foi o caso do programa de ajuste estrutural e das suas medidas — privatização, liberalização, mobilização de recursos, dentre outras. Também é importante entender como estas políticas, insensíveis a uma série de problemas internos, intensificaram as desavenças e evidenciaram as falhas existentes das administrações anteriores no desenvolvimento econômico — principalmente a função cumprida pela privatização no país nigeriano (FAKIYESI, 2008, p. 389-390).

3.2 ATUAÇÃO MILITAR NAS TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS

3.2.1 Clivagem social

A globalização conectou diferentes regiões, partindo da Europa e América, o conhecido Ocidente. Há a troca de ideias, pessoas e culturas cada vez mais intensa que a assemelha a uma comunidade global — incluindo também intervenções militares estrangeiras, se for preciso — (IWARA, 2008, p. 20-21) e desde antes do século XIX, é um fenômeno familiar no país nigeriano: portugueses e britânicos avançaram com os seus interesses e modos de vida e costumes, na África. A amalgamação dos protetorados da Nigéria, pelos britânicos, a imposição da sua educação e do seu sistema político são lembranças que refrescam a memória daquele território neste processo de adentramento de mercados, de liberalização econômica e de instituições — agora democráticas. Este processo não é horizontal. A percepção nigeriana possivelmente apontará contra esta tendência considerando a sua participação no mercado internacional e as vantagens que os países industrializados têm nestes modos de agir. As instituições que controlam fundos e decidem como o comércio internacional procederá não são nigerianas ou africanas, a sua participação ainda é pequena. O mundo globalizado pode ser agente da devastação de um país economicamente instável e que enfrenta a fome nos olhos, todavia, apresenta modos de pensar que questionam práticas violentas e como não atuar pelo bem do povo (IWARA, 2008, p. 21).

Na Nigéria, os candidatos políticos têm o peso das suas conexões e afiliações que estão além da campanha, programas, ideias e argumentos. Nos partidos, a divisão de influência é visível e nítida desde as eleições de 1959, véspera da independência nacional. Os resultados mostram as forças da política de identidade nos partidos políticos vitoriosos. No Leste, o partido *Ibo* era intitulado de Conselho Nacional da Nigéria e Camarões (NCNC). O Oeste foi representado pelo partido *Yoruba*, conhecido pelo nome de Grupo de Ação (AG). O Norte apresentou o Congresso dos Povos do Norte, partido islâmico *Hausa-Fulani* (IWARA, 2008, p. 19-20).

Em 1960, as regiões também tinham tamanhos diferentes e instituições faltando para a representação de todos os habitantes, aspirantes a uma democracia na independência. O abandono do *status* de colônia foi seguido por regimes militares (AKO-NAI, 2008, p. 375). Já em 1961, as Forças Armadas introduziram o sistema de cotas — divisão vertical. *Hausa-Fulani* teria 50% do pessoal, o restante foi dividido em partes iguais entre o Leste e o Oeste. A exigência educacional do militar nortenho foi diminuída. O tamanho da administração estatal do Norte foi sentido e uma série de golpes violentos separaram os militares da população. Nenhum regime tentou apaziguar as relações civis-militares, as missões apenas deterioraram ainda mais a imagem das Forças Armadas nas suas interações com as etnias. Era a questão nacional da unidade nigeriana (AKO-NAI, 2008, p. 378).

As regiões norte e sul do país tinham as suas desconfianças, as outras minorias ficavam na marginalização política. A mesma lógica de disputa por poder baseada nos votos da sua região continua desde a Primeira República Democrática até os dias atuais, com mudanças dos partidos políticos (AKO-NAI, 2008, p. 376-377). Os integrantes de cada grupo etnolinguístico ficavam muito ligados às origens, mesmo indo para outras regiões do país. As elites não conseguiam satisfazer as necessidades dos seus; mais separações vieram, como foi o caso do centro-oeste, em 1964. De 1967 até a virada da década, as demandas de separação dos *Ibo* terminaram em uma guerra civil extremamente violenta para os civis, sem os resultados esperados. Mais grupos levantavam o seu tom na esperança de alcançar um mínimo necessário para manter uma vida estável. Ao mesmo tempo, as lideranças que trabalhavam a favor da divisão étnica continuaram a crescer (AKO-NAI, 2008, p. 377).

O controle estatal apontou cada vez mais para esta divisão nas suas promoções e nomeações. Na década de 1960, o sistema de cotas também deu as caras na educação. Professores sulinos mais qualificados eram obrigados a ceder o cargo para os do Norte, apesar da falta de competência para a execução das tarefas e para a transmissão do ensino. A democracia foi esquecida durante os regimes para manter aquela estabilidade local de violência

e dúvidas. A maior marginalização da infraestrutura, a localização das instituições administrativas e a receita gerada dos recursos naturais intensificaram os conflitos quando o número de estados federados aumentou e restringiu ainda a quem o dinheiro era destinado (AKO-NAI, 2008, p. 378-379).

O caráter do Estado influenciou em como as ideias penetraram na cultura e nos mecanismos sociais, econômicos e políticos. O Estado nigeriano teve sua independência forjada sobre o tripé de controle étnico formalizado nas eleições de 1959 com o NPC (*Hausa-Fulani*), AG (*Yoruba*) e NCNC (*Ibo*) no controle das regiões. Em 1961, foi decidido abandonar o inglês como idioma oficial nacional por um nacional; entretanto, o idioma *Hausa* não foi escolhido na votação parlamentar e a polarização foi mantida. A manutenção do poder político nas mãos dos três grupos étnicos principais também foi defendida desde a década de 1960, evitando a influência das outras regiões e partidos. Este foi o caso do centro-oeste nigeriano: partido *Yoruba* presente no território, mais a ação conjunta NPC-NCNC, a nível federal, para a remoção e o enfraquecimento da oposição *Yoruba*. A liderança opositora foi desfeita e o oeste veio a vislumbrar, sob outra administração desunida, a necessidade de voltar ao norte — para apoiá-lo e ser lembrado. Em 1965, a crise *Yoruba* aprofundou. Em 1966, o país sofreu um golpe militar. *Hausa-Fulani* e *Yoruba* sofreram casualidades nas suas lideranças, o que não aconteceu com líderes *Ibo*. Sob especulações sobre a origem étnica do golpe, um *Ibo* que recebeu o comando no golpe: o major-general Aguiyi-Ironsi. A etnia *Hausa-Fulani* tentou assumir a lei e houve revoltas seguidas de mortes de *Ibo*, também de *Yoruba*, por engano. Os imigrantes, com medo, voltaram às suas regiões natais. Talvez foram mafiosos de Kaduna que iniciaram as tensões, enfim, a guerra civil estava dada. Desde então, por 33 anos, o país foi comandado por maiores-generais nortenhos — exceção da presidência de Alhaji Shehu Shagari (1979-1983), do norte (IWARA, 2008, p. 25-26). Houve experimentos democráticos ao longo deste período.

Não há nada novo nesta observação histórica das administrações no país, se entrar em conta a globalização desde a expansão imperial ocidental, ostentando o seu modo de fazer negócios que carregam. A resistência nativa acabou sendo removida, como hoje em dia, por acordos econômicos ou pelo uso da força. A organização política foi a forma “mais saudável” de conquistar os objetivos da Coroa Britânica: conseqüentemente, o lucro. Os interessados nigerianos em colaborar participaram do regramento indireto inglês e administraram o melhor que puderam para manter o sistema internacional e a sua cadeia comercial, desde aqueles locais também. A primeira tarefa administrativa foi manter os recursos naturais fluindo para Londres. Os missionários cristãos que foram pregar os ensinamentos religiosos na Nigéria tentaram transmitir a educação ocidental — a administração da colônia insistiu que fosse feito em inglês,

a linguagem do comércio e dos interesses britânicos. Sabe-se do impacto do idioma nas capacidades cognitivas e desempenho de tarefas dos indivíduos. A independência vigorou apenas quando o padrão de comércio estava insustentável para manter a paz sob as mãos inglesas. Entretanto, em 1979, a liderança nacional concordou que o inglês como idioma oficial não condizia com o estágio de desenvolvimento nacional. A globalização continuará operando e comunicando como for o interesse das instituições internacionais (IWARA, 2008, p. 27-28).

A influência internacional continuou forte. Sabe-se que a independência que seguiu na década de 1960 não condizia com a democracia parlamentar conhecida. Os militares estavam mais organizados que o governo civil e, em 1966, tomaram o poder a fim de direcionar o país para a adesão às instituições democráticas de maneira sólida. Infelizmente, as constantes intervenções e longas estadias administrando o poder comprometeram a responsabilidade democrática — o desdém minou as chances da democracia prosperar naquele clima de independência que passou. Os militares, no governo, também competiram, com suas forças disponíveis, por poder. Os programas de transição democrática acabavam mais como uma distração do que um vetor para a liberdade política (OJO, 2014, p. 20-21). O Estado manteve a herança colonial de dominação.

3.2.2 1975-1979: generais Murtala Muhammed e Olusegun Obasanjo

O programa posto em prática pelos generais Murtala Muhammed e Olusegun Obasanjo veio na substituição da administração do general Yakubu Gowon, lenta e incapaz de avançar uma transição da forma de governo para o ano de 1976. O general Muhammed queria que o governo civil, em sua composição, fosse entregue para o público, em outubro de 1979. Contudo, em fevereiro de 1976, ele é morto em um golpe militar. O progresso deixado foi continuado pelo general Obasanjo que não percebia a nova data inicial como intangível. A criação do governo local aconteceu, para os processos políticos. A Comissão Federal Eleitoral (FEDECO), criada em 1975, para organizar a criação dos partidos políticos e conduzir eleições legítimas, estava a pleno vapor. O Comitê de Esboço da Constituição (CDC) estava encarregado de cuidar para que as vulnerabilidades e os conflitos nacionais fossem compreendidos em lei federal, as elites faziam a sua pressão. A Assembleia Constituinte daria o seu aval; aprovada, seria enviada para o Conselho Militar Supremo para a aprovação final (OJO, 2014, p. 21-22).

Em setembro de 1978, os partidos políticos foram banidos. A FEDECO aprovou apenas cinco para a eleição de transição: Partido dos Grandes Povos da Nigéria (GNPP), Partido de Redenção dos Povos (PRP), Partido dos Povos da Nigéria (NPP), Partido Nacional da Nigéria

(NPN) e Partido da Unidade da Nigéria (UPN). Participam de todas as eleições locais até a polêmica na eleição presidencial; o Chefe Obafemi Awolowo (UPN) foi para a corte desafiar a vitória de seu concorrente político, Alhaji Shehu Shagari (NPN). A acusação estava na interpretação de uma provisão constitucional em mais da metade dos estados federados, os votos dados ao vencedor não correspondiam com o prescrito em lei para ser eleito. A acusação foi negada na Suprema Corte. Concluídos os trâmites, Alhaji Shehu Shagari foi eleito o novo presidente da Nigéria. Como prometido pelo general Obasanjo, o poder foi entregue ao civil eleito democraticamente, em outubro de 1979. Este foi um programa vertical, imposto pelos militares, que provou a capacidade militar de transferir o governo quando há vontade da sua parte para tal. Este experimento durou apenas quatro anos: 1983 foi ano que o general Muhammadu Buhari assumiu o poder, sem planos para um governo civil, aliás, banuiu as atividades políticas. Assim ficou, até 1985, quando general Babangida tomou o poder (OJO, 2014, p. 22-23).

3.2.3 1985-1993: general Ibrahim Babangida

O general Ibrahim Babangida manteve o poder de 1985 até 1993. Este era o começo da administração militar com o programa de transição mais longo e caro. Um processo de aprendizagem política para a classe política e sua cultura foi planejado para ser executado gradualmente. Estava inclusa uma nova ordenação política para a transição e para o país. A Constituição de 1979 sofreria uma revisão, em 1989, pelo Comitê de Revisão da Constituição (CRC) e foi estabelecida a Comissão Nacional Eleitoral (NEC) para as eleições sem partido nos governos locais. Outros órgãos para a transição democrática foram estabelecidos. O banimento de partidos políticos foi removido. Das oitenta e oito associações, surgiram treze partidos interessados nas eleições. Por fim, o presidente decidiu fazer apenas dois partidos políticos um pouco afastados do centro, estes eram Convenção Nacional Republicana (NRC) e Partido Social-Democrata (SDP). Os manifestos dos treze partidos originais foram convertidos em apenas dois pelo NEC, um para cada. Esse foi um erro do governo, os dois partidos não cobriam toda a gama política e interesses nigerianos apenas com conservadores e progressistas (OJO, 2014, p. 23-24).

A administração atrasou a transferência do poder: o que era para acontecer em 1990 foi sendo postergado até 1993. Além disso, aspirantes presidenciais ficaram banidos por discordarem dos resultados. Foram apontados representantes dos dois partidos, Alhaji Adamu Ciroma (NRC) e general Shehu Musa Yar'Adua (SDP). Os políticos da Segunda República não

puderam participar das eleições ou possuir cargos políticos por um período de dez anos; funcionários militares, civis condenados ou punidos por corrupção também foram proibidos. Outra eleição presidencial foi marcada para junho de 1993, chefe Moshood Kashimawo Olawale “M.K.O.” Abiola e embaixador Baba Gana Kingibe contra Alhaji Bashir Tofa e doutor Sylvester Ugoh. Esta eleição foi uma exposição da hegemonia nortenha sobre o sul, teve mais de 3000 observadores internacionais e foi o fim dos dez anos de governo militar. Um caso foi trazido à justiça pela Associação para Nigéria Melhor (ABN) para proibir o NEC de realizar a eleição há menos de 48 horas de ser executada. Era um pedido de crise política. A eleição seguiu em frente e, apesar de certa precariedade logística e de dificuldades de registrar cédulas. Enquanto os resultados estatais eram divulgados, a eleição e as todas as atividades do NEC foram suspensas pelo Juiz Dahur Saleh devido ao caso ABN. A vitória estava nas mãos de Abiola (SDP), 58% de votos dos 35% votantes do total nacional. Ainda que pacífica e sem grandes problemas, foi taxada como uma fraude e inconstitucional por aqueles que não se sentiram representados. Parece que o ABN não tinha nenhum plano a não ser prolongar a estadia do general Babangida no poder por mais dois anos. O governo repeliu o programa de transição tornando impossível apelar à justiça sobre a decisão nos tribunais, pronunciou que havia provas de corrupção, manipulações no NEC, nos eleitores e também assumiu total competência sobre as decisões para a terceira eleição presidencial e do programa de transição para o governo civil (OJO, 2014, p. 24-27).

Os *Yoruba*, no sudoeste, não aprovaram as decisões de exclusão do governo federal, visto que decisões deste tipo que desestabilizaram a Primeira e a Segunda República. “M.K.O.” Abiola negado como presidente também magoou a região, aproximando um colapso. Após declarações descontentes do antigo candidato, a Campanha pela Democracia (CD) organizou manifestações em massa que terminaram em violência pela oposição ao Estado e seus agentes — centenas morreram. Todos procuravam voltar a suas casas e deixar as grandes cidades, temendo nova guerra civil, principalmente o povo *Ibo*. Este foi o pior ocorrido do país em 33 anos, ainda mais com a expectativa de manutenção do poder militar, sob o general Babangida. O Governo Nacional Interino (ING) assumiu o controle, mas o seu programa apenas poderia transferir a crise atual para os próprios militares (OJO, 2014, p. 27-28).

3.2.4 1993-1998: general Sani Abacha

Cinco meses após a candidatura negada de “M.K.O.” Abiola pela terceira eleição presidencial nigeriana, em novembro de 1993, o mesmo declarou que o Governo Nacional

Interino (ING), substituindo o general Babangida, não era legal. O país voltou à ditadura militar por via de uma encenação de golpe de Estado, aplicada pelo general Sani Abacha, que destruiu qualquer base democrática que estava sendo construída — ele ficaria no poder até 1998. O ING estava, desde agosto, provavelmente fingindo uma administração sem data para terminar, aproveitando das expectativas de um povo anseando pela institucionalização da democracia. O general Abacha também prometeu, e não cumpriu posteriormente, que haveria uma Conferência Nacional Soberana (SNC) para debater sobre os recursos a Nigéria possuía e não eram convertidos a favor da população. Sua manobra para ganhar tempo foi uma Conferência Constitucional Nacional (NCC). As dúvidas com relação às intenções democráticas desta conferência levaram os movimentos pró-democracia a boicotar delegados a serem selecionados. A baixa participação eleitoral levou 300000 votantes para a escolha de 273 delegados, desses, 96 foram escolhidos pelo governo. Houve uma confabulação para direcionar o governo para a permanência do general Abacha no poder. O NCC tinha fixado a saída dos militares para janeiro de 1996, mas veio a revogar a sua decisão e deixar o controle sem data de validade para o regime vigente (OJO, 2014, p. 29-30).

A confabulação tratou de questões como democracia, governança, questões nacionais e as suas soluções. Também veio com planos para: rascunho de Constituição, sistema de presidência, sistema multipartidário, alocações de receitas sob o princípio de derivação e a Comissão de Caráter Federal. O Conselho Deliberativo Provisório examinou o documento, considerou insatisfatório e o enviou ao público para o debate. A institucionalização do Executivo, a facilitação da divisão em seis zonas agrupando os estados federados e a presidência rotativa seriam testadas por um período de trinta anos. A proibição, determinada pelo Governo Militar Federal (FMG), mostrou-se pela insuficiência da NCC em desempenhar as suas funções. Adicione a isso o fato do regime desacreditar candidatos não vinculados aos militares, nas eleições locais de 1996, para manter a sua posição no poder e deturpar mais vez qualquer chance de democracia e as suas práticas. Mais estados federados foram criados, em 1996 — agora são trinta e seis — para angariar suporte para o seu programa. A Comissão Eleitoral Nacional da Nigéria (NECON) começou a preparar a criação dos partidos, limitados em quinze associações. Eram necessárias taxas de inscrições, 40000 eleitores por estado federado, 15000 em Abuja, distribuição e organização em todos os níveis do governo, sua constituição e manifesto. Isso, num prazo de dois meses para o NECON realizar verificação e pontuar os partidos, aprovando os que estiverem acima de 50% do total. Cinco foram aprovados: UNCP — Partido do Congresso da Nigéria Unida, 75%; CNC — Congresso para Consenso Nacional, 60%; NCPN — Partido da Consciência Nacional da Nigéria, 63%; DPN — Partido Democrático da Nigéria,

57%; e GDM — Movimento Democrático de Base, 54%. Infelizmente, o general Abacha não queria seguir o seu próprio programa de transição, intervindo nas eleições da Assembleia Nacional e atrasando as eleições para governantes por considerar que os próprios não teriam habilidades para lidar com possíveis desobediências civis. Mais uma vez, como a terceira eleição presidencial, o Estado era paralisado pelo líder nacional. A Assembleia da República e as suas duas câmaras foram empossadas apenas após a morte do general, em 1998 (OJO, 2014, p. 30-32).

Anteriormente, o general Abacha havia manifestado interesse em ser presidente civil eleito. Quem trabalhava na campanha do general estava a postos, tanto quanto os cinco partidos preparando as candidaturas estaduais e presidenciais, para atrair mais votantes pelos estados federados. Na estratégia do general, governantes tradicionais o homenagearam e pediram pela sua participação nas eleições presidenciais. Outros grupos também mobilizaram recursos a seu favor; um deles mobilizou a juventude num total de dois milhões para um dos seus comícios — o Conselho Nacional de Associações de Jovens da Nigéria (NACYAN) pediu a sua candidatura. A rede de telecomunicação da Nigéria estava disponível para transmitir sua aparição com a Força Policial da Nigéria, fazendo segurança aérea do local. Os seus esforços e números eram considerados uma farsa por analistas políticos. Os cinco partidos seriam o disfarce para a campanha de um general aclamado nacionalmente, o UNCP como seu partido político. Se ele fosse fracassar, a manipulação e coerção atuariam para silenciar qualquer opositor. No tempo da morte do líder militar, o general Abubakar Abdulsalam termina o plano fraudulento e instaura a autocracia mais uma vez, oficializando o estado de sítio e as práticas anti-democráticas na sociedade civil nigeriana (OJO, 2014, p. 32-33).

3.2.5 O legado militar à democracia nigeriana

O Estado não tinha a defesa dos direitos humanos na sua cartilha sobre ética. Políticos banidos, sabotados, denunciados e intimidados formaram um movimento de resistência, desde 1994, intitulado Coalizão Nacional Democrata (NADECO). Além da defesa dos direitos humanos, queriam o fim da ditadura militar pela aprovação de “M.K.O.” Abiola como presidente na eleição presidencial. Por outro lado, o governo estava prendendo líderes: em 1995, os generais Shehu Musa Yar’Adua e Olusegun Obasanjo foram presos; doutor Beko Ransome-Kuti e jornalistas também, por supostos planos de derrubada do regime. Ainda mais, Ken Saro-Wiwa e outros oito ativistas *Ogoni* também foram assassinados naquele ano. Em 1998, Abiola morreu na prisão. As comunicações eram fechadas pelo governo, pessoas

torturadas e mortas. O regime era o mandante do crime, paralelamente alegando a incubação e o parto da democracia nigeriana (OJO, 2014, p. 33-35).

A década de 1990 é marcada por: supressão política do sul; cancelamento da eleição de 1993; inflação elevada e os seus impactos na população; e governança pobre e muito corrupta, numa economia em decadência, mesmo com a receita do petróleo porque estava destinada às elites privilegiadas pelas políticas de identidade. O governo militar e classes políticas não viram escolha a não ser ceder à pressão popular e exterior após inúmeras batalhas travadas contra outros grupos étnicos do país. A divisão territorial compreendia seis regiões para facilitar a liderança federal, governos locais foram criados e o poder foi concedido para tratar das carências específicas. Os *Yoruba* foram compensados pelas perdas de suas vidas na atuação ferrenha contra o regime militar, os *Ibo* ainda sentiam as feridas da guerra civil. A falha como Estado político de direitos iguais para todos os seus cidadãos e a péssima gestão econômica foram o terreno para a política de identidade. Não houve pressão da globalização, entre os anos das décadas de 1980 e 1990, que impedisse o sul de precisar partir para a luta armada contra as injustiças sofridas (IWARA, 2008, p. 26-27).

O que a administração Babangida institucionalizou foi a corrupção como atividade principal do governo federal. Numa decisão, o Banco Central saiu do controle do Ministério da Fazenda e ficou sob os cuidados da presidência. As contas internacionais da receita do petróleo eram desviadas, o que coincidiu com a elevação dos preços do petróleo, após o começo da Guerra do Golfo (1990). Os ministros assumiram uma posição de contador; o cargo de secretário, que cuidaria da tarefa permanentemente, deixou de ser de um funcionário público. O general Babangida foi ainda mais longe: escolher quem — pessoa, grupo, instituição — adentraria na corrupção por incentivo da administração. Assim, os recursos passaram a ser, todos, privados. Esse foi o trabalho que o general Buhari classificaria como feudal: o clientelismo e os recursos manipulados andavam de mãos dadas a favor dum grupo que perpetuava esta administração, o que manteve a economia nigeriana funcional. Os valores éticos foram completamente abandonados por todos no poder, até os militares apenas buscavam o lucro individual. Dessa maneira, a continuidade veio sob o comando do general Abacha: aprofundou a pilhagem ainda mais, envolveu sua família e seus assessores — como o general Abubakar viria a apresentar — numa soma de mais de US\$2bi. A última administração militar, também, sabia que era a chance final de pilhar o Estado, o fez: militares no controle dos estados federados recebiam verbas totais ou parciais para contratos que não aconteciam. Assim, moedas estrangeiras do país diminuíram em aproximadamente US\$2,7bi, num período de três meses. No ano de 1999, o *déficit* do país seguiu crescendo devido aos contratos concedidos à estrutura

de corrupção e do setor do petróleo, até as vésperas da transição democrática (OLUKOSHI, 2000, p. 10-12).

O general Abubakar não queria manter o poder nas mãos dos militares. Assim, o povo aceitou-o até concluir a quarta transição democrática. Em julho de 1998, seu programa de transição foi anunciado: um governo civil seria eleito para o dia 29 de maio de 1999. A morte de “M.K.O.” Abiola não abalou o governo. Era um novo recomeço sem as instituições anteriores, proibições a candidatos ou banimentos do país; a Comissão Eleitoral Nacional Independente (INEC) ficou responsável por gerenciar as eleições. Das associações que concorreram para os governos locais, três foram oficializadas como partidos políticos: PDP — Partido Democrático Popular; APP — Partido de Todos os Povos; e AD — Aliança pela Democracia. Basicamente, eram as coalizões da Segunda e Terceira República, alguns ricos e cálculos novos para as distribuições geopolíticas. Em novembro de 1998, o esboço da Constituição de 1995 foi retomado pela Corte de Apelação. Em dezembro de 1998, o relatório foi enviado para o chefe de Estado; em maio de 1999, o general Abubakar assinou a Constituição; no dia 29 daquele mês, estava operativa. Os militares entregaram o poder ao presidente eleito numa eleição que aconteceu antes da Constituição ser aprovada e a eleição estar na lei. Houve irregularidades contestadas, ao passo que a pressa pôde ser devido à vontade de terminar com o comando militar na política. Embora que Olu Falae tenha contestado o resultado, aceitou a vitória do outro candidato, o Chefe Obasanjo (PDP). Era o início da Quarta República, com o comando sob um candidato preferido dos militares (OJO, 2014, p. 35-36).

As transições políticas realizadas pelos militares nunca transferiam poder aos civis. Os discursos sobre democracia e necessidade da sustentabilidade política apenas acabaram quando o regime militar cansou de governar e entregou a tarefa aos civis. A eleição presidencial estava longe dos padrões internacionais. As Forças Armadas atuaram onde a polícia falhou para manter a estabilidade das eleições. Não interviram na política e, mais profissionalizados, não tentaram cuidar de tarefas que não são suas para desempenhar (OJO, 2014, p. 36-37). Após dezesseis anos de ditadura militar, todo o descrédito e os colapsos herdados das tentativas de programas para a transição democrática, pelos generais Babangida e Abacha, viram o seu fim sob o comando do general Abubakar. Dado o contexto apresentado no país, a transição teve que ser rápida, onze meses para a conclusão e a entrega da nação ao governante eleito presidente. Aparentemente, a Quarta República tinha sido implementada com sucesso, todavia, cabe aos governantes assumirem a sua responsabilidade e a desempenharem governos confiáveis com instituições democráticas que saciem as necessidades da população (OLUKOSHI, 2000, p. 5-6).

A infraestrutura nigeriana é o maior desafio para recuperar a expectativa favorável que o Estado não está passando apenas por mais um experimento democrático. A primeira administração militar que permaneceu no poder (1966-1979) expandiu a capacidade do país seguindo as altas do preço do petróleo. Porém, houve uma grande decadência na segunda administração (1983-1999), após interromper a Segunda República, desde a metade do governo do general Babangida e todo o comando do general Abacha. O argumento militar de rapidez no crescimento do país, para dar os golpes, mostrou-se não cumprido. Na primeira intervenção militar (1966), a governança militar foi favorável ao funcionalismo ao evitar diversas problemáticas políticas que retardariam o desenvolvimento dos processos na infraestrutura e na economia. Os decretos militares eram pontuais para os problemas nacionais, tinham uma boa percepção frente à sociedade nigeriana. A reputação militar sofreu um grande golpe na sua segunda administração: abandono das práticas do Estado de direito, dos direitos humanos e das liberdades individuais. Os dois anos de Buhari-Idiagbon foram um despertar para os cidadãos quando a própria junta militar sofreu um golpe (1985). Este foi o ano que o sucateamento da infraestrutura esteve fortemente presente nas comunicações e nos postais, nas redes de energia e de água, nas vias ferroviárias e rodoviárias. Os orçamentos direcionados eram convertidos em obras paradas nas rodovias. As vias ferroviárias tiveram o mesmo destino, grandes recursos e resultados vergonhosos. Em 1995, a indústria do petróleo também sofreria abandono, sem cuidados básicos de manutenção. Nem os acordos da NNPC (Corporação do Petróleo Nacional Nigeriano) foram cumpridos e as refinarias pararam. Derivados do petróleo eram importados e havia filas para a compra de gasolina nos postos dum dos maiores produtores do óleo no mundo. O crescimento era da corrupção e do clientelismo. O fornecimento de eletricidade também degradou muito, desde após a Guerra Civil (1970). A tentativa do primeiro governo Buhari era resolver este problema. Apenas piorou com o passar dos anos numa redução de produção elétrica para um terço dos 5400 megawatts que atingia; passou a ser luxo ter o fornecimento da Autoridade Nacional de Energia Elétrica (NEPA). Sobre correios, comunicações e água: a elevação de preços acompanhou a deterioração da infraestrutura — mais taxas eram repassadas para a manutenção básica do fornecimento. Os recursos enormes do Estado, para todas as atividades, nunca surtiram em melhoria das capacidades de infraestrutura do país (OLUKOSHI, 2000, p. 6-9).

3.3 PRESSÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA QUARTA TRANSIÇÃO

3.3.1 Pressões econômicas

3.3.1.1 Opções disponíveis

A dependência da Europa Ocidental — também da América do Norte — foi fortalecida em: negociações, tecnologia, ajuda e empréstimos. Foi a continuidade da administração colonial, apoiada na exportação do petróleo. As taxas de crescimento acima das desigualdades eram a esperança que os números seriam convertidos em desenvolvimento estatal. Os números não refletiam nem em números. De 1975 até o final da década de 1990, apenas meia década obteve crescimento acima dos 6% estipulados pelos governos federais nos seus programas, enquanto o restante passou em branco ou negativo (ABDULRAHMAN, 2008, p. 297-300).

A estratégia de crescimento, sem distribuição das receitas, dependência de apenas um produto para exportação, vulnerável a instabilidades internacionais e transtornos internos, apresentou um cenário de um país despreparado para os desafios sociais, políticos e econômicos que teria de enfrentar. A extração mineral recebeu mais investimento externo do que todas as outras *commodities* primárias. A situação nigeriana também era tal que muitos profissionais qualificados deixaram suas casas para viver em países desenvolvidos e ficaram para trás apenas pessoas despreparadas para os empregos, desempregados (ABDULRAHMAN, 2008, p. 303).

Mesmo com o país participando da Organização Mundial do Comércio, as forças de mercados disponíveis — sem barreiras para pessoas, serviços e trocas — ainda mantinham o Reino Unido como principal parceiro. Ainda apresentavam dificuldades em comercializar com os vizinhos africanos e enfrentavam as resistências da globalização colonial. Por exemplo: a tecnologia da informação foi movimentada por norte-americanos, dos Estados Unidos da América, e por britânicos, as suas empresas estrangeiras implementando serviços no país, como foi com o Sistema Global para Comunicações Móveis (GSM). Não é à toa que os nigerianos não eram defensores da abertura, seus negócios foram prejudicados pela competição que visava promover as regras a favor de quem era consolidado — esta foi a situação nigeriana, dados os recursos disponíveis (IWARA, 2008, p. 28-29).

A privatização nigeriana estava infestada com armadilhas internas que impediam a sua aplicação. Era questionável se a desmonopolização deveria ser o primeiro passo dado pela administração estatal. Dentre os maiores problemas para a sua realização, estavam: as divergências de interesses nas políticas não eram resolvidas; a comunicação tinha as suas falhas e as políticas sofriam para serem compreendidas e aplicadas a fim de alcançar os resultados de curto e longo prazo; a falta de critérios para a seleção de programas e de projetos a serem

implementados; a superestimação de recursos e de limites requeridos no que dizia respeito às políticas para privatizações; e, além das políticas, o ambiente que permitisse a saída do capital para fora do país (FAKIYESI, 2008, p. 398-399).

A desmonopolização era a mais provável de criar o ambiente propício a negócios e a atuação de indústrias e de investimentos. Entretanto, o Estado fez questão de dirigir a velocidade e a atuação da economia pela prática de políticas regulatórias e de gastos financeiros. O governo estimulou a expansão não considerando a viabilidade que os setores ofereciam a curto e a longo prazo. Nos anos 1980, foi a década da precarização fiscal e dos resultados lamentáveis dos investimentos públicos que impulsionaram a aceitação de políticas desreguladoras. O programa de ajuste estrutural não obteve êxito devido à demora de aplicação desde seu começo, em 1980, até a década de 1990. Neste ponto, a privatização estava novamente na moda devido à globalização. Além dos setores públicos e privados, a governança ganhou mais peso para assegurar desenvolvimento econômico (FAKIYESI, 2008, p. 395).

Sociedade e economia sentiram as administrações militares nos preços dos produtos, daqueles que ainda restavam disponíveis. A Nigéria foi grande importadora de geradores elétricos para grandes empresas nos últimos anos da década 1980 — ter o diesel era outro problema. Empresas menores fecharam, estradas precárias e falta de outra opção elevaram os preços, inclusive alimentícios. A inflação consumia o poder de compra. As indústrias tiveram uma queda para abaixo dos 30% da produção e a economia informal teve a sua expansão assegurada, pela falta de infraestrutura. Foram as transnacionais do petróleo e a acumulação primitiva que mantiveram a economia nigeriana. A necessidade de um governo confiável ficou visível depois do cancelamento das eleições presidenciais (1993), pelo general Babangida. O governo civil bem administrado era a escolha dentre as opções para alocar a grande demanda de recursos e levar as propostas dos projetos até o fim de maneira transparente por parte das instituições e seus mecanismos. Dada a dificuldade enfrentada pela infraestrutura nacional, contratos firmados entre investidores privados e empresas estrangeiras entraram em cena, desde a volta da democracia — este foi o caso nos seguintes estados federados: Taraba, Akwa Ibom, Delta, Bayelsa, Niger e Lagos. O comprometimento federal com privatizações da eletricidade e das comunicações foi feito. Esperava-se que o acesso de qualidade à população fosse priorizado, não apenas a qualidade do serviço aos que possuem visto que a vida social e econômica do país depende destas decisões (OLUKOSHI, 2000, p. 9-10).

O fundamento lógico para a privatização de empreendimentos públicos e subsequente comercialização seguem ao lado das condições socioeconômicas que países nestas circunstâncias apresentam: gastos exagerados no orçamento público, derivados de

investimentos em empresas públicas, e seus efeitos na macroeconomia: balanço fiscal e inflação. Era esperado, como no programa de ajuste estrutural e nas outras plataformas, que o *déficit* no orçamento fosse limitado a uma porcentagem mínima do produto interno bruto. A privatização e a comercialização atuavam para estancar a saída de fundos estatais, de acordo com as políticas adotadas na plataforma, e dar uma base concreta para as devidas alocações de recursos no que afeta às privatizações e às indústrias. Na microeconomia, esperava-se que uma maior produção encontrasse uma maior demanda do consumidor por produtos públicos. Se a eficiência econômica estiver atrelada, nas percepções, ao setor privado, será necessária uma maior desmonopolização como plataforma de política para promover a privatização. O desempenho econômico privado pode ser determinante para melhores índices nos indicadores econômicos nacionais e estimulará mais apropriadamente a competição das empresas públicas (FAKIYESI, 2008, p. 397-398).

3.3.1.2 Renda

O salário mínimo está diretamente ligado à geração de receita nacional e à sua alocação. A viabilidade desta geração interna precisaria ser trabalhada em outros setores ainda não explorados na economia. No início da Quarta República, quase todos os estados nigerianos não conseguiam manter a administração sem auxílio federal. A situação financeira dos governos locais era ainda pior, exceto aos que têm algum distrito comercial em Lagos. Era o comprometimento do Estado-nação desde a base. Já era patente a necessidade de estabelecer solidez financeira: nos governos para não depender do petróleo, cobrar impostos de forma mais adequada e mobilizar recursos assertivamente. Era conhecido que a população não iria querer pagar para políticos corruptos que não empregavam as despesas pessoais de cada um em benefício do desenvolvimento da comunidade. Uma maior participação social já era reconhecida como necessária para reclamar pelo que foi cobrado (OLUKOSHI, 2000, p. 19-20).

A globalização implementada através dos programas ajustes estruturais foi um recuo da nação em termos de condições de vida. Foi a dificuldade de trabalhadores privados e públicos terem empregos, redução dos gastos em serviços sociais, redução de subsídios, inflação e corte de salários — mais pobreza. Por exemplo, em 1987, o salário de servidores públicos de nível médio e baixo foram para 20% e 37%, respectivamente, do que era em 1975 (ABDULRAHMAN, 2008, p. 304). Mais ainda, a economia informal perdeu a sua produção por não haver como importar equipamentos básicos. Produzir ficou caro com a inflação. A

contenção de trabalhadores formais puxou os salários para baixo e trouxe a competição para a economia informal, também piorando ainda mais a vida de quem estava operando lá. Foi a virada em direção a uniões religiosas e étnicas na busca por assistência, sua identificação como discriminação que enquadra nessas definições e seus métodos que tendem à violência (ABDULRAHMAN, 2008, p. 304).

Os salários dos trabalhadores são uma enorme controvérsia neste período. Um valor baixo não paga o mínimo necessário para as despesas. Foi o caso enquanto o general Babangida estava no poder, salário mínimo nacional de ₦250, em 1991. A economia mudou o valor do salário a cada desvalorização ou inflação. Adicione a isso que, desde a década de 1980, os militares forçaram a destruição das organizações que queriam revisões do valor do salário. O general Abubakar fixou um salário mais elevado, os estados federados não tinham condições de pagar os funcionários sem auxílio federal. O Congresso do Trabalho da Nigéria teve que iniciar greves durante o processo da transição democrática, mesmo que militares tentassem algum ganho individual da sua iniciativa. Os estados federados não serem capazes de pagar a subsistência, juntamente com os vencimentos atrasados, são males que seguem na Quarta República instaurada. Os trabalhadores exigiram que os militares saíssem do controle e os valores adequados fossem honrados; os estados federados, falidos, não poderão contar com doações do governo federal. Deverão esperar pela política de alocação de recursos, também pela contestação do princípio de derivação da receita do petróleo e impostos específicos para determinadas regiões que ocorrem dentro e fora da Assembleia Nacional. Os salários nacionais para funcionários do governo, anunciado por Obasanjo, em 2000, não foram aceitos pelas lideranças trabalhistas. As necessidades de cada estado não foram reconhecidas, não havia como pagar os trabalhadores públicos em alguns dos trinta e seis estados federados e esperava-se greve pelo Executivo. As soluções foram a redução do pessoal e a eliminação de fantasmas nas contas. Sem salário, não haverá funcionários. Sem eles, não haverá Estado e, certamente, haverá revoltas, como as vistas no estado de Osun. Os trabalhadores pobres estavam ainda piores que os funcionários públicos e ainda ouviram falar dos subsídios mobiliários que a Câmara e o Senado distribuía para os seus; também ocorria no nível federal — mais revolta. O plano de Obasanjo tinha aprovado ₦7500 para federais, ₦5000 nos governos locais e estaduais e ₦3000 de salário mínimo. Era importante restaurar a reputação da administração aos olhos do público pelo bem da estabilidade do governo civil (OLUKOSHI, 2000, p. 17-19).

Os laços entre os processos econômicos e políticos precisavam ser fortificados pelo fim das implicações das políticas anteriormente aplicadas, na busca de uma retroalimentação no desenvolvimento através das políticas sociais. Era imperativa a adaptação das formas de pensar

o Estado de bem-estar, ainda em falta na sociedade nigeriana, com as diretivas da globalização e a sua ordem mundial. Sem repensar os mecanismos financeiros, estratégias de desenvolvimento e os relacionamentos em termos democráticos, o país será apenas mais um ator irrelevante internacionalmente que aceita a todas as forças estrangeiras por não ter vontade nacional própria (FAKIYESI, 2008, p. 399-401).

3.3.2 Pressões políticas

3.3.2.1 Governança

A política de identidade está dividida em informal e formal. Quando se está falando em informal, é a ação fora da estrutura formal do Estado, na economia ou na política. A solidariedade é o que liga estas pessoas. A formalidade é manifestada quando os grupos são reconhecidos pelo poder estatal, como área de governo local ou estado da federação (IWARA, 2008, p. 20). Os conflitos são uma manifestação pela soberania e controle dos recursos que sanariam os problemas nigerianos: desigualdade, injustiça e desenvolvimento inclusivo que converta o crescimento em distribuição de riqueza (ABDULRAHMAN, 2008, p. 320).

Bem entendido, a Nigéria obteve sucesso na transição ao governo civil sem uma Constituição da República Federal. O trabalho do general Abacha, Conferência Constitucional (1995), foi o pano de fundo do processo. Apesar do segredo e dos desejos do militar falecido, o rascunho de Constituição agradava ao general Abubakar. O projeto deveria passar por debate público, sob controle do Comitê Coordenador do Debate Constitucional, liderado pelo Juiz Niki Tobi. A desconfiança sobre o trabalho do general Abacha era enorme, também era preferível uma atualização da Constituição de 1979. A demora foi grande para aprovar a carta atual; eleições foram realizadas, pelo Conselho Militar, sem uma definição sobre o documento ou das especificações dos cargos a serem empossados. A dúvida sobre a veracidade da transição estava abalada por tamanha desinformação dos procedimentos antes da conclusão das eleições e dos cargos a serem preenchidos nos governos federal e estaduais. Boatos da morte do presidente circularam havendo uma semana para a posse, rumores de imunidade e outros para militares estariam previstos na Constituição também foram espelhados. A desconfiança nigeriana tinha os seus motivos nas administrações militares: desde 1985, sua estrutura corrupta sob controle de elites étnicas e regionais, expressando relações de descaso e cinismo com a população. A divisão de poderes, pela volta dos arranjos institucionais democráticos, deveria ser refeita após

os quinze anos de controle militar. O contexto nacional era de jovens e mulheres que tinham uma representação muito desigual no que veio a ser o início da Quarta República. A discussão entre os partidários da Conferência Soberana e os que acreditam na estrutura atual de representação do povo continuou. A revisão da Constituição foi aprovada pelo Senado, ainda em 1999 — os três partidos políticos, e os seus domínios, representados na comissão encarregados da tarefa (OLUKOSHI, 2000, p. 23-25).

Os debates políticos e os escrutínios foram abandonados ao longo dos regimes militares e juntas que assumiram o poder estatal. A concentração e centralização das decisões ficaram cada vez maiores. Os militares do primeiro interregno militar ainda discutiam as atitudes do governo pelos Conselhos. Diametralmente, foi sob a administração do general Abacha que o Conselho Governante das Forças Armadas foi manipulado de acordo com os interesses do comando presidencial. As reuniões regulares do Conselho de Regulamentação Provisória foram descartadas, o sistema erodiu sob o comando dos beneficiados pela presidência, era o serviço público como fachada. Tanto que a administração democrática de Obasanjo iniciou o mandato exigindo atitudes mais responsáveis e transparentes dos seus ministros e conselheiros através de códigos de conduta, as reuniões semanais retornaram. O chefe do serviço público seria encarregado dos esforços de restabelecer a ética, o mérito e os padrões administrativos democráticos. A nova estrutura da remuneração foi decidida pelo governo e o salário mínimo nacional, definido. Não se sabia ao certo a extensão do mal causado à cultura do trabalho institucionalizado democraticamente pelo governo Abacha. As práticas mais básicas para um recomeço entraram em vigor (OLUKOSHI, 2000, p. 21-23).

Quando os partidos, e os setores da economia, estavam com vários aposentados militares e eles começaram a assumir as posições mais importantes que ficou evidente o que vinha acontecendo na política nigeriana, principalmente no PDP. Superaram os políticos profissionais em recursos financeiros e em coalizões, como é observado pela vitória de Olusegun Obasanjo, um general aposentado que foi indicado, dentre outros, pelo general Babangida e venceu os oponentes civis para representar o PDP. As opiniões são divididas entre ser permitida a participação dos militares aposentados nas eleições. Há quem diga que isso é normal devido à história política nigeriana e esta é uma transição necessária até que o país esteja pronto para uma democracia estável. Os políticos profissionais ainda não possuíam a experiência, os mecanismos do governo civil estavam precisando de apoio. É importante que o poder esteja nos governos e não nas mãos de militares que não têm os votos e a confiança do povo; a defesa da democracia contra os golpes e contra a volta do controle por políticas étnicas e regionais, movidas por sentimentos populares de ódio e ressentimento. Obasanjo, após nomeação dos

líderes das Forças Armadas e polícia, começou a administração removendo aqueles que estavam nas administrações a partir de 1984 por temores de não haver a sua adaptação a um quartel que acata às ordens de um governo civil; o mesmo se passou nas Forças Armadas — nomeações e realocações de oficiais (OLUKOSHI, 2000, p. 26-27).

A tendência global democrática tem abafado os regimes autocráticos. É ponto a favor da mudança na Nigéria. O país tem a demanda deste governo há muito tempo, todavia, problemas religiosos e étnicos acabavam por trazer à tona apenas o controle militar, não importando o contexto geral de manipulação política e de carência da população (AKO-NAI, 2008, p. 371). A democracia nigeriana, instaurada em 1999, tem como desafio para sua consolidação as políticas étnicas — divisão do poder, inclusão e decisão nos processos políticos em todas as regiões sem favorecimentos específicos. Após anos de ditadura militar, novamente após décadas, a necessária estabilidade sofreu de temores que grupos específicos tenham mais controle estatal que outros, adotando políticas voltadas à sua zona geográfica e étnica. Também havia outros problemas: corrupção e abusos nos escritórios do Executivo e do Legislativo, conflitos religiosos, reclamações de marginalização e violência étnica circundaram a transição democrática (AZEEZ, 2008, p. 327).

A democracia de 1999 não alterou o padrão estabelecido de marginalização política, alegado por todos, sob o controle das principais etnias. A representação política falhava num sistema corrupto que dá privilégios por origem. Assim sendo, os conflitos comunais foram perpetrados e os princípios democráticos, escanteados. Aqueles que detêm o poder são considerados uma ameaça até para as outras elites dominantes, mascarados nos assuntos trágicos criados pela sua própria administração. Esse é um problema inerente de todo espaço com culturas diferentes e tem exemplos por todo o mundo de movimentos separatistas e controle do território que resultam em guerras. Se internacionalmente houve resoluções, na África, ainda são persistentes a alegação de direitos e a disputa por terras que comprometem também os Estados vizinhos: refugiados espalhando pânico e insegurança — de moradia, de alimentação e de acesso à água potável. Uma situação que sublinha a importância do tópico aos assuntos internacionais, normalmente resultando em intervenção armada (AKO-NAI, 2008, p. 371-373).

O sonho de democracia perfeita pós-ditadura militar, em 1999, defrontou os problemas reais que carregam esta herança histórica do período colonial através de procedimentos democráticos distorcidos, como o clima de ameaça após pedido de *impeachment* do presidente, pela Assembleia Nacional. A marginalização ainda era uma preocupação geral sob os auspícios dos *Ibo*, *Yoruba* ou Hausa — dentre eles também. Os *Ibo* enfrentavam dificuldades de ter o

cargo de presidente para si, inclusive, grupos da região lutaram pelo que acreditavam ser os seus direitos nas parcelas de recursos naturais destinados e nos compromissos políticos assumidos. Os *Yoruba* reclamavam, mesmo com Olusegun Obasanjo eleito como presidente. Os *Hausa-Fulani* eram considerados como a liderança dominante do país, mas igualmente reclamavam devido à carência em serviços básicos para a população, indústrias, estradas e outros (AZEEZ, 2008, p. 334-337).

As eleições de 1993 tiveram os seus problemas, resultaram na posse da maior posição política do Estado pelo major-general Obasanjo — na eleição seguinte, 1999. Ele não era o candidato mais apoiado do povo *Yoruba*, de onde é originário, mas sim do norte. Recebeu votos na esperança popular de que os apelos nortenhos fossem ouvidos quando os seus compatriotas não estavam lá para o fazerem. Os cidadãos sentiam as pressões centrífugas que a política fazia, sob desconforto e falta de reconhecimento. Era o começo de candidatos que passavam a tentar uma aceitação em outras regiões, mas o problema de superioridade dentre as regiões ainda alimentava a divisão étnica e impunha dificuldades para o cumprimento de planos e de agendas de acordo com a democracia. Somado a isso, a prioridade ainda estava na manutenção do cargo de servidores, sob questionamento popular a respeito desta nacionalidade frustrada. Havia pedidos de criação de estados próprios, às vezes, justapostos na mesma federação. A região do Cinturão Médio e o sul apresentaram alguns destes antagonismos (AKO-NAI, 2008, p. 379-381), semelhante à década de 1960.

A iniciativa *Yoruba*, de alianças além do seu território que incentivam a democracia, foi importante para pôr em movimento as tentativas de reestruturação e divisão de poderes. Neste sentido, para dar às federações autonomia e controle, mesmo quando não foi o seu candidato a presidente que assumiu o cargo, que trata a Conferência Nacional. A cooperação entre as regiões e seus líderes é fundamental se pretendem acabar com ressentimentos políticos e militares que cancelam o processo democrático, também entre *Ibo* e *Yoruba* (AKO-NAI, 2008, p. 382).

A eleição presidencial de 1999 também teve as suas polêmicas. Olusegun Obasanjo, do Partido Democrático do Povo (PDP), foi o vencedor contra Olu Falae, candidato do Partido de Todas Pessoas (APP) e Aliança pela Democracia (AD). A contagem a favor de Obasanjo foi maior do que o previsto. As irregularidades e fraudes estavam presentes para os dois candidatos na participação dos membros dos partidos como funcionários eleitorais; houve distritos eleitorais com mais votos que os registros de eleitores. Mesmo que Olu Falae tenha evitado prosseguir com alguma acusação, os procedimentos eleitorais precisavam ser revistos para fazer valer a estrutura democrática das instituições e não voltar a recorrer aos militares quando o

poder não está nas mãos de quem o esperava. Os governos estaduais estabelecendo as suas próprias comissões eleitorais, segundo a Constituição, não eram vistos com bons olhos, principalmente para políticos civis. Também não era sabido se a vontade popular seria completamente representada pela Comissão Eleitoral Nacional Independente. Os mecanismos que recebem as apelações precisam ser confiáveis e os resultados, quando não houver dúvidas quanto à avaliação do caso, respeitados (OLUKOSHI, 2000, p. 25-26).

3.3.2.2 Políticas nacionais que falharam

As decisões tomadas no passado impõem enormes desafios para a Quarta República e a sua identidade nacional. As administrações por vir terão a grande tarefa de reverter constrangimentos e índices preocupantes.

Muitos fatores complicam os planos de uma democracia consolidada. Um ambiente que assegure a sobrevivência da forma de governo após as eleições é fundamental: manter vivos os seus valores, sem ameaças ao seu funcionamento e ampliando a qualidade de vida dos cidadãos que talvez não sejam a força que sustenta a democracia (AZEEZ, 2008, p. 331).

Educação política e esclarecimento para as massas colaborarão para assuntos importantes que tocam nas suas vidas. A satisfação de minorias étnicas mais influentes não sana conflitos, outros grupos não têm sua voz ouvida. É importante reverter estes fatos sociais herdados desde as autoridades coloniais na regionalização, ainda vivos na sociedade nigeriana (AZEEZ, 2008, p. 337-338).

A maior falha de políticas aconteceu após a guerra civil (1967-1970). Prioridade nacional foi dada à agricultura, ao desenvolvimento humano e à indústria. Um país na situação da Nigéria priorizou o investimento de capital intensivo numa população que vive na subsistência. Nesse sentido, trinta e três foram os empréstimos junto ao Banco Mundial nos projetos e implementações de tecnologias para a agricultura e a pecuária, em 1978. Projetos de irrigação — estados federados de Sokoto, Kano, Anambra e outros — desapossaram muitos fazendeiros com baixíssima ou nenhuma remuneração, impedidos de viver no caminho do rio e em torno dos projetos, forçados à migração numa mudança total de estilo de vida. Outros projetos também foram postos em prática e forçaram fazendeiros a optarem pela migração ou terras marginais; especulação sobre a posse da terra, privatização de terra de qualidade e empobrecimento dos moradores da área rural seguiram, nos estados federados de Níger e de Kaduna. Os moradores que escolheram ficar onde estavam enfrentaram a dificuldade de acesso

ao necessário para as plantações de maneira consistente, desde fertilizantes até empréstimos: a prioridade foi concedida a grupos ou indivíduos com recursos, em crescimento exponencial de cifras, valores ainda mais elevados para organizações. A vantagem para fazendeiros que poderiam optar por produção de larga escala também acompanhou uma queda do estoque de fertilizantes e a elevação dos preços. A política não poupou as áreas rurais, através da inflação, e resultou na queda contínua das exportações agrícolas comparadas ao restante (ABDULRAHMAN, 2008, p. 301-302). A produção agrícola foi vista apenas como suficiência em comida, materiais para industrialização e trocas internacionais, não como um projeto de desenvolvimento da região rural (ABDULRAHMAN, 2008, p. 311).

A reputação militar de homens confiáveis que agiam a favor do melhor da nação desmoronou nas décadas de 1980 e 1990. Durante a Segunda República (1979-1983) — principalmente o Partido Nacional da Nigéria (NPN) — foram grandes agentes da corrupção e da falta de disciplina, numa magnitude que não era imaginada. A reputação militar de homens confiáveis que agiam a favor do melhor da nação desmoronou nas décadas de 1980 e 1990. Os generais Babangida, Abacha e, por fim, Abubakar mostrariam que estavam errados aqueles que achavam que um Estado passível de sofrer corrupção era o limite. A credibilidade militar perante o público presenciou o abandono dos valores patrióticos e profissionais que puderam carregar outrora. Esta mancha na reputação militar não será removida tão cedo no governo civil. Felizmente, os governantes da Quarta República (1999-) concordaram que a corrupção é um mal a ser combatido para o bem da economia. Finalmente, os militares podem ser questionados sobre as suas atividades nos painéis federais e estaduais. A primeira lei proposta por Obasanjo foi anticorrupção, aprovada na Assembleia Nacional. Apesar das relutâncias em seguir com processos de corrupção aos conhecidos dos magistrados — a exemplo, o primeiro líder da Câmara dos Representantes, Salisu Buhari —, a vontade civil vinha sendo feita à sua maneira. Enquanto isso, o abuso e a corrupção na Câmara e no Senado foram duramente combatidos (OLUKOSHI, 2000, p. 12-13).

Além da receita interna, também é primordial que o alívio da dívida externa seja realizado para ser hábil a honrar as suas obrigações. Os empréstimos vinham sendo contraídos pelos governos estaduais e federal, desde a Segunda República, Constituição de 1979, para financiar contratos duvidosos, em termos altamente desvantajosos para o país. Os preços do petróleo despencavam e as dívidas aumentavam. Se o general Buhari tentou parar as solicitações, a vinda de Babangida afrouxou novamente as solicitações e Abacha liberou totalmente. Desde 1977, o país estava acumulando débitos. O primeiro estava relacionado a sanar déficit devido às alterações nas receitas do petróleo. Do primeiro US\$1mi, houve um

aumento absurdo conforme mais empréstimos e financiamentos foram sendo solicitados, os juros aumentando os débitos. Em 1998, eram US\$30bi de dívida externa e mais da metade estava a pagar. Adicionando os atrasos, o principal dobrou em uma década. A dívida era impagável com os roubos e gestões incapazes, as reformas econômicas, fracassadas. Em 1999, voltou a limitação aos empréstimos internacionais por governos estaduais. Medidas contra a corrupção e outros vazamentos de recursos não seriam suficientes se a dívida externa continuasse a aumentar. A estabilidade deveria ser priorizada, um desenvolvimento próprio que não contaria com grandes participações internacionais imediatas (OLUKOSHI, 2000, p. 20-21).

Na década de 1990, o excedente de trabalhadores aumentou, a sua compensação diminuiu, entretanto os lucros aumentaram. Esta assimetria de renda teve efeitos mais nefastos devido à dificuldade de acesso aos serviços sociais básicos das classes mais baixas. A educação como via de empregados gratificantes estava desacreditada, o desemprego aumentou. As indústrias de comida, tecidos e calçados demitiram seus empregados devido à concorrência desleal de produtos exportados. Aquelas crianças que frequentaram à escola permaneceram sem rendimento adequado por conciliar as atividades com o trabalho informal de ambulante ou a aprendizagem de algum trabalho para ajudar nas despesas do domicílio. Os 20% que detiveram 50% da renda nacional distanciaram-se cada vez mais dos 20% com apenas 4%. Dentre eles, os formados no ensino secundário estavam sempre acima de 50% de desempregados ao longo da década (ABDULRAHMAN, 2008, p. 309).

A decadência também chegou ao setor educacional, em todos os seus níveis. O programa de ajuste estrutural (1986-1987) foi aprovado com cortes de custos, mais a desvalorização da moeda nacional e a inflação. Os salários dos empregados também não escaparam dos altos e baixos da economia nacional, sem remuneração por vários meses. As universidades viram os seus recursos secarem, num ambiente cada vez mais de gestão do ensino aos moldes da proposta do Banco Mundial. Professores protestaram pela qualidade da educação, entraram em greve e na prisão, principalmente os docentes do ensino superior. Os anos de 1980 e 1990 são marcados por reitores com mais poderes para limitar as ações acadêmicas, forças de segurança nos *campuses* para perpetuar o regime e neutralizar os militantes. O sindicalismo estudantil foi aleijado e os cultos assumiram o papel de resistência contra a degradação do setor educacional e quem a impunha; foram violentos, mais uma peça da administração autoritária da educação superior. Esse foi o movimento dos cérebros partindo do território nigeriano: o mesmo padrão não foi mais alcançado e as necessidades nacionais não foram atendidas. Se os militares evitaram envolver o setor nas tomadas de decisões por benefício próprio, esse não deve ser

cometido pela administração civil porque toda a cidadania nigeriana foi comprometida. As políticas nacionais estavam direcionadas para o caminho correto: programas universais até o ensino médio e administração autônoma para as universidades. O partido político da Aliança pela Democracia tinha propostas de dar acesso à educação gratuita, de visitação a universidades e de bolsas universitárias aos estados federados que administrar. Aparentemente interessantes de um ponto de vista isolado, contrastado com a volta da polícia às universidades e a aparente falta de vontade de cumprir com os acordos da administração Abubakar com a União do Pessoal Acadêmico das Universidades sobre o modo como o trabalho vinha sendo desempenhado nesta infraestrutura precária (OLUKOSHI, 2000, p. 13-15).

No ano de 1999, o norte apresentou melhorias ao entrar nos padrões ocidentais de administração política pelos estados que foram criados e os seus governantes nortenhos (ABDULRAHMAN, 2008, p. 314). De todos os habitantes, 70,9% continuavam sem energia elétrica, 32,1% continuavam sem instalações de saneamento e usavam arbustos (ABDULRAHMAN, 2008, p. 314).

Ainda mais, estava muito para trás também na desigualdade da educação. No nordeste nigeriano, 76,9% das mulheres não tinham acessado uma instituição de educação. No noroeste, o número era ainda mais alarmante: 82,3% das mulheres não tinham educação primária. Os homens compreendiam 49,5% e 58,6%, respectivamente. Por contraste, a educação do sudeste e sudoeste nigeriano continha acima de 40% da população com ensino secundário, no mesmo ano (ABDULRAHMAN, 2008, p. 316).

Quando a pobreza é o tópico, em 1996, todas as regiões do país estavam 67-68% pobres. As maiores deteriorações, entre 1980 e 1996, foram as do sudeste e as do sudoeste: no início do período, tinham 13% de pobres cada. Nordeste e noroeste partiram de 36% e 38%, respectivamente; o centro apresentava 32%. As desigualdades não eram homogêneas por toda a região, mas tinham presença mais em certos governos locais do que em outros. O mesmo acontecia no grau de alfabetização das regiões e no acesso à água potável (ABDULRAHMAN, 2008, p. 318-319).

A economia permaneceu voltada à exportação de petróleo e à importação de bens para todas as finalidades. O capital externo abandonou seus investimentos no país, firmemente por trinta anos até 2001, num somatório acima de US\$42bi. A virada do século foi recebida com expectativa de vida de 50,1 anos; eram 42,7, em 1960. Metade da população estava analfabeta e a pobreza continuava aumentando, enquanto os serviços básicos de saúde, de saneamento e de água limpa ficaram escassos em benefício às zonas urbanas. As crianças eram raquíticas e sem função em mais de 40%, por toda a década de 1990. Na década de 1970, era a

quinguentésima nação mais rica do mundo e o vigésimo quarto país mais pobre do mundo (ABDULRAHMAN, 2008, p. 300).

3.3.2.3 Identidade nigeriana

Era marcante a tensão que sofria a sociedade nigeriana devido às suas características e ao gerenciamento do Estado. As ideias de individualismo, liberdade e educação, importadas para o país, chocaram com o tradicionalismo. Os discursos e os documentos apontavam para os direitos iguais e as negociações, mas nas eleições de 1959, a imagem de uma democracia falida nos seus princípios começava a ganhar contornos dentre os estados pluralistas. Em 1963, houve a conspiração contra o Grupo de Ação, derrubado do centro-oeste e, posteriormente, do oeste. Foi declarado antidemocrático, étnico e irracional. A declaração do Estado de emergência terminou no autoritarismo. Outros exemplos de grupos lutando por seus direitos levantavam suspeitas nas mentes de quem não participava daquela realidade e comprometia a credibilidade, rotulados de antidemocráticos, mesmo se acusações e reivindicações fossem honestas e verdadeiras (IWARA, 2008, p. 30-32).

Facilitar o acesso ao petróleo não considerou as minorias rurais no Delta do Níger, ainda mais marginalizadas. Em 1986, a solução escolhida pelo presidente — general Ibrahim Babangida — foi apelar para o programa de ajuste estrutural: Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). O plano era: diminuir a participação estatal, aumentar os incentivos para atrair as petrolíferas internacionais para o país, aumentar explorações e exportações, estancar o vazio na receita no seu principal produto, quitar débitos, desenvolver a economia baseada no mercado e fazer a reconstrução nacional. Contudo, a degradação do ambiente e as disputas por controle de territórios com petróleo pioraram as relações entre grupos étnicos e envolveram as transnacionais e os militares em conflitos. Movimentos populares liderados por uma elite étnica não beneficiada pelos arranjos e contra as degradações ambientais surgiu, dando início a uma queixa ouvida internacionalmente pela defesa dos direitos das minorias e dos seus lares contra o Estado e os seus parceiros de negócios. O autoritarismo militar, somado a uma menor participação estatal, foi convertido em perpetuação dos conflitos e do legado de identidades étnicas (OBI; OKWECHIME, 2008, p. 344-346).

Os mesmos canais de comunicação, uma vez assistentes a danos aos habitantes nigerianos, passam a aliados nas reivindicações por justiça ambiental. Os *Ogoni*, no Movimento para a Sobrevivência do Povo *Ogoni* (MOSOP), atuaram como um exemplo para a região petrolífera usando da tecnologia da informação. Movimentos como os intitulados por Justiça

para as Mulheres do Delta do Níger e, também, o Conselho de Juventude *Ijaw*, dentre outros, lutaram por seus direitos na rede global contra o combate à globalização corporativa e os abusos sofridos num sistema sociopolítico, impositor de discriminações para quem vive no Delta do Níger. A luta por seus direitos contra Estado e transnacionais estava passando a normalidade. Infelizmente, os erros do passado ainda atormentavam a memória dos habitantes e a disputa por poder ainda descartava a unidade que controlaria região e recursos (OBI; OKWECHIME, 2008, p. 353-355).

O conflito entre os povos *Ogoni*, *Okrika* e *Itsekiri*, em 1993-1994 — aparentemente eram operações secretas dos militares — foram à luta pela existência na forma de defesa do território e do trabalho de grupos que lá viveram décadas e, da vontade alheia, veem a sua casa ser convertida em um ambiente inóspito, sem nenhum ressarcimento financeiro. Também, a região de Warri, uma cidade, em 1997: os choques entre *Ijaw*, *Itsekiri* e *Urhobo* são manifestação da diferença de poder dos mercados internacionais interessados nos recursos e a população ensinada a pensar em termos de etnias, completamente desunida, herança desde o colonialismo; foi a força de um Estado que teve acordos de redução da qualidade de vida e de recursos, esse que em nada fazia parte do cotidiano dos grupos que residiam naquelas terras. A realocação do conselho local era o fim da hospedagem administrativa de poços de petróleo e de instalações de petrolíferas; resume-se na transferência de influência de uma elite para outra, patronagem que permite às transnacionais manejar poder numa região com vários grupos dispostos a competir por ele (OBI; OKWECHIME, 2008, p. 358-359).

A resposta lógica foi militarizar a região mais rica e manter o fluxo do petróleo constante. O cenário nos mostra os conflitos perenes, deixando os direitos humanos na cartilha, numa atuação punitiva dos militares. As escolhas são: a repetição do que foi visto anteriormente ou a ampliação dos princípios democráticos por um povo que escolhe que rumo a sua vida deve seguir (OBI; OKWECHIME, 2008, p. 361). A identidade étnica pode ser instrumento de políticas democráticas coesas com a realidade social nigeriana, defendidas por: representação adequada, autonomia, funcionamento, investimento em uma minoria e resultados que afetam ao todo. Efetivamente, as políticas foram trocadas por “atualizações”, a exemplo da Comissão de Desenvolvimento do Delta do Níger e suas duas antecessoras. Os mesmos problemas econômicos, sociais e ambientais persistiram (OBI; OKWECHIME, 2008, p. 362). A distribuição da receita estimulada por elites fortaleceu uma solidariedade na região, mas as mudanças estruturais não apresentaram histórico favorável (OBI; OKWECHIME, 2008, p. 364).

O discurso da tolerância encaixou com o histórico de uma nação que sofreu e ainda convive com os resquícios da dor. A unidade pensada vai de encontro com o fim de privilégios a grupos específicos e abre as portas à possibilidade de entrada de investimento externo no país. A tensão afasta os investidores internacionais. A democracia nigeriana precisa praticar os seus princípios por paz duradoura e por desenvolvimento da sua sociedade. Educar os seus cidadãos para a participação popular. A divisão em zonas geopolíticas, por sua própria conta, não resolverá os conflitos. Ainda há agravamento em alguns conflitos: as juventudes *Urhobo*, *Itsekiri* e *Ijaw*, no Delta; *Tiv* e *Jukun*, no Cinturão Médio; e, no estado de Ondo, *Ijaw* e *Ilaje* (AKO-NAI, 2008, p. 383-384).

A sociedade nigeriana é culturalmente pluralista e presenciou os componentes das zonas geográficas e étnicas tentando conciliar os princípios democráticos em unidade ao invés de perseguir apenas um desenrolar possível. Os direitos iguais, alegadamente, fornecidos a culturalmente diferentes, enquanto havia prioridade a alguns grupos e marginalização de minorias. Ressentimento é o que restou de uma meritocracia democrática e de uma discriminação grupal que determinou o gerenciamento das relações intraestatais, comumente, rivalidades entre grupos por todo o território. Este relacionamento étnico no Estado, que prestou de suporte à continuidade da criação de grupos como o Movimento para a Atualização da Soberania do Estado de Biafra ou o Movimento para a Sobrevivência do Povo *Ogoni* (IWARA, 2008, p. 22-24).

A política de identidade é vista como resposta às práticas de governança estatais — o caráter estatal influencia nas identidades e nas suas reivindicações. O policentrismo cultural proposto pela globalização deveria funcionar dentro do território nigeriano para os grupos étnicos, de acordo com as capacidades institucionais e ideológicas aprimoradas pelo Estado. Após décadas submetida ao poder militar, a população finalmente conseguiu entender a importância da tolerância e da acomodação para negociar e fazer possível uma administração democrática, descartando excessos de demonstração de poder. Mesmo os estados praticantes da *sharia* — como o de Zamfara — estavam sendo aceitos pelo bem da estabilidade geral, mesmo que cristãos não tivessem bons olhos para as suas práticas. O Estado ganhou forças rumo a uma maior consciência política com o florescimento de uniões industriais e de instituições. Mesmo que as suas tarefas ainda falhassem em apresentar os resultados esperados, houve a vontade civil no suporte e na cobrança sociopolítica. A corrupção, o dinheiro desonesto nos governos eleitos e a violência ainda eram rotina. A mídia desempenhará parte importante no caminho para a transparência em todos os níveis. A agitação civil mostrará qual direção o

governo tomará — espera-se, investindo em educação, estradas, saneamento básico, eletricidade e água para todos (IWARA, 2008, p. 33-35).

4 MAIORES RESTRICÇÕES ATUAIS QUE REFLETEM NA ECONOMIA

Este capítulo apresenta a realidade nigeriana até completar a segunda década da Quarta República, no que afeta à economia estatal devido às tensões com as normas internacionais não respeitadas ao longo de todo o período do capítulo anterior e os seus resultados práticos que afastam os investimentos estrangeiros diretos do país pelo receio de não haver receita líquida. Apesar disso, será visto que a sociedade nigeriana fez progressos democráticos no cerne da sua sociedade patriarcal em momentos de crise.

4.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E FORÇA MILITAR

4.1.1 Hierarquia demandada

A República Federal da Nigéria é uma das sociedades da espécie democrática no sistema capitalista que apresenta correntes sociais generalizadas no mundo, mais as suas condicionalidades específicas. Sucede-se pelo fato de ser farta em recursos naturais e em geração de renda, enquanto não consegue controlar efetivamente todo o território. A prioridade encontra-se em observar a adequação à democracia capitalista — detentora dos direitos humanos, poder de compra e valorização humana como suas prioridades — e a necessidade da nação em praticar as declarações internacionais extraídas das experiências apresentadas e das estruturas historicamente ocidentais, devido às ações sociais manifestadas no território. Nenhuma ilusão em grandes melhorias imediatas, apenas a disposição nigeriana, exemplo de país aplicado, de aceitar a expressão das leis democráticas republicanas na sua sociedade, de acordo com as normas anteriormente identificadas e as futuras implicações a fim de contornar eventos históricos indesejados do passado.

O país conta com considerável desigualdade social. Houve revoltas em áreas ricas em petróleo por: falta de empregos, roubo, refino artesanal — causadores de sérios danos à saúde dos envolvidos e agressão ao meio ambiente. Isso, somado à corrupção no orçamento dos estados federados e aos contratos com ex-líderes militantes para a defesa do território nacional (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015). Também há insurgência religiosa contra a polícia, resultando em escalada do conflito por parte da população, no nordeste do país (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2016); o resultado foi: morte de civis, sequestros, destruição de cidades e plantações forçaram mais de um milhão e oitocentos milhões de civis a

deixarem as suas casas no nordeste nigeriano — um milhão são crianças (UN OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS, 2017, p. 2). Em parte, as causas encontram-se na influência que o país recebeu por controle ditatorial que estendeu-se até o ano de 1999, período de uma transição à democracia. O controle foi baseado na violência para manter a unidade nacional e proteger contra ameaças externas enquanto prestava auxílio nas atividades internas. O poder disputado entre militares minou as suas capacidades bélicas e preocupou outras nações pelas turbulências internas, o que foi convertido em sanções internacionais de entrada de armamentos no país na precaução de um conflito alastrado ou mais duradouro na região, principalmente entre 1993 e 1998. Os chefes de Estado diminuíram o aparato militar a cada golpe — não importando se obtinham sucesso —, cortando os seus fundos, não renovando os equipamentos e proibindo os seus exercícios. Os equipamentos em uso eram os mesmos em uso nas operações de paz da Libéria e Serra Leoa, sem reparos ou novas aquisições, desde a década de 1990 (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2016, p. 3).

Houve uma deterioração nas noções de responsabilidade e da ordem civil-democrática. Mais do que necessária era a reforma no retorno ao governo civil, em 1999 (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2016, p. 3). Ponto evidente no nordeste nigeriano, em crise humanitária cada vez mais grave após quase uma década de conflitos. Milhões prejudicados e mais de oito milhões e quinhentos mil civis carentes de assistência nos estados de Yobe, Adamawa e Borno. Os maiores afetados pelo conflito gerado com o Boko Haram eram as mais de quatrocentos e cinquenta mil crianças abaixo dos cinco anos de idade que passavam por desnutrição aguda, morrendo uma em cada cinco delas. Aproximadamente, 700 mil pessoas estavam incapacitadas de receber qualquer tipo de ajuda devido ao alto risco dos agentes humanitários serem envolvidos nos embates armados, tentando alcançá-los. Havia aproximadamente 200 mil pessoas nos países vizinhos que voltariam para a Nigéria, possivelmente para as áreas ainda ocupadas ou os campos de pessoas internamente deslocadas (IDPs), sem comida ou infraestrutura adequada devido à escassez de recursos apropriados (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER, 2017).

O principal motor ou força da globalização é a economia, através da qual as transformações esperadas acontecem: capital, investimentos, alterações na produção e desenvolvimento de tecnologias utilizadas como instrumentos para maior alcance espacial, o mundo com um mercado cada vez mais integrado pela liberalização e desregulação. Enquanto as funções do Estado são questionadas, o investimento internacional procura ambientes favoráveis à sua instalação e geração de lucros. Custos menores significam o novo endereço do capital, sem pena para com os antigos investimentos em outras regiões. Agências e

organizações como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio promovem este sistema de menor participação do Estado em favor de um supra-sistema que dita políticas e empresta para quem está adequado a receber. A política econômica apoia esta visão da globalização e comércio livre. Cada realidade estatal adapta-se com os parâmetros internacionais, à sua maneira, de acordo com o que tem disponível em recursos — naturais, humanos e políticos — no seu território para programar o seu desenvolvimento socioeconômico e as consequências nas suas áreas de atuação (FAKIYESI, 2008, p. 390-392).

Os indivíduos são os bens mais preciosos que estão disponíveis no planeta e devem ser valorizados porque têm o poder de transformar o ambiente em que vivem — aprimoramento vital para o bem-estar e desenvolvimento econômico do mundo inteiro. Modelam o ambiente de acordo com as suas necessidades, num trabalho sistemático. Assim sendo, ficam encarregados da função de administrar as normas e leis sobre meio ambiente dos territórios, administrações nacionais e locais (UNITED NATIONS, 1972, art. 1-7). Os direitos fundamentais são ferramentas para melhorar a qualidade de vida e aprimorar o social. Liberdade e paz para todos os membros da família, aplicados por regime jurídico de escopo universal e efetivo que preza as boas relações entre as nações (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER, 1948, preâmbulo). Mesmo os ambientes em conflito e inacessíveis impactarão nas decisões econômicas onde essas acontecem e são efetivadas, portanto, é importante a atenção não apenas pelos recursos que lá vierem a ser empregados.

Não esquecendo que, alterando-se as leis em busca de novos hábitos da população em nações submetidas a um poder arbitrário, no passado, talvez ainda haja resquícios do passado na sociedade. Mesmo que na superfície conserve a aparência de uma democracia (MONTESQUIEU, 2010, p. 328). Na transformação, serão priorizadas: mudanças nos padrões de consumo e produção; erradicar a pobreza; gerenciar e proteger a base de recursos naturais. O objetivo das diretrizes será diminuir a assimetria entre os pobres e ricos e a proteção do nosso lar. Os mercados e o capital facilitarão o desenvolvimento sustentável, se controlado, e estarão a serviço do combate à desigualdade e à perda da crença no sistema democrático e nos seus representantes (WORLD SUMMIT ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2002, art. 11-15). A atenção é maior ao país em situação abalada por conflitos ou em desenvolvimento e a discriminação que corrói a estabilidade que um governo democrático estável precisa. O desenvolvimento é integrado, partindo do local ao internacional pela coordenação dessa

parceria, não esquecendo da importância histórica local como a origem do todo que forma (UN GENERAL ASSEMBLY, 2017, p. 6).

Nesse sentido, o ambiente, o social e a economia são indivisíveis. O projeto do espaço executado adequadamente é outro fator de coesão e redução de desigualdades. A visão dos direitos humanos como importante é reforçada pela aceitação das diferenças e o respeito às culturas, na humanização galgada. Ainda mais, o relacionamento com organizações não governamentais (ONGs) e outros também é aceita para: o fornecimento dos serviços básicos e a prevenção de desastres onde o governo não está sendo eficiente (UN GENERAL ASSEMBLY, 2017, p. 7-8). Um dos possíveis exemplos é a ajuda de parceiros internacionais que é muito importante em auxílios humanitários de comida, medicamentos e financeiros. Mais racionais nas arrecadações de fundos e nos projetos a serem executados, estava disponível o Fundo Humanitário da Nigéria (NHF) para doações, gerenciado pelo Escritório da Organização Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) para a realização do Plano de Resposta Humanitária da Nigéria (HRP), conectados diretamente a ONGs locais e nacionais em conjunto com os órgãos da Organização das Nações Unidas (UN) e a Cruz Vermelha/Crescente Vermelho (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER, 2017, p. 14). Exatamente onde a economia ainda não consegue fazer-se presente.

4.1.2 O que foi feito

O contraponto ao racional era aplicado na desigualdade legalizada do poder econômico por via da justiça do direito formal, tornando as reivindicações de cunho político-racional ou ético-sentimental parecerem violadas quando retornam para política ou religião (WEBER, 2012, p. 102). Ao alcançar o estágio pacífico de conflito de interesses, houve um aumento na possibilidade de aumentar as discrepâncias social e econômica. Ainda assim, pessoas que seguiam ideologias preferiam o aparato da justiça formal frente ao arbítrio e inconstância subjetivista (WEBER, 2012, p. 103), esse foi o caso nigeriano. Sem diálogo com líderes e elites, o florescimento de grupos que não viam a si próprios representados pelo governo e que sofriam violência, sob o controle militar, foi facilitado. As administrações falharam em implantar reformas militares que permitissem o estabelecimento de uma ordem funcional, cada mandato seguindo outros interesses ou agendas diversas, fracassando nas suas tentativas propostas à população. Os chefes militares apropriaram-se de fundos e ninguém acompanhava para onde o dinheiro era destinado na neblina de abuso e corrupção que depreciava o aparato militar. O

retorno do governo democrático não trouxe de imediato o despertar das funções básicas dispostas nas leis a serem desempenhadas pelos legisladores, como fiscalização e apropriação. A retomada destas práticas veio com a disciplina no cargo. Obrigações constitucionais não eram observadas e, com o tempo, entraram em articulação pelo parlamento e pelos tribunais (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2016, p. 9).

Os militares, agora sob controle do governo civil, enfrentam dependência de orçamentos advindos do governo para proteger o ambiente. Recebem fundos do governo, como os outros setores. Valores que podiam variar sem um plano de longo prazo, dependendo de onde vinham as cifras, de acordo com o quanto estivesse sendo exportado e o seu preço. A insurgência do Boko Haram converteu qualquer expectativa de reforma para a concentração em conter a insurgência e os resultados por ela gerados. Houve um aumento no orçamento militar de US\$1.7bi, dado o desafio do Boko Haram ao Estado, entre 2011 e 2014. Ainda assim, o Ministério das Finanças simplesmente não liberava o orçamento aprovado pela Assembleia Nacional. As cifras repassadas equivaliam a menos de 50% do que deveriam ser, os resultados práticos eram catastróficos (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2016, p. 10).

As políticas federais adequadas e as alocações de recursos são a chance de uma possível mudança na situação vivenciada pelas Forças Armadas: muitos dos alistados não tinham as qualificações necessárias para alistarem-se no serviço militar, falsificaram a documentação escolar para ser aprovado, muitas vezes sem os requisitos médicos necessários. Foi um empobrecimento no nível dos soldados, também tornando-os mais difíceis de serem treinados. Os instrutores não eram qualificados o suficiente para atender a estes alunos e conviveram diariamente com a falta de investimento que afetou o desempenho nas aulas e também o bem-estar dos militares pelas precárias condições das instalações. O treinamento no campo muitas vezes não acontecia e soldados iam despreparados para os conflitos sem, muitas vezes, possuir outros soldados para substituí-los posteriormente. Esse desencadeamento de eventos gerou um desgaste físico e mental que levou as tropas à exaustão. Do mesmo modo, a vida do militar após a aposentadoria não tinha garantia certa, já que o fundo para aposentadoria também era precário e pode vir a não realizar os devidos pagamentos. O relatório diz que, por todos estes motivos, os militares aderiam às atividades ilegais para suprir os ganhos que não possuíam na sua função — não havia patriotismo. As suas chances poderiam ser melhores do que tentar a sorte no mercado informal, permanecer no refino de petróleo artesanal ou buscar a condição de subsistência (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2016, p. 15-16). Também havia a dificuldade dos militares cumprirem com deveres alheios, as mesmas unidades defendiam várias frentes e desgastavam-se em excesso por não estar formada uma Polícia Federal capaz

de fazer respeitar a ordem e o domínio da lei em muitas áreas (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2016, p. 16).

As administrações federais também deixaram a desejar desde a transição democrática. O governo de Obasanjo tinha prioridade em reformar as forças militares do país. O plano era racionalizar novamente o serviço, cuidar do bem-estar e do armamento dos militares e, por fim, restaurar as relações entre civis e militares. Um programa de ajuda bilateral militar com os Estados Unidos da América foi reativado para curto e longo prazo. Foi estabelecida a Comissão de Investigação de Violações de Direitos Humanos (HRVIC), com o Juiz Chukwudifu Oputa no comando, para os crimes militares cometidos. As suas iniciativas falharam por serem movidas apenas pela vontade do Executivo, nem a população apoiava revigorar aquilo que fora a causa dos seus males. O número de soldados disponíveis não mudou e, até 2007, não houve aumentos nas receitas destinadas aos militares. As negociações bilaterais e a presença estrangeira eram mal vistas por militares mais velhos, a mídia também não aprovava. Do mesmo modo, os generais Babangida e Buhari recusaram-se a comparecer à comissão para prestar esclarecimentos sobre seus anos no poder, supostamente ilegais. As forças militares continuaram no caminho antigo durante a administração Obasanjo, em conflito com a população (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2016, p. 4-7).

Umaru Yar'Adua assumiu, em 2007, sem ter como prioridade a reforma das Forças Armadas, mais preocupado com o Delta do Níger. Não tinha como comandar devido à sua doença que o levou à morte em 2010. O seu sucessor foi Goodluck Jonathan, nas eleições presidenciais do mesmo ano. Em 2012, foi expresso pelo Ministro de Defesa, Bello Haliru Mohammed, que o governo tinha planos para aplicar os recursos disponíveis em direção às Forças Armadas, preparadas para os desafios que o país enfrentava — produzindo armas leves, compartilhando inteligência e equipamentos entre as Forças Armadas. Um mês depois, o ministro deixou o cargo e não houve substituto por quinze meses. O tempo passou enquanto apenas observaram nada ser cumprido neste assunto em específico. O Executivo estava envolvido em outras áreas até a intensificação dos ataques terroristas do Boko Haram no nordeste nigeriano e na região, em 2014. Sem apoio parlamentar ou presidencial, os militares não viram grandes melhorias nas suas condições, tratadas na estrutura já conhecida de corrupção (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2016, p. 7). Resta esperar que as ações do ex-ditador e general Muhammadu Buhari, atualmente eleito presidente, sejam mais eficientes em solucionar os problemas do passado e os atuais.

4.1.3 A ser feito

A forma de fazer política engloba a honra do político; a responsabilidade para assumir tudo que fez, e não deve evitá-la ou passá-la ao próximo — mesmo que seja apenas manter a ordem racional de dominação na administração interna (WEBER, 2012, p. 538-539). A preparação do demagogo — mais indicada à administração material — é melhor do que a do burocrata no seu escritório. Sabe-se que, nesses termos, o poder da massa pode ser conquistado afetando as crenças dos indivíduos, não por sua capacidade para o cargo, mas devido ao caráter cesarista na escolha do representante. As eleições mostrarão a aclamação a quem os votantes confiam que fará as suas vontades individuais (WEBER, 2012, p. 572). Disso, a divisão técnica dos funcionários públicos será, na disputa por cargos, entre os funcionários especializados e os políticos, resultado do poder do Estado administrado como uma empresa (WEBER, 2012, p. 538). As informações para a execução das funções são o conhecimento especializado próprio ou de terceiros e o saber oficial dos fatos acessível pelo aparato oficial (WEBER, 2012, p. 564). Também se considera as pessoas fora do parlamento que atuam profissionalmente como políticos, enquanto saem candidatos carismáticos das assembleias partidárias que eles apoiam por fora do tradicionalismo político para conquistar os seus objetivos (WEBER, 2012, p. 550-551). A pressão pública removerá os meros demagogos (WEBER, 2012, p. 553). Essas pessoas, seguirão aumentando o controle de votos que possuem, entrando em contato com outras destas, reunindo os recursos e mantendo a organização partidária ao seu redor. Interessam-se nos votos e não em convicções ou em princípios, a honra social; perfeito aos interesses de quem financia as eleições (WEBER, 2012, p. 555-556). Isso pode ser notado desde já nas figuras públicas nigerianas do passado, gerais são o mais comum, que retomam os holofotes como políticos influentes num país com emergências e carente de estabilidade — quem a população reconheceu para atuar como representantes do governo.

São apresentados, então: empresariado, políticos, funcionários e gerais. Distinguem-se entre si na atuação e nas responsabilidades que carregam dentro dos limites da burocracia — se bem que o último assemelha-se aos outros oficiais (WEBER, 2012, p. 543). Por outro lado, os partidos políticos são compostos pelos que patronam os cargos e os que defendem ideologias, os dois resumem-se a ocupar os assentos disponíveis. O seu poder é disputado entre a organização dos funcionários remunerados de seus aparatos e outros agentes. A tensão não permite fusão entre todos os partidos (WEBER, 2012, p. 545-548). Se não há líder político que domine a máquina do Estado, então o empresariado o fará por via do candidato eleito. Mais

votos proporcionais em cena, dos partidos e das associações que tentarão incluir seus funcionários nos cargos: um parlamento apolítico é instaurado (WEBER, 2012, p. 559-560).

Através da experiência civil adquirida com os governos civis e da operação da máquina pública na forma de governo democrática, será possível mudar as regras que controlam os territórios ditos em hostilidades para gerar impactos favoráveis, também na economia nacional, desvinculando-se gradualmente das antigas formas de poder militar e das minorias étnicas que perpetuavam conflitos entre os mais pobres para manter privilégios. Será o fim da estrutura da corrupção, deverá ser combatida como uma maneira de garantir tranquilidade às populações das diversas etnias e religiões quanto às intenções do Estado. Também atuar de maneira transparente para assegurar a quem deposita seus esforços na República Federal da Nigéria que o empenho não será em vão.

É preciso que os cidadãos entendam que a força a qual o homem cedeu para viver em sociedade é efeito de outras causas, da própria realidade. Não são obrigados e aderem a ela, nem é da natureza dos indivíduos. Basta que aceitem a sua fraqueza individual perante a superioridade da sociedade em todos os campos, estejam cientes através de uma representação ou de uma noção que a vida social é mais rica que a individual e que convivam com a sua coação, de maneira disciplinada (DURKHEIM, 1983, p. 148-149). Disso, conclui-se que o parlamento precisa de um mínimo de aprovação para dominar, ele que administra como obter verba e qual será o orçamento (WEBER, 2012, p. 560). Entretanto, não é a sua assembleia que governa e faz a política (WEBER, 2012, p. 562). A direção do funcionalismo, no poder e na cultura, é função do parlamento. Um parlamento que colabora é um que controla, efetivamente, a administração. Contra a tendência de liberdade desmedida e de monopólio de cargos, pode-se usar do próprio funcionalismo (WEBER, 2012, p. 564).

4.2 DELTA DO NÍGER

A militância étnica é mais observada desde o retorno da democracia, em 1999. Pelas administrações militares e das elites étnicas, o povo sente o ultraje, exige restituições e partilhas justas — seja da terra ou dos recursos naturais; a receita gerada que não fica com os moradores na forma de investimento. A região que compreende ao território dos *Ogoni* é um exemplo destas reivindicações há muito tempo (AKO-NAI, 2008, p. 381-382).

Conflitos acontecem bastante no Delta do Níger, principalmente nos estados do Delta, Bayelsa e Rivers. Dois grupos dizem ser donos de uma área para receber os *royalties* das atividades de extração, como foi o caso dos conflitos entre os *Bille* e os *Kalabari* (2000-2001)

pelo controle do território onde ficavam duas estações de fluxo de petróleo e outras instalações da *Shell Petroleum Development Company*. Não apenas prejudicam os habitantes, mas também afetam o mercado internacional pela instabilidade da produção num ambiente de pessoas armadas e suscetível a conflitos. Ainda mais, a juventude tem a percepção de que se não forem violentos nas suas conversações, as petrolíferas não atenderão às suas demandas. É a geração de choques que mantêm distantes a unidade e a resistência às vontades alheias, também um disfarce dos erros ainda a corrigir nestas negociações. A conclusão estressante para o Estado é: para desestabilizar a economia nigeriana, basta o Delta do Níger e a pausa da produção de petróleo pelas maiores companhias estrangeiras para que a receita estatal caia abruptamente (OBI; OKWECHIME, 2008, p. 359-361).

O caso da região do Delta do Níger foi atenuado com as receitas que estavam congeladas pelos conflitos e roubos, através da criação do Plano de Anistia Presidencial. Os problemas nigerianos — infraestrutura, desemprego, poluição do petróleo e gás, pobreza, receitas da extração do petróleo e exclusão da política nacional — foram o estopim para os protestos transformados em insurgência, em 2006. O Movimento pela Emancipação do Delta do Níger (MEND) reduziu severamente as exportações da sua *commodity* e a sua renda petrolífera (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015, p. 1). A estimativa era de aproximadamente US\$18.7mi salvos diariamente devido ao fim da militância. Este dinheiro foi usado para empregar militantes julgados capacitados pelas autoridades, apesar da soberania (civis cuidando da segurança das águas nigerianas, por exemplo), sob argumentos de estarem melhor preparados para a defesa nacional. O programa também abriu portas para o treinamento vocacional dos envolvidos, à procura de maior qualidade de vida (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015, p. 2-5). Entretanto, as tentativas das agências voltadas ao desenvolvimento falharam: Comissão de Desenvolvimento do Delta do Níger (NDDC) e Ministério dos Assuntos do Delta do Níger (MNDA). A terra de *Ogoni* também deparou dois fracassos contra a poluição do solo, Agência Nacional de Detecção e Resposta a Derramamentos de Óleo (NOSDRA) e Projeto de Restauração da Poluição por Hidrocarbonetos (HYPREP) (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015, p. i-ii). As falhas são sentidas nas vidas dos habitantes e as demandas ainda são as mesmas com o passar do tempo.

É importante lembrar que são os países desenvolvidos da Europa e os Estados Unidos da América que definem as regras para as práticas econômicas, isso porque eles que fazem a produção em massa da globalização, desde o século passado. Com os países asiáticos, são quem têm grande parcela do total do investimento direto estrangeiro do mundo. A maioria deste capital segue nessas regiões por ser estável para investir. As receitas movidas para países em

desenvolvimento nessas situações continuarão a ser, primordialmente, ajudas financeiras bilaterais e doações (SHANGQUAN, 2000, p. 3-5). Não seguir as leis propostas, principalmente as da Europa, apenas aumentará o descompasso entre os desenvolvidos e os subdesenvolvidos pela incompatibilidade de valores compartilhados, insegurança dos investimentos e dos lucros.

Assim sendo, a qualidade de vida deve ser suficiente para o bem-estar e saúde da família. O mesmo com o acesso à educação que fortaleça todos os direitos democráticos; os pais decidem sobre a educação dos filhos (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER, 1948, art. 25-26). A liberdade de opinião e de expressão são direitos de todos e a vontade do povo é o que confere a competência aos poderes públicos do país em que são nacionais (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER, 1948, art. 15-21).

A qualidade ambiental é responsabilidade das instituições competentes nacionais. Ciência e tecnologia são aliadas no combate de ameaças e de problemas ambientais. A educação deve fomentar as bases de opinião pública, protetora da dimensão humana. Quanto a isso, que as comunicações difundam estas informações que propiciam um ambiente saudável. O Estado deve apoiar e assistir a ciência, a tecnologia e o intercâmbio de informações disponíveis. Podem explorar os recursos próprios sem prejudicar o meio ambiente (UNITED NATIONS, 1972, princípio 17-21).

O direito internacional deve continuar o seu progresso no que diz respeito às indenizações por poluição ou danos nas jurisdições estatais. Os efeitos prejudiciais devem ser prevenidos eficazmente na sua esfera (UNITED NATIONS, 1972, princípio 22). O balanço entre os agentes da mudança é feito pelo governo. A estabilidade para a prosperidade é sua responsabilidade e permite aos demais usufruir os benefícios do desenvolvimento, bem como incentivar aos municípios, em suas finanças e fiscalizações, em agir de acordo com a integração proposta (UN GENERAL ASSEMBLY 2017, p. 5-6).

4.3 CRISE DO NORDESTE

4.3.1 Contexto geral

Grande problema, a defesa da região nordeste da Nigéria sempre foi uma preocupação maltratada pela administração no controle do território, que data desde o período colonial,

sempre deixou um vácuo que permitiu formas descentralizadas de poder, invasão da terra e incapacidade de autodefesa — resultado de pactos entre senhores da guerra e relações voltadas para a tradição como forma de chefia regional (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017). Nos casos que as funções supostas da associação política são garantidas por associações privadas, como é o caso da África Ocidental e a sua função de polícia, há evidência que — ainda — a paz interna não está contida como atributo da primeira na forma de garantia; não vincula-se, também, com a ação da corporação puramente militar, contra inimigos internos ou externos (WEBER, 2012, p. 158).

As mudanças sociais provocadas a partir da década de 1980 levaram a uma ruptura de paradigmas culturais estabelecidos na região na bacia do Lago Chade. Outra vez mais a região e sua população precisaram de segurança e a encontraram em formas alternativas à defesa do indivíduo pelo monopólio do uso da força nos padrões culturais ocidentais. A ineficiência anteriormente citada das forças de segurança somente degradou as relações civil-militares, sem a distinção entre autores e vítimas, cometendo crimes graves, com violação de direitos humanos, e deixando péssimas lembranças na memória das comunidades que datam desde as ditaduras militares (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017).

4.3.2 Resposta à crise

Com o surgimento do Boko Haram, o Exército e as polícias não tinham capacidade para lidar devido ao número limitado de homens atuando em várias frentes por todo o país, mais um treinamento em direitos humanos inexistente levou à violência e abusos para com os cidadãos. Em 2013, houve a primeira iniciativa civil registrada contra as atrocidades do grupo: Baba Jafar Lawan, um comerciante na capital do estado de Borno, atacou um insurgente do Boko Haram e o entregou às autoridades. A sua ação foi uma faísca que alastrou-se e as pessoas passaram a defender por conta própria o território de Maiduguri, com um número crescente de vigilantes, ao ponto de limpar a cidade da atuação do grupo insurgente. Assim surgiu a Força Tarefa Conjunta Civil (CJTF) (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017). Uma série de fatores contribuiu para essa formação: as forças que deveriam proteger a população contra os ataques adotaram medidas que incluíam punições coletivas, queimada das casas e encarceramento dos jovens quando soldados ou policiais eram mortos; não eram confiáveis. A cidade de Maiduguri sofreu pela intitulada guerra santa do Boko Haram: seus agentes, clérigos críticos e associados a Borno ou ao governo federal foram assassinados ou ameaçados; e os mais ricos foram

extorquidos. Dentre os motivos da resistência popular estava a sua própria sobrevivência (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017, p. 4).

O Exército aproveitou da atitude do povo e aliou-se à CJTF a fim de diminuir os níveis de violência gerados pelos ataques sofridos na área, visto que ainda não possuía a capacidade para contenção, até aquele momento, utilizando dos métodos e táticas disponíveis. Avançando, o CJTF entrou em comunhão com o governador tradicional do Emirado de Borno e o governador do estado de Borno nesse período. O Exército também cooperou na estruturação da Força Tarefa Conjunta Civil: pessoal estadual, com ensino médio, ficou responsável por cargos importantes. Na segunda metade de 2013, o Esquema de Empoderamento de Jovens de Borno (BOYES) recebeu jovens para receberem treinamento militar do Exército; o estado federado forneceu o aparato para realizarem as patrulhas em carros, uniformizados e identificados. Dos seis mil treinados previstos, apenas mil oitocentos e cinquenta concluíram o treinamento devido as suspeitas do Exército sobre o futuro fim dado àquela instrução. O receio aumentou pela suspeita de alguns, coletando inteligência e recebendo treinamento, possíveis envolvidos com o Boko Haram (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017, p. 5-6). Apesar das suspeitas, as atividades exercidas abarcavam as funções que promoviam a paz: a presença de pontos de checagem com o intuito de prevenir a entrada de membros do Boko Haram nas cidades por eles protegidas, apaziguamento de conflitos, patrulhas, proteção de campos e comunidades que recebiam as IDPs no território nigeriano — ações prestadas independentemente, conjuntamente ou supervisionadas pelas forças de segurança. Por atuarem nas suas comunidades, mantiveram uma rede de contatos que permitiu serem informados no caso de pessoas da sua localidade estarem desaparecidas ou de novos membros recém chegados que fossem suspeitos. As armas utilizadas pelos vigilantes eram rudimentares e somente os líderes da CJTF possuíam armas automáticas. Não havia remuneração aos vigilantes pelo trabalho prestado às suas comunidades; alguns recebiam doações de caridade por parte das comunidades e dos próprios militares, assim como premiações dadas a membros que se destacaram pelo seu desempenho e dedicação no serviço prestado (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017).

Na busca de condições dignas de vida, a tática logo é copiada por quem mais precisa. O modelo de sucesso que supriu as necessidades temporárias de segurança da Nigéria logo foi implementado e incentivado pelos Estados vizinhos que também passaram a sofrer com os ataques do grupo terrorista. Este último, um desafio originalmente nigeriano, cada vez mais pressionado na região que anteriormente controlava e com menor rigidez para o acesso, buscou sua manutenção e expansão em outras áreas. O Exército e o governo dos vizinhos, Chade e Camarões, percebendo a sua impotência frente aos ataques do Boko Haram em seu território

adentro, convocaram as comunidades a exercerem a sua autodefesa aos moldes do CJTF. Nos Camarões, foi legalizada a criação de comitês de segurança no Extremo Norte, em 2014. Os ataques suicidas, em 2015, aumentaram a pressão política das autoridades ao ponto de que todas as aldeias da região tinham comitês disponíveis, ao total, somando dezesseis mil vigilantes. O Chade teve a sua capital vítima de ataques do Boko Haram, na primeira metade de 2015, também reforçando a vontade política da administração estatal a favor dos comitês. Ao final de 2015, as aldeias do país eram incentivadas a criarem os seus comitês locais (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017, p. 7). Um olhar precipitado diria que saber dos vizinhos pode ser irrelevante ao país nigeriano, mas não para o planejamento estratégico sobre como evadir de ataques, prevenção e uma possível derrota do grupo.

Do mesmo modo que a insurgência do Delta do Níger, também havia a expectativa que após o término do conflito fossem proporcionados os incentivos governamentais para ex-vigilantes e abertas oportunidades de treinamento, testes vocacionais e vagas para dar continuidade aos estudos, a ampliação dos serviços do Estado ao resto de sua extensão. Muitos demonstram interesse em participar das forças de segurança da Nigéria (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017).

Segurança nacional e propriedade são direitos de todos, bem como proteção contra desemprego. Da escolha de onde trabalhar, ter direito a remuneração igual em condições dignas, também a repouso e lazer (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER, 1948, art. 22-24). As leis democráticas aplicadas onde são cobradas, ou aonde não chegaram ainda, são peça fundamental na estabilidade do território. Nesta transição, a economia informal dentre os pobres, após reconhecida, deve entrar em transição rumo à burocratização, sendo mantidas as suas rendas, de acordo com a realidade da nação em questão. A economia urbana, direcionada a maior produtividade: renovando a indústria, promovendo cultura, lazer e turismo nos mesmos ditames econômicos. A educação de jovens e o desenvolvimento de habilidades para os empregos é essencial (UN GENERAL ASSEMBLY, 2017, p. 12).

As mudanças previstas em lei vão, cada vez mais, alterar a concentração da solidariedade do país e será repassada para as próximas gerações; as suas densidades também sofrerão o mesmo efeito. Os direitos individuais e grupais, respeitados, são a adequação do sistema capitalista para o desempenho das funções sociais do trabalho e as singularidades que impõem, agora com a comunicação entre a diversidade cultural internacional nestes moldes. Os crimes e as liberdades eventualmente serão repensados na sociedade considerando suas características indivisíveis.

4.3.3 Mulheres muçulmanas

Segue o exemplo das mulheres muçulmanas, devido à sua discricção no tipo social na sociedade patriarcal, utilizadas como espiãs, difundindo a pregação do Boko Haram ou como mulheres-bomba, por sua vontade ou obrigadas. Na CJTF, as mulheres também atuaram em postos de checagem e triagens após terem perdido suas famílias em meio ao conflito. O papel tradicional da mulher na sociedade muçulmana nigeriana sofreu mudanças e permitiu um maior questionamento do seu lugar. Tradicionalmente em segundo plano, não tinham direito a buscar educação além da recebida para ser uma boa esposa, satisfazer o marido e realizar os serviços domésticos. Com efeito, não eram permitidas intenções materiais ou a busca de emprego, o que gerava uma disparidade na renda em comparação entre homens e mulheres. Orar, em muitas seitas, era permitido apenas nas suas residências, enquanto os homens tinham acesso às mesquitas (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2016). Nos casos de vítimas de violência baseada em gênero e abuso sexual pelos oficiais nos campos de IDP, muitas foram estigmatizadas por terem sido violentadas ou casadas com membros do Boko Haram, algumas carregando os seus filhos. Nas suas áreas de governo local (LGAs), passavam fome e necessidade de investimentos para continuar a vida retomando ao trabalho (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2016). Como correntes sociais, essas situações que as mulheres deparam poderão ser choques culturais que comprometeriam seriamente o futuro do país nos moldes democráticos de direitos e a aquisição de bens — localidades distintas apresentando um mesmo fato social são uma corrente social (DURKHEIM, 1983, p. 155). Outro exemplo, as sessenta e duas mulheres esposas de membros do Boko Haram e seus vinte e seis filhos foram levados para uma instalação segura, em Maiduguri, pelo estado federado de Borno. Considerados uma ameaça à segurança, não se sabe ao certo como devem ser tratados ou devolvidos à sociedade, dado que muitas das mulheres vêm o conflito por dois lados ao passo que outras nem ao mesmo sabiam a o que os seus maridos cumpriam pela antiga seita — alegou-se que poderiam ser um problema de tendência à violência, ideologia ou outro aspecto a cuidar. A conscientização a respeito dos ataques suicidas foi um dos métodos segundo os quais os responsáveis agiram em prol da desradicalização. Poucas das mulheres que, de fato, lidaram com armas ou foram expostas à violência empregada até então (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2016, p. 16). Estas violências não acrescentam experiências benéficas ao desenvolvimento humano ou social de quem está sendo vítima. Apenas dificultam mais a vivência numa sociedade que, por natureza, mantém o sexo feminino privado de certos aspectos da vida econômica.

Contudo, essas ideias e tendências que habitam as mentes não são próprias, mas impostas do exterior e possíveis de resistência. São o oposto das funções humanas básicas que a sociedade tem interesse que continuem sendo executadas (DURKHEIM, 1983, p. 87-88). Se por um lado, o indivíduo deve cumprir seus deveres com a comunidade, pode participar da cultura da mesma e proteger os seus interesses materiais e morais. Por outro, na democracia, deve respeitar os outros, a ordem pública e o bem-estar (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER, 1948, art. 27-30). Todos são iguais e têm direito à vida, personalidade jurídica e segurança pessoal, sem possibilidade de servidão. Ninguém será condenado por ação que não seja crime no direito internacional ou interno, nem sofrerá arbitrariedades na sua vida privada. E, ainda, todos têm direito de circular e retornar ao país de origem. Se não for criminosa aos princípios das Nações Unidas, toda pessoa perseguida pode pedir asilo (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER, 1948, art. 1-14). Lembrando que a população deve estar preparada para uma liberdade que até então não tem nenhuma impressão, ou verá o esfacelamento das bases da estrutura democrática (MONTESQUIEU, 2010, p. 308-309). Ressalta-se que os princípios da nação protegidos, observar as coisas que governam os habitantes, o espírito geral e como as forças entre elas atuam é função do legislador, no que tange o espírito da nação (MONTESQUIEU, 2010, p. 309-310).

4.3.4 Aos afetados

A solução é o trabalho produtivo, chave para pessoas que passaram por crises, ao passo que o fluxo de auxílio deliberado para a sua cidade ou assentamento deve saciar a possibilidade de regressão do desenvolvimento alcançado até então (UN GENERAL ASSEMBLY, 2017, p. 8). As políticas e sua implementação, dentro dos padrões aceitos acima, devem manter esta produção social local e prevenir a evasão. As posses de terras para todos devem ser disponibilizadas e os sem lar, livres de criminalização. Deve haver o compromisso em romper com as barreiras da infraestrutura para todos (UN GENERAL ASSEMBLY, 2017, p. 8-9). Posteriormente, a economia urbana será a cadeia de fenômenos na relação entre a cidade e o campo, indústria e comércio com seu fornecedor de alimentos. Difere da economia própria e da economia nacional, como etapa econômica (WEBER, 2012, p. 413). Além disso, habilitará o crédito imobiliário sustentável que é promotor do incentivo a novos setores industriais a crescerem ao seu redor, maior infraestrutura requerida e menor marginalização adquirida. A coesão social entre as áreas rurais, periurbanas e urbanas, especialmente conectadas, será fruto

dos recursos utilizados de forma sustentável pela rede que supre as demandas de ambas e distribui o desenvolvimento total por meio dos transportes. Maior será a probabilidade de geração de valor, indústrias de escala, fixação residencial e eficiência de serviços e recursos (UN GENERAL ASSEMBLY, 2017, p. 10-11).

Causa e efeito respeitados, sabemos o que sucede na falta dos parâmetros supracitados no exemplo vívido do Boko Haram: foi um movimento islâmico no norte da Nigéria, dentre vários, na busca da conservação dos ensinamentos tradicionais do islã, tendo como seu fundador Mohammed Yusuf. Era pregado que os ensinamentos purificariam o mal ocidental — inserido na sociedade nigeriana, nas suas ações e nas suas instituições. Enquanto à frente do movimento, muitas jovens foram atraídas a segui-lo por poderem aprender o árabe e sobre o Alcorão. Tanto essas seguidoras femininas quanto homens que eram portadores de diplomas ocidentais os deixaram para trás e provaram a lealdade rejeitando ao Estado. O casamento era socialmente mais simples e mais barato para as envolvidas na seita do que tradicionalmente. A vestimenta da seita, para proteger de serem vistas por estranhos, era um sinal de adequação ao islã e também pode ter sido uma das atrações às mulheres que agiam para além da esfera doméstica. Yusuf foi seu líder de 2002 até a sua execução pela polícia, em 2009 (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2016, p. 5). Eram, aparentemente, pessoas procurando melhores condições de vida.

4.4 AGRICULTURA

4.4.1 A realidade no Cinturão Médio

A demanda de recursos naturais nigerianos, por pastores e fazendeiros, apenas aumentou ao longo das décadas devido à expansão demográfica. A incerteza do clima nortenho também forçava a locomoção para o Cinturão Médio: maior a pressão na terra para plantações e menor a disponibilidade de alimento para os rebanhos. Esta disputa de terras para os dois fins foi geradora de conflitos entre comunidades locais e pastores *Fulani*, em vários estados no Cinturão Médio — Adamawa, Taraba, Benue, Nassarawa, Niger, Kaduna e Plateau. A perda material, as casualidades e os deslocamentos, normalmente, foram o resultado. Com a intensificação na década passada, estava envolvendo a segurança alimentar e a produção de animais, ambas, em conflitos, comprometendo a renda das comunidades e debilitando o mercado nigeriano. Os pastores e os fazendeiros que conseguiam manter os seus animais vivos

foram vítimas de banditismo na área rural, prejudicando ainda mais ambas as indústrias (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 48).

Será seguida a recomendação de escolher entre os elementos observados num grupo específico aqueles que têm uma anomalia apenas e estudar as mudanças que houve na amostra. Saindo disso, resta dedução sociologicamente inconclusiva (DURKHEIM, 1983, p. 113). Normais são os fatos mais gerais; os outros, mórbidos ou patológicos. A frequência é a prova (DURKHEIM, 1983, p. 116). A escolha de fato normal a questionar foi a insistência da pobreza e as suas diversas formas; degradação e desigualdade acabam por ser empecilhos para o desenvolvimento mundial. A segregação e a exclusão, econômica ou social, são realidade em assentamentos e cidades. A transformação deste fato é consequência da urbanização, solução dos problemas citados, e outros, para os contribuintes (UN GENERAL ASSEMBLY, 2017, p. 2). Assim, serão transformadas em normas os regulamentos do desenvolvimento mundial, tornando patológico o que vigora.

Sabe-se que os pobres detinham uma média de 7,7 pessoas numa casa; na classe média, essa caía para 3,6. Ambos praticavam a agricultura para viver, possuidores de uma educação precária, porém a classe média tinha maior chance de adquirir serviços básicos e bens que dependessem de eletricidade para funcionar (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 17-18). Os pobres estavam mais concentrados no setor agrícola, o que mais crescia. No período 2000-2016, o total dos empregos na agricultura subiu de 30% para 48%. A produção cresceu em 2% ao ano, provavelmente, mais indivíduos trabalhando menos horas por dia — devido ao número exponencial de habitantes, sem aumentos na renda. Estava estimado que a metade do setor não tinha mais que 1 hectare de terra. Produziram 90% da produção agrícola e 96% deles cultivavam, no mínimo, uma plantação para vender e muitos tentavam diversificar — foram obstáculos as inconsistências de mercado, de apoio governamental e os riscos de perder a plantação para alguma peste ou problemas com água (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 21-22).

Na Nigéria, 22% do produto interno bruto era gerado pela agricultura; 70% da população estava envolvida na produção agrícola e na sua cadeia. A infraestrutura do setor era deficiente, mercados ineficientes, financiamento restrito, imprevisibilidade política e falta de informações sobre o mercado (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 13). A introdução de tecnologias de gerenciamento das finanças pode tornar mais acessível a possibilidade de ter crédito ou uma poupança. Este tipo de inclusão ainda não tem grande investimento. O dinheiro não circulava neste ambiente sem as políticas de incentivo para os mecanismos financeiros (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 110).

As pessoas que trabalhavam no setor não viram aumento do seu rendimento *per capita*, por 20 anos, e a produção estava precária até nas plantações básicas. Suas fazendas, em mais de 80% possuíam menos de 5 hectares, consideradas pequenas e sem acesso a tecnologias de irrigação ou máquinas. A população envolvida na produção agrícola ficava limitada à subsistência de menor escala, disputas por terras e violência na sua comunidade. No entanto, o governo nigeriano tinha a ambição de sustentabilidade agrícola, mais produtividade, autossuficiência e nutrição equilibrada, empregos e menos pobreza. Contudo, estava falhando no relacionamento entre os agricultores e deles com o governo (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 13). O nordeste em conflito e os choques entre fazendeiros e pastores no Cinturão Médio estava prejudicando persistentemente a produção agrícola com severidade, desde 2017, mesmo com os esforços governamentais em ação (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 36).

4.4.2 A solidariedade no setor agrícola

Como foi observado anteriormente, para cumprir a função social do ambiente em que a população nigeriana vive, o direito básico às propriedades que lhes pertencem deve ser mantido em vigor. Também vital: a água limpa, o saneamento e a qualidade de outros serviços — o pertencimento por via das necessidades atendidas é outro ponto a considerar se é desejado o crescimento econômico que a transformação da urbanização pode desfrutar. É necessário o equilíbrio no território e o gerenciamento do desenvolvimento da infraestrutura em todos os níveis do governo, pela consideração dos direitos de todos os envolvidos com o fim de conectar pessoas, áreas e serviços num espaço mais seguro e preparado possível, dentro das normas estipuladas e da criação de políticas adequadas (UN GENERAL ASSEMBLY, 2017, p. 4-5).

Com o auxílio dos ensinamentos do primeiro capítulo e das informações aqui apresentadas, é possível extrair que situação de mais de 70% da população ainda apresentava o problema de conexão das pessoas que poderia ser resolvido pelas trocas econômicas. Muitos habitantes desconheciam do regramento estatal e de delimitações de propriedades, não havia este tipo de união supracitada entre os mesmos. A produção de subsistência e a violência eram o que consistia na solidariedade que eles conheciam: o seu caráter *sui generis* e o direito repressivo que vinha sendo praticado. Essa, tem as características da solidariedade mecânica porque evidencia semelhantes, nas mesmas condições, lutando pela vida. O seu círculo de unidade de ação estava fechado.

O Cinturão Médio ainda mantinha a presença das autoridades tradicionais atuando na mediação de conflitos. Apesar da transformação desta autoridade ter minimizado o seu papel,

ainda existiam figuras públicas, nos estados federados — como o emir de Kano e o sultão de Sokoto são exemplos —, atuando para combater os problemas das relações entre comunidades. O diálogo era estimulado para uma via da paz dentre as diferenças religiosas e étnicas. Essas instituições tradicionais também trabalhavam ao lado de ONGs e da sociedade civil, na forma de alcançar a paz — Centro de Mediação Inter-religiosa, *Jama'atu Nasril Islam* e Associação Cristã da Nigéria mediavam relações no Cinturão Médio através dos mecanismos disponíveis para prevenir e resolver conflitos entre fazendeiros e pastores. A atuação racional do governo estadual estava presente na sua arquitetura para resolução dos conflitos e suas comissões (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 77).

Nem os governos, dos municipais ou federal, conseguiam coordenar os seus esforços na gestão da área rural. Enquanto isso, o desenvolvimento da infraestrutura seguiu prejudicado, levando os habitantes a irem para outras áreas em busca de terras e de água. No Cinturão Médio, o prejuízo econômico anual estimado chegou a ser maior que uma dezena de bilhões de dólares, mais as mortes de civis (AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, 2019, p. 27).

A participação federal — ampliação da qualidade do setor agrícola, comunicação com representantes e presença judicial e de polícia — seria fator a favor de sanar costumes violentos e proporcionar geração de renda. Os limites dos habitantes da comunidade ficariam mais bem demarcados; a cooperação planejada pela participação do Estado seria possível. O regramento em vigor passaria a ser a lei federal. Feito isso, serão dependentes da sociedade que mantém o seu trabalho e proteção, na solidariedade orgânica. A estabilidade de tamanha parcela da população abrirá as portas para outros planos estatais, como a entrada de investimento direto estrangeiro para outros setores da economia.

Para não guiar uma nação a base de sanções é preciso que toda a divisão do trabalho social seja estimulada. A limitação do setor privado em benefício de poucas empresas dominantes não gera empregos. Permitir por essas mesmas uma conduta que vai contra a concorrência também é uma falha estatal. A limitação da entrada de produtos estrangeiros por via de barreiras comerciais também (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 13). Atividades novas poderiam gerar receita e empregos. Simplesmente anular as atividades estatal e econômica não impulsionará o desenvolvimento sustentável. Mais renda gerada será igual a mais gastos no estilo de vida nigeriano, possivelmente mais consumo da sua produção e estímulo do setor agrícola.

4.4.3 As terras e a sua produção

A agricultura primária ainda estava na frente do processamento de alimentos. A infraestrutura nigeriana continuava deficiente na irrigação da plantação, no escoamento da produção pelas estradas e na energia para o transporte — esta produção também não teria uma cadeia de valor no mercado. A grande pressão demográfica exigia uma mudança para a modernização da posse de terras para atenuar os conflitos e desenvolver um agronegócio estável; dos habitantes capazes de comprar os seus alimentos devido à sua condição financeira, 70% do seu orçamento estava em alimentos semiprocessados ou processados. Assim, havia a chance dos produtores que vendem a sua produção de lucrar 5-10 vezes mais com frutas e carnes, por hectare, do que com grãos; a quantidade dos grãos sendo deixada para trás frente à qualidade dos alimentos escolhidos, numa dieta cada vez mais variada. Disso, os programas governamentais que visavam o aumento da produção de grãos de arroz ou a distribuição de fertilizantes em parcerias público-privadas deixavam mais uma opção para escolher o futuro destas plantações habilitadas para tal: a venda de frutas e carnes ou a produção dos grãos (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 90-91).

As terras nigerianas, 78% agrícolas e 37% aráveis, tinham grande potencial global. As condições climáticas permitiam diversas variedades de plantações e de criação de animais para o mercado interno e exterior (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 52). Contudo, as mudanças climáticas serão fator de risco para expansões das indústrias — a urbanização — nas próximas décadas. O país é um dos dez que mais sofrerá o aumento de 1-2°C, até 2050, principalmente no norte. Há a incerteza sobre as chuvas em um terço do território. Também haverá inundações na costa devido ao aumento do nível do mar, estimados entre 0,2m e 1m (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 57) (lugares que a poluição ainda não destruiu a agricultura). A autossuficiência será frontalmente abalada pela redução da produção agrícola no atual estágio em que é encontrada. Antes da irrigação, o acesso à água potável será fundamental para a adaptação. A substituição de importações e o agronegócio competitivo não serão uma realidade enquanto a falta de alimentos forçar o deslocamento interno de indivíduos já dependentes da subsistência. Não havendo o aprimoramento, a pobreza e insegurança alimentar não terão reduções (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 90-91).

Frisando a carência da atenção estatal neste tema, a degradação do solo nigeriano é de grande preocupação para o futuro da produção agrícola. Os dados apontavam para cerca de 6000 km² que já estavam em condições críticas e, todos os dias, inundações, abertura de clareiras e desflorestamento estavam acontecendo. A erosão chegou — em diferente intensidade — a um total de 90% do território, desertificação do norte e barrancos no sul. A degradação ficou por conta principalmente dos pobres devido à energia acessível, produzida

dos desmatamentos, poluente do ar e prejudicial à qualidade do solo fértil; mais fertilizantes serão utilizados e as chances de ter uma nutrição balanceada diminuirá para toda a família. As áreas costeiras que sofreram poluição também terão obstáculos à aquisição da subsistência. Somando esses fatores às mudanças climáticas, a agricultura mantida por chuvas e as pastagens que alimentam o gado poderiam sofrer a perda da subsistência em mais de 80% das propriedades agrícolas de pequeno porte — noventa milhões de famílias —, em torno de 20-30%, atualmente, e 50%, em 2080 (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 117-119).

Aumentar a produtividade agrícola do norte, disponibilizar transporte acessível e implementar as ferramentas digitais pode vir a convergir a população num propósito econômico comum estável (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 125). Sem a participação estatal — servindo, protegendo e investindo — a conflitante e crescente população estará sem chances de sair da pobreza, sem alimentos para si mesma e para os seus animais.

O diálogo será a principal ferramenta que possibilitará a mudança na perseguição por mais serviços planejados, de qualidade e áreas verdes agradáveis de habitar que prezam pela saúde física e econômica dos habitantes. A paz entre diversas culturas e as suas sociedades será um fato se a conectividade e a inclusão ocorrerem nestes termos, preservadas as infraestruturas culturais (UN GENERAL ASSEMBLY, 2017, p. 9). O cultivo das terras é importante pelo apego físico a um lugar específico. A divisão das terras no direito das gentes é anterior ao direito civil. Posteriormente, as mesmas também melhorarão o código civil. Removerão a liberdade errante de povos alheios à posse, modificarão o terreno, os organizarão num domínio estatal e aderirão ao uso da moeda como símbolo de valor (MONTESQUIEU, 2010, p. 291-293).

5 INDICADORES DAS POLÍTICAS ESTATAIS

Este é o último capítulo e situa o país em relação consigo mesmo e com os *rankings* internacionais em áreas como o desenvolvimento humano mais básico, a infraestrutura e a economia estatal, o que foi praticado institucionalmente e quais são os seus desafios. Os indicadores demonstram as transformações sofridas em números confiáveis para fins de comparação dos resultados das políticas e como a sociedade nigeriana as recebeu.

5.1 GOVERNO

5.1.1 Resultados positivos da Quarta República

As políticas de privatizações na Nigéria começaram ainda em 1999, com a Lei de Empresas Públicas — Conselho Nacional de Privatização, para as políticas, e Escritório de Empresas Públicas, para implementação. A Agência Federal de Manutenção de Rodovias ficou incumbida das concessões, em 2002. A Lei de Comunicações de 2003 abriu o setor para empresas privadas. A Lei da Comissão Reguladora de Concessões de Infraestrutura foi aprovada, em 2005, e a política nacional resultante, em 2009. Em 2013, a *Holding* nigeriana de energia foi descontinuada. O setor portuário também passou a administração dos portos marítimos a privados para operações e financiamentos em infraestrutura (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 112). A Nigéria abriu mão que não tinha condições de manter, mesmo que ainda busque soluções para a infraestrutura do país. Foram grandes os avanços nos pontos mais críticos da falta de institucionalização nigeriana, os resultados práticos serão vislumbrados com o tempo.

Algumas ações políticas apresentaram resultados favoráveis, apesar de precisarem de um efeito cumulativo. O Sistema Integrado de Folha de Pagamento e Informação Pessoal (IPPIS), de 2007, melhorou a administração da folha de pagamento pela eliminação de funcionários fantasmas que ainda recebiam salários. O resultado inicial ainda será mais satisfatório quando alcançarem todos os registros armazenados do pessoal governamental estiverem sob o seu monitoramento, ministérios e afins. A Conta Única do Tesouro (TSA) foi ativada para responsabilizar adequadamente ministérios, departamentos e agências por via da redução de contas bancárias e da maior transparência na gestão das receitas federal e estaduais. Muito importante, a Lei de Compras Públicas, também de 2007, visou tornar mais

transparentes, eficientes e profissionais os processos de licitações e de compras públicas; o abalo na corrupção, na má gestão e nas irregularidades foi de US\$10bi anuais. O modelo de licitação atual e o sistema *online* ainda estavam carentes de adequação na realidade administrativa nigeriana. A Lei de Responsabilidade Fiscal de 2007, foi aprovada para a gestão e sustentabilidade fiscal, porém ainda não havia sincronia entre as gestões dos governos nas finanças públicas. A Lei de 2011 para o Conselho de Relatório Financeiro da Nigéria atuou nas receitas, nas despesas públicas e na prestação de contas, dentro do estabelecido pelo seu Código de Governo Corporativo e pela adequação às normas internacionais contábeis. As informações eram repassadas em tempo real para, no mínimo, 97% dos gastos orçamentais. Em 2012, o Sistema de Informação de Gestão Financeira Integrada do Governo (GIFMIS) foi ativado. Sua função afetou diretamente a corrupção, fornecendo informações financeiras e reduzindo empréstimos desnecessários; a transparência melhorou a responsabilidade na gestão e nos orçamentos. (AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, 2019, p. 25-26). Todas estas leis economizaram vários milhões de dólares ao ano dos cofres nigerianos, com destaque para a Lei de Contas Públicas, sanando as maiores dificuldades para contratar e desempenhar as funções estabelecidas no serviço público.

5.1.2 Desafios

Dentre os desafios, estava a própria manutenção da democracia nigeriana. O segundo mandato de Muhammadu Buhari fortaleceu a governança política, a econômica e a transparência nos processos por via de reformas que contavam, também, com atores estrangeiros, como o Banco Africano de Desenvolvimento. A subsidiariedade continua aplicada para atender às demandas específicas dos estados federados e das zonas geopolíticas, desde a Constituição de 1999: governo federal arca com 52,6% das despesas, estaduais compõem 26,7% e municipais, 20,6%. Ainda havia centralidade de despesas e alocações no âmbito federal. A duplicação de legislações era um dos obstáculos aos esforços de todos os níveis políticos nacionais, com maior custo voltando ao governo federal. A má administração de recursos ainda era normal, envolta na falta de coordenação e de aparato jurídico adequado. Os conflitos étnicos e as alegações de domínio político continuavam pressionando por autogoverno e controle dos recursos locais (AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, 2019, p. 24-25).

Em sua participação na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAU), a Nigéria vinha cumprindo os requisitos macroeconômicos e sanando questões

estruturais para a implementação da moeda única do bloco, o ECO (AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, 2019, p. 50).

Por outro lado, a Nigéria deixava a desejar seriamente, dum total de 100%, na eficiência da sua governança (10,5%) e no controle da corrupção (15,7%). Ainda não era: um país totalmente responsável pelos cidadãos (27%), controlado pelo direito estatal (10,9%) e com corpo regulatório satisfatório (22,9%); a violência e a instabilidade política ainda eram patentes nas administrações (UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA, 2015, p. 70). Não havia mecanismos institucionais que revisassem o desempenho dos planos de governos anteriores e que desenvolvessem estratégias específicas para a continuidade, em desafios e oportunidades (AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, 2019, p. 43).

Um exemplo, voltando à década de 2010, o país apresentou um declínio da receita federal anual em 8%, os gastos aumentaram 4% ao ano no mesmo período. Cada vez mais, os estados não conseguiam cumprir com as suas obrigações nos gastos com salários dos servidores que mantêm os serviços básicos nigerianos (MINISTRY OF BUDGET & NATIONAL PLANNING (Nigéria), 2017, p. 103). No ano de 2015, 40% dos estados federados tinham dívidas de 30% das receitas recebidas, geradas ou repassadas (MINISTRY OF BUDGET & NATIONAL PLANNING (Nigéria), 2017, p. 23). Também se sabe que os entraves internos para gerar receita são consolidados e expandem.

A Nigéria não estava cumprindo adequadamente o Programa Alargado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) e o novo documento adotado, em Malabo, julho de 2014: a Declaração sobre o Crescimento e Transformação Acelerada da Agricultura definiu a Visão África 2025, para alcançar o Plano de Implementação da Primeira Década da Agenda 2063 da África (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL E AGRICULTURA (Etiópia), 2018, p. 3). Em 2017, não havia investimento estatal suficiente para o setor agrícola e nem garantias para a proteção de grupos vulneráveis, ambas as porcentagens estavam negativas em mais de 20%. Dos dados disponíveis, esses foram os compromissos que receberam menor atenção pelo país. O PIB agrícola não vinha crescendo e a terra arável não produzia o mínimo estabelecido (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL E AGRICULTURA (Etiópia), 2018, p. 55).

Também houve o esforço público, federal e estadual, para a identificação dos seus habitantes baseado na sua comunidade, o registro social da população. Ficou claro que este reconhecimento seria fundamental para o desenvolvimento estatal. Os procedimentos realizados ainda não tinham resultado num sistema universal que possibilitaria a centralização dos serviços a oferecer aos cidadãos ou a inclusão financeira. Enquanto não haver uma maneira

confiável de transferir estes direitos e deveres à população, os fundos seguirão mal distribuídos (WORLD BANK GROUP, 2019, 2019, p. 88).

5.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO

5.2.1 Renda

O desenvolvimento nigeriano ainda carece de serviços estáveis e um dos motivos encontra-se também aqui: em 2016, a população nigeriana tinha um percentual de 42,8% vivendo abaixo dos US\$1,90 diários, a pobreza extrema (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 16). Eram 21% os não pobres do país, classe média, que corriam menos riscos de serem pobres (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 17). O crescimento econômico teve pouco efeito nos números da pobreza (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 19). No ano de 2017, mais de 60% da população viveu, diariamente, com ou menos de US\$1 (MINISTRY OF BUDGET & NATIONAL PLANNING (Nigéria), 2017, p. 24). Os dados constam porcentagens alarmantes semelhantes aos anos de 1990, como apresentado anteriormente, apesar do agora instaurado reajuste salarial.

5.2.2 Saúde

A Nigéria permaneceu muito abaixo nos *rankings* de saúde, como visto em outras décadas, em parte, porque os outros países também melhoram os seus números. A mortalidade materna é exemplo disso com as suas 576 mortes a cada 100000 nascimentos — eram 1000 de 100000, em 1990; as 70 mortes para o mesmo número de nascimentos, número determinado pela UN em seu objetivo de desenvolvimento sustentável (SDG), estão longe de virarem realidade. Doenças infecciosas ainda eram grande problema: destaque para o vírus da imunodeficiência humana (HIV) e a tuberculose, 123° de 138° e 128° de 138°, respectivamente. Os 52 anos de expectativa de vida estão abaixo dos vizinhos africanos, em 2017, apesar do progresso nacional — 134° de 138°. Os serviços não atenderam a população por falta de financiamento, acesso e coordenação; poucos foram os que puderam arcar com os custos de cuidados médicos (MINISTRY OF BUDGET & NATIONAL PLANNING (Nigéria), 2017, p. 85).

A subnutrição crônica atingiu duas de cinco crianças nigerianas, totalizando 14,5mi. O nanismo de crianças no noroeste e nordeste excedeu 50%, em nove estados, e prejudicou todo o resto das crianças: seu raciocínio, profissão e reprodução. As causas foram a falta de serviços básicos de saúde, água limpa e comida inadequada — principalmente a alimentação da criança desde a amamentação (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 25-26). Sem o nanismo, as chances da criança sair da pobreza subiriam em 33%, salários até 50% mais altos. Nos últimos dados, as crianças vinham atingindo 34% do seu potencial, aos 18 anos (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 32). Se mais crianças sobreviveram aos primeiros anos de suas vidas, os números pioraram para o seu desenvolvimento, em porcentagem.

A mortalidade de crianças com menos de 5 anos foi uma das mais altas do mundo — pneumonia, diarreia e malária foram responsáveis por 74% dos casos. As mães também sofreram com morte maternal por falta de cuidados médicos. De todas as mortes entre mulheres de 15-49 anos, 32% foram devido à gravidez. Elas já viviam fracas, da nutrição ou de outra gravidez. Muitas casaram ainda crianças e não tinham condições físicas para ter filhos (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 25-26).

5.2.3 Educação

A educação nigeriana era pobre e refletiu também na economia. Metade da população entre 15-49 continuava analfabeta — o norte figurava entre 32-69%, o sul estava entre 5-8%. Havia mais crianças fora da escola no norte e nas áreas rurais: meninos, 28%; meninas, 32%. Muitas crianças não concluíram a educação mais baixa, principalmente as meninas — muitas são vítimas de desigualdade de gênero. A falta de prática atrofiava a habilidade de ler até de quem concluiu a alfabetização (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 27-29).

A parcela da população sem ensino secundário caiu de 75% para 65%, no período de 1999-2011 (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 32). A educação oferecida deixou a maioria da população incapaz para ocupar vagas de empregos por não haver capacidade ou padrões educacionais. A qualidade era precária desde a educação básica até as limitações de áreas avançadas da ciência, engenharia e tecnologia — em suas instalações também. Grande parcela da população não sabia que carreira teria no futuro, no que depende do governo (MINISTRY OF BUDGET & NATIONAL PLANNING (Nigéria), 2017, p. 87).

5.3 INFRAESTRUTURA

5.3.1 Orçamento destinado

O total do produto interno bruto da infraestrutura nigeriana estava em 35%, enquanto os países emergentes tinham, em média, 70% do seu total em serviços básicos, energia, comunicações e transportes (MINISTRY OF BUDGET & NATIONAL PLANNING (Nigéria), 2017, p. 73).

O Estado nigeriano teve as iniciativas nos problemas mais urgentes de governança e de conflitos, porém, como esse dado revela, ainda não sanou todos os principais problemas da sociedade nigeriana porque a deterioração foi grande ao longo de décadas e, em parte também, porque a economia não satisfaz as receitas para habilitar soluções sustentáveis. Dessa forma, melhorar os índices do país serão fundamentais para ampliar os investimentos.

5.3.2 Saneamento e água

Os serviços de saneamento e água estavam seriamente prejudicados devido aos recursos insuficientes repassados e à variedade de legislações estatais. O público não cobrava e também não pagava aumentos de impostos. Os serviços eram inadequados, prejudicaram o meio ambiente e aumentaram o risco de doenças. Estimava-se que, em 2015, 46% das soluções para fornecimento de água da população não estavam funcionais, as que vierem a serem criadas pararão de operar dentro de um ano devido à sua má infraestrutura. Nesses serviços, as reformas políticas ainda não foram prioridade nas agendas dos governos (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 82-83).

As diferenças entre a prestação de serviços sanitários e de fornecimento de água também variavam entre as áreas rural e urbana. Em 2015, um local seguro e compartilhado para defecar estava disponível a 64% e 84%, respectivamente; água protegida de contaminação constituiu 24% e 43%, respectivamente (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 27).

5.3.3 Eletricidade

A Nigéria tinha capacidade de 12,5 gigawatts, porém menos de 15% estava sendo distribuído — as operações ocorriam em menos de 30% da capacidade total (MINISTRY OF

BUDGET & NATIONAL PLANNING (Nigéria), 2017, p. 74-75). Assim como os outros, este serviço básico continuava desproporcional entre as áreas rurais e urbanas. A estimativa de acesso à eletricidade era de 35% e 85%, respectivamente (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 24).

Contudo, em 2016, o Plano de Implementação e a Estratégia de Eletrificação Rural foram aprovados para atender aos residentes rurais mais carentes, suas instituições, suas escolas e suas empresas rurais. O Fundo de Eletrificação Rural foi criado com o propósito de expandir o acesso à eletricidade, energia renovável e sistemas híbridos, onde a rede elétrica não chegava ou não atendia às demandas (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 107).

É sabido que a Lei de Reforma do Setor Elétrico (2005) pôs fim ao setor administrado pelo Estado e privatizou geração e produção de energia. Entretanto, as cobranças e as perdas técnicas foram responsáveis por 54% do total gerado em 2017. Isso significa que além de medição incompleta e tarifas inconsistentes, houve a sabotagem do petróleo e do gás que alimentavam as usinas para a geração. Os investimentos em reabilitação das redes e cobranças acabaram por serem insatisfatórios. O acúmulo de dívidas das empresas geradoras era repassado aos fornecedores do gás, em atrasos (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 106).

Além dessa principal fonte de energia nacional, a Nigéria possuía, para o suprimento dos seus interesses, 180 barragens grandes e 37,4bi m³ — 25,8bi m³ acumulados em Kainji, Jebba e Shiroro. A energia hidráulica poderia contribuir em 26% do suprimento nacional e reduzir a dependência do gás para a geração. Entretanto, apenas 13% da capacidade estava operacional. As grandes quantias de água acumulada também necessitavam de cuidados para evitar catástrofes (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 106-107). Havia o potencial para cobrir toda a população com os serviços de energia, porém as instituições para tal ainda falham ao executar os planejamentos.

5.3.4 Serviços móveis

A assinatura de serviços móveis subiu de 22,5% (2006) para 66,7% (2012), em seis anos. Usuários de internet subiram de 5,5% para 32,8% no mesmo período (UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA, 2015, p. 89). Dados de 2017 revelaram 153 milhões de usuários de linhas telefônicas móveis, 74% da população. Desses, 51% tinham acesso à internet, majoritariamente, de telefonia digital de segunda geração. Já o preço da banda larga estava, em média, US\$80 mensais. A infraestrutura tornava os serviços deste setor difíceis de expandir (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 110-111). Com isso, no

país, dinheiro móvel ainda estava muito limitado. Os esforços para as operadoras móveis aceitarem serviços de pagamento ainda não eram uma realidade, mas já existiam as diretrizes do Banco Central da Nigéria para a promoção (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 98). Não havia a identificação das pessoas nem as formas para facilitar iniciativas econômicas privadas devido às limitações presentes.

5.3.5 Transportes

A infraestrutura para transportes ainda não correspondia com o tamanho da economia. De acordo com dados de 2016, possuía 22km de estrada por 100km², levemente superior ao Brasil. Todavia, a qualidade dos serviços estava péssima para estradas, ferrovias, portos marítimos e aeroportos — a governança era o pior obstáculo. Apesar disso, os projetos e concessões vinham sendo firmados: eram oitenta e cinco projetos para rodovias, quatro para aeroportos iniciaram (MINISTRY OF BUDGET & NATIONAL PLANNING (Nigéria), 2017, p. 77-79).

As estradas locais eram as que estão em piores condições, 87% do total estavam precárias; 78% das estradas estaduais estavam péssimas; as estradas federais tinham estimativa de 40% em péssimas condições de tráfego (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 107). Era estimado que 30 milhões de indivíduos estavam isolados, sem serviços básicos e gerando menos renda devido às estradas (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 108). Dessa forma, os custos de transporte estavam altíssimos nas estradas precárias, prejudicando o setor agrícola, por exemplo. O frete da tonelada chegava a US\$43 para localidades afastadas, enquanto a área urbana teve o custo em torno dos US\$5,30 (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 108). Em 2016, o país estava ocupando a 90^a posição em desempenho logístico dentre os 160 países analisados (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 108). Todos os tópicos interligados apresentam quais vêm sendo as verdadeiras oportunidades de prosperar por iniciativa privada no país.

5.4 ECONOMIA

5.4.1 Títulos financeiros

O Plano Diretor de Mercado de Capitais 2015-2025 está sendo implementado, porém a infraestrutura e instrumentos financeiros ainda estavam subdesenvolvidos — não havia liquidez

ou profundidade. Os títulos soberanos, em 2018, estavam em melhores condições de negociação, com previsibilidade e garantia. Títulos federais totalizavam 92%; estaduais contabilizavam 4% da capitalização; títulos não soberanos, mercado corporativo, estavam em torno de 3,6%. Mudanças políticas ou no preço do petróleo afastam ou aproximam os investidores; o investimento estrangeiro direto em setores da indústria, supostamente, estava mais estável do que outros que dependem do mercado de ações (AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, 2019, p. 20-21). A economia ainda está mais voltada para os investimentos externos e considerando as limitações da sua população em participar destas questões.

5.4.2 Dependência do petróleo

O percentual de crescimento do produto interno bruto nigeriano estava em 7,4% antes da crise global (2008) e a previsão estava em -1,5% na queda dos preços do petróleo (2016). A inflação subiu para 18,5% no final de 2016. A depreciação da moeda foi de aproximadamente metade do valor frente ao dólar. O investimento estrangeiro direto diminuiu de US\$8.9bi para US\$3.1bi (2011-2015) (MINISTRY OF BUDGET & NATIONAL PLANNING (Nigéria), 2017, p. 22-23).

A receita pública ainda estava atrelada à principal exportação do país: o petróleo. A extração começou timidamente no final dos anos de 1950. Da década de 1970 até 2012, equivaleu a cerca de 80%. A alteração do preço desta *commodity* mudou drasticamente a receita estatal. Por exemplo, a queda do preço do petróleo reduziu o montante deste para 63% entre 2015 e 2016; o setor foi responsável por 10% do produto interno bruto e fonte de metade da receita estatal, grande produto nigeriano de exportação. Uma mudança de preço para mais ou para menos no seu valor reflete nas mesmas proporções nas contas do país. Flutuações destas proporções significam problemas para a estabilidade macroeconômica nigeriana, portanto, prejudicaram o crescimento de longo prazo e evidenciaram a necessidade de qualidade institucional (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 30-31).

A sua influência ficou nítida no planejamento estatal. O Plano de Recuperação Econômica e Crescimento (2017-2020) teve as seguintes possibilidades para a política macroeconômica: primeiro, manter o que está acontecendo; segundo, reformas básicas; ou terceiro, implementar um plano ousado. A primeira opção esperava apenas pela recuperação dos preços do petróleo, a economia retraía, o crescimento ia a zero, o desemprego saltava dos 14,2% (2016) para 31,3% (2020), a população aumentava e a renda *per capita* diminuía. O segundo plano não realizava mudanças estruturais, seguia dependente do petróleo, o PIB real

creceria em torno de 3,8% (2020), três milhões de empregos criados que não cobririam os jovens ativos para trabalhar, 25% de subemprego ou desemprego (2020), o crescimento populacional não mudava a pobreza em números, porém mais habitantes seriam pobres. A terceira e última escolha aplicaria mudanças estruturais e macroeconômicas, os investimentos privado e público enfrentariam os obstáculos impostos para negociações em setores competitivos, promoveriam infraestrutura de qualidade e inclusão social. Os avanços levariam o crescimento do PIB aos 7%, movidos pelo crescimento das indústrias não petrolíferas e expansão de serviços, das manufaturas e da agricultura; quinze milhões de empregos gerados e redução da pobreza entre 6-11% (2020), para 50-55% (MINISTRY OF BUDGET & NATIONAL PLANNING (Nigéria), 2017, p. 33). Este cenário evidencia um país no qual os habitantes, em grande parcela, têm de lutar diariamente pela sua sobrevivência enfrentando a falta de suporte do governo federal para um mínimo que permita a existência dos mais necessitados.

5.4.3 Setor privado

O setor privado estava majoritariamente movido por micro, pequenas e médias empresas (86,1% dos trabalhadores). Do total, 97,1% eram unipessoais, apenas para sobreviver, no comércio e atacado. Cada pequena e média empresa continha uma média de 39,5 empregados, contudo, o setor vinha perdendo espaço para as funções sem regulamentação. As mulheres foram fundamentais para toda a economia; em 2014, elas equivaliam a 80% dos autônomos não agrícolas — 60% para os homens. Da população total, 35% era engajada na atividade empresarial (AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, 2019, p. 29).

Os custos das firmas eram, na sua metade, gerados devido à uma infraestrutura que persiste precária (AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, 2019, p. 31). Os padrões internacionais de qualidade e as regulações ainda não estavam atendidos, tornando impossível para muitos, naquelas condições, exportar os seus produtos. As políticas de câmbio e de comércio também restringiram pequenas e médias empresas de participar do comércio internacional. Estes fatores mantiveram a estrutura de dependência do setor do petróleo e as suas variações que afetaram toda a economia (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 104-105).

A Nigéria seguia sendo um dos piores para fazer negócios nos *rankings* do Fórum Econômico Mundial e no Banco Mundial, em 2017: 127° de 138° e 169° de 190°, respectivamente. Fazer negócios era difícil — além da corrupção — pelos pagamentos de impostos, a aplicação dos contratos e a negociação pelas fronteiras, todos com piores

consideráveis no período 2008-2017. O Conselho Presidencial do Meio Ambiente de Negócios (PEBEC), em 2016, foi estabelecido, baseado na Comissão de Promoção de Investimentos da Nigéria (NIPC) — assumido pelo vice-presidente e a sua competência estava nas dificuldades para negociar, acima citadas. Contudo, políticas e regulamentos não estavam surtindo os resultados esperados (MINISTRY OF BUDGET & NATIONAL PLANNING (Nigéria), 2017, p. 80-81).

Como pode-se imaginar, custava menos usar dos serviços do mercado informal — que prestavam suporte às empresas legalizadas. Normalmente micro, pequenas e médias empresas, atuaram na produção de bens de baixa qualidade, sob controle de pouca tecnologia, ou estavam envolvidas em serviços. Algumas, como empresas digitais novas, apenas demoravam a registrar a sua constituição juridicamente (WORLD BANK GROUP, 2019, p. 94).

O país pretendia expandir o setor privado para atender a demandas da região ocidental da África, visto que o comércio nigeriano na CEDEAO equivalia a 3,7% do total nacional. Em julho de 2019, foi assinado acordo para a Área de Livre Comércio Continental Africano (AfCFTA). A ideia inicial era que a atuação regional do setor poderia impulsionar a sua expansão e as reformas anteriormente propostas em legislação (AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, 2019, p. 49-50), como por exemplo, os direitos iguais a todos para o benefício da economia.

CONCLUSÃO

Havia exigência de uma atuação racional nos planos político e econômico que força mudanças onde menos se gostaria que fossem realizadas: nas classes que atuavam para os seus interesses por regimentos e espaços jurídicos que favorecem tais práticas. Como evidenciado anteriormente, os princípios fiscais e respeito ao patrimônio público pelo agente público devem ser práticas internalizadas como representação do povo, seguidos e preservados dentro da competência que o Estado possui. Também, a exigência da transparência de empresas, incentivo à concorrência econômica que permite o desenvolvimento sustentável, esta educação transmitida, enquanto o governo cuida dos seus deveres essenciais de regulador.

O Partido Democrático do Povo, *Yoruba*, e seus candidatos — Olusegun Obasanjo, Umaru Yar'Adua e Goodluck Jonathan —, nos seus 16 anos no poder, fizeram um bom trabalho pela governança federal e pela manutenção da estabilidade democrática por via de uma maior transparência dos procedimentos gastos e concessões — qualidade burocrática nas instituições. O presidente atual, reeleito, é *Fulani*, Muhammadu Buhari, do Congresso de Todos os Progressistas; também é ex-oficial das Forças Armadas e tem a tarefa de continuar ou aprimorar o que foi feito pelas administrações anteriores. Os gastos federais, mesmo com a corrupção sendo combatida, ainda continuam a aumentar todos os anos e não há frutos para 60% da população, pobreza extrema. A experiência internacional é de grande valia para um melhor controle estatal, seu *know-how* administrativo, sua formação profissional para tal. As lições bem-sucedidas do exterior auxiliarão a evitar um controle estatal baseado no medo, cenário nigeriano atual — da população e das forças estatais um para com o outro. As novas gerações política e administrativa têm de ser preparadas para o plano de uma federação democrática estável.

As normas internacionais de todas as áreas do conhecimento permitem concentração nacional e harmonização das relações exteriores. Nesta homogeneização, o país, com suas prioridades definidas, tem de estar preparado para as possíveis mudanças em postos de trabalho que a adaptação impulsiona e as suas consequências futuras nas contas públicas. Defendendo os interesses da democracia sem excessos, desencadeará medidas que favorecem a prática econômica seguindo novas práticas e algumas divergências talvez precisem de contenção. A população deve ser atendida pelos canais de comunicação que tiverem disponíveis para o contato com o governo; também pode ser uma força atuante durante a aplicação e amplitude dos procedimentos — nos termos explicitados no trabalho — e se faz necessário o tempo

necessário à adaptação de mudanças de longo prazo. A efetiva aplicação de tais medidas pode vir a revelar inconsistências, alterando a percepção de uma situação econômica dada, incompatível com a expectativa inicial. Países adeptos desta forma de governo possivelmente fornecem exemplos históricos.

Se os resultados ainda não são um ideal para os habitantes, o país escolhe quem governa, dentre os capazes; a tolerância com a diversidade étnica e religiosa dos diversos estados obteve progresso no âmbito federal — uma solidariedade nacional, como evidenciado pelos conflitos passados e os vivenciados nos dias de hoje, ainda percorrerá uma longa jornada. Os aspectos macroeconômicos, principais fatores de atenção para cumprir metas e manter uma solidariedade regional, não serão sustentáveis numa população que não vive dessa estabilidade no território. É importante não compartilhar os desafios de segurança do país com os vizinhos, o possível novo mercado nigeriano. As administrações fortalecendo-se mutuamente nos acordos pactuados do bloco pelo combate das travas para a padronização que posicionam para possibilitar as trocas econômicas sustentáveis é um assunto importantíssimo. Apenas passar as competências a terceiros e não tratar das causas dos males nacionais e da sua segurança não resolverão ou servirão de base para o futuro — no melhor dos casos, terá resultados que a população sente apenas parcialmente. Também não atuarão em direitos humanos, poder de compra e valorização das funções racionalmente realizadas, mantenedores da estrutura do capitalismo.

A democracia em regiões que não tiveram as mesmas bases, o caso nigeriano, obrigatoriamente trará consigo os pontos em falta que outros países possuem ou o choque normal de interesses e práticas. A política bem planejada pode levar em conta as variáveis a seu favor para prever onde ocorrerão as manifestações que desagradam a população, de acordo com as demandas que não foram atendidas a fim de contornar problemas de maior escala, na consideração do que é melhor para os próprios envolvidos. No exterior, os encontros interestatais, nos locais planejados para tal, acalmam os ânimos através do diálogo entre as nações.

Vistas as informações, extrai-se que a violência generalizada talvez seja de interesse apenas dos envolvidos e a maioria das outras administrações governamentais estarão concentradas em seus problemas e não haverá auxílio além daquele que mantenha os conflitos estancados até certa medida, dentro dos seus interesses capitalistas. O excesso de exposições à violência e tensão foi passado adiante pelas gerações anteriores e têm a prioridade da atenção internacional reduzida no seu combate. As transferências dos conhecimentos e práticas da sociedade para as gerações mais novas, como essas são percebidas e afetam as vidas dos

indivíduos e dos grupos de um país é futuro tópico para próxima pesquisa sociologicamente direcionada.

Dando prosseguimento na realidade nigeriana, é preciso não apenas penetrar na sociedade nigeriana com a atuação estatal, mas fornecer condições físicas e mentais à população para ser percebida a sua diferença positiva nas suas vidas, benefícios que diminuem a dificuldade em ficar vivo ou da dependência dos seus familiares — em número crescente — para desfrutar de tempo livre para si; para poder participar como cidadãos, fazerem a economia funcionar, de acordo com as leis federais, e fazer jus à sua futura posição de uma das maiores economias do mundo — não apenas por número populacional que consome a subsistência, mas por trabalho produtivo. Em caso de negativa, a população seguirá na segregação das instituições mesmo sob a forma democrática; ainda como peça no jogo internacional e dependente dos preços do petróleo e da continuidade de suas vendas. A infraestrutura do sul continuará mantendo as aparências da economia nigeriana, afetada cada vez mais pelas mudanças climáticas por todo o território.

Os direitos humanos e do ambiente são peça-chave para o capitalismo, uma via de estabilidade que mantém um mínimo para o seu funcionamento dentro da democracia, defendendo os habitantes e seus bens adquiridos. Esses, em união com as boas relações comerciais, são uma alternativa de manter a paz interna ao passo que guerras de larga escala ficam mais distantes e as atenções principais passam a ser as próprias nações, de acordo com os interesses da estabilidade capitalista internacional.

O sistema econômico manterá o desenvolvimento e o incentivo nas mais diversas áreas, inclusive em indústrias antigas que ainda movimentam suas economias; dificultam o estabelecimento de um império democrático sem fluxos de capitais, porém é polissegmentário — fica a cargo da Nigéria ser atrativa aos olhos estrangeiros, além do petróleo ou outro desastre que desvia a atenção internacional. O proveito real de alguns investimentos será a educação que gerações anteriores presenciaram, enquanto outras práticas danosas podem ser descartadas considerando a sua utilidade social pela aplicação de novos referenciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDULRAHMAN, Dejo Adepoju. Colonialism, Development Paths, Globalization and Social Inequality: The Sources of Social Conflict in Nigeria. *In*: ONI, Duro; GUPTA, Suman; OMONIYI, Tope; ADEGBIJA, Efurosibina; AWONUSI, Segun (ed.). **Nigeria and Globalization: Discourses on Identity Politics and Social Conflict**. 1. reimpressão. Lagos: Centre for Black and African Arts and Civilization (CBAAC), 2008. p. 291-326.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP. **Nigeria: Policy Options for Accelerated Economic Transformation and Job Creation**. 79 p. 2019. Disponível em: <https://www.afdb.org/en/documents/country-diagnostic-note-nigeria-policy-options-accelerated-economic-transformation-and-job-creation>. Acesso em: 20 nov. 2020.

AKO-NAI, R.I. The Politics of “Marginalization” in Nigeria: Challenges of the 4th Republic. *In*: ONI, Duro; GUPTA, Suman; OMONIYI, Tope; ADEGBIJA, Efurosibina; AWONUSI, Segun (ed.). **Nigeria and Globalization: Discourses on Identity Politics and Social Conflict**. 1. reimpressão. Lagos: Centre for Black and African Arts and Civilization (CBAAC), 2008. p. 371-387.

AZEEZ, Ademola. The Dynamics of Ethnic Politics and Democratic Consolidation in Nigeria: A Prognosis. *In*: ONI, Duro; GUPTA, Suman; OMONIYI, Tope; ADEGBIJA, Efurosibina; AWONUSI, Segun (ed.). **Nigeria and Globalization: Discourses on Identity Politics and Social Conflict**. 1. reimpressão. Lagos: Centre for Black and African Arts and Civilization (CBAAC), 2008. p. 327-342.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL E AGRICULTURA (Etiópia). Relatório de balanço referente a 2017 apresentado à Assembleia na União Africana: Destaques do comércio intra-Africano de produtos agrícolas de base e de serviços: Riscos e Oportunidades. **União Africana**. 2018. 140 p. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/newsevents/reports/33640-rp-33640-wd-full_br_report_por.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. *In*: GIANNOTTI, José Arthur (org.). **Coleção Os Pensadores**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 23-70.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. *In*: GIANNOTTI, José Arthur (org.). **Coleção Os Pensadores**. Tradução Margarida Garrido Esteves. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 71-161.

FAKIYESI, Tayo. Globalization and Privatization or Demonopolization: Socio-Economic and Political Challenges of Policy Resolution of Development Conflicts in Nigeria. *In*: ONI, Duro; GUPTA, Suman; OMONIYI, Tope; ADEGBIJA, Efurosibina; AWONUSI, Segun (ed.). **Nigeria and Globalization: Discourses on Identity Politics and Social Conflict**. 1. reimpressão. Lagos: Centre for Black and African Arts and Civilization (CBAAC), 2008. p. 389-403.

HER MAJESTY'S STATIONERY OFFICE (Inglaterra). **NIGERIA**. Londres: H.M. Stationery Office, 1920. 82 p. Disponível em: <https://dl.wdl.org/11944/service/11944.pdf>. Acesso em: 31 out. 2020.

HOBBSAWM, Eric J. Quem é quem e as incertezas da burguesia. *In*: HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios**, 1875-1914. 13. ed. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2010. p. 293-296.

HUME, David. **Investigação Acerca do Entendimento Humano**. 2. ed. São Paulo: Editora Escala. 2012. 204 p.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Curbing Violence in Nigeria (III)**: Revisiting the Niger Delta, Africa Report N°231. 2015. 27 p. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/file/489/download?token=lfwi-B6Q>. Acesso em: 21 jun. 2017.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Nigeria**: The Challenge of Military Reform, Africa Report N°237. 2016. 28 p. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/file/881/download?token=MGzbh1OB>. Acesso em: 21 jun. 2017.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Nigeria**: Women and the Boko Haram Insurgency, Africa Report N°242. 2016. 28 p. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/file/4073/download?token=7DZPTmsi>. Acesso em: 21 jun. 2017.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Watchmen of Lake Chad**: Vigilante Groups Fighting Boko Haram, Africa Report N°244. 2017. 31 p. Disponível em: https://www.crisisgroup.org/file/4452/download?token=uqh_Pszc. Acesso em: 21 jun. 2017.

IWARA, A.U. Identity Politics, Globalization and Socio-Political Engineering in Nigeria. *In*: ONI, Duro; GUPTA, Suman; OMONIYI, Tope; ADEGBIJA, Efurosibina; AWONUSI, Segun (ed.). **Nigeria and Globalization**: Discourses on Identity Politics and Social Conflict. 1. reimpressão. Lagos: Centre for Black and African Arts and Civilization (CBAAC), 2008. p. 19-36.

MINISTRY OF BUDGET & NATIONAL PLANNING (Nigéria). **ECONOMIC RECOVERY & GROWTH PLAN 2017-2020**. 2017. 140p. Disponível em: <https://nipc.gov.ng/wp-content/uploads/2019/01/Economic-Recovery-Growth-Plan-2017-2020.pdf#viewer.action=download>. Acesso em: 04 nov. 2020.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **Do Espírito das Leis**. Série Ouro 9. 1. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Editora Martin Claret, 2010. p. 17-348.

NIGERIAN INVESTMENT PROMOTION COMMISSION (Nigéria). **Nigeria Industrial Revolution Plan**. 2014. 98 p. Disponível em: <https://nipc.gov.ng/wp-content/uploads/2019/03/nirp.pdf#viewer.action=download>. Acesso em: 04 nov. 2020.

NIGERIAN INVESTMENT PROMOTION COMMISSION (Nigéria). **Nigeria Investment Guide January 2020**. 2020. 45 p. Disponível em: https://nipc.gov.ng/wp-content/uploads/2020/02/NIPC-Guide_Web-Jan-2020.pdf?. Acesso em: 04 nov. 2020.

OJO, Emmanuel O. The Military And The Challenge Of Democratic Consolidation In Nigeria: Positive Skepticism And Negative Optimism. **Centre of Military and Strategic**

Studies. 2014. 29p. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiYr->

[PmxfbsAhVLMt8KHaUQCi4QFjACegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fjms.org%2Farticle%2Fdownload%2F58136%2F43745&usg=AOvVaw1b3x0ZxO5uOB065yymnye-](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiYr-PmxfbsAhVLMt8KHaUQCi4QFjACegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fjms.org%2Farticle%2Fdownload%2F58136%2F43745&usg=AOvVaw1b3x0ZxO5uOB065yymnye-). Acesso em: 09 nov. 2020.

OBI, Cyril; OKWECHIME, Iwebunor. Globalization and Identity Politics: The Emerging Patterns of Inter-ethnic Relations in Nigeria's Niger Delta. *In*: ONI, Duro; GUPTA, Suman; OMONIYI, Tope; ADEGBIJA, Efurosibina; AWONUSI, Segun (ed.). **Nigeria and Globalization: Discourses on Identity Politics and Social Conflict**. 1. reimpressão. Lagos: Centre for Black and African Arts and Civilization (CBAAC), 2008. p. 343-369.

OLOKUSHI, Adebayo O. Economy and Politics in the Nigerian Transition. **African Association of Political Science**. 2000. 24p. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/9322/f9e1887902d26034c2b1fbcf1e0ba6a5fbab.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2020.

SHANGQUAN, Gao. Economic Globalization: Trends, Risks and Risk Prevention. **CDP Background Paper No. 1 ST/ESA/2000/CDP/1**. 2000. 8p. Disponível em:

https://www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/cdp_background_papers/bp2000_1.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

UN GENERAL ASSEMBLY. **New Urban Agenda A/RES/71/256**. 2017. 29 p. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/71/256>. Acesso em: 23 set. 2019.

UN OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS. **Nigeria Northeast: Humanitarian Overview (May 2017)**. 2017. 16 p. Disponível em:

http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Nigeria_SuperHRP_2017-Photo-Web.pdf. Acesso em: 21 jun. 2017.

UNITED NATIONS. Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. *In*: **Anais Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano**. 1972. 6 p. Disponível em:

<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2167.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. **ECOWAS AT 40: AN ASSESSMENT OF PROGRESS TOWARDS REGIONAL INTEGRATION IN WEST AFRICA**. 2015. 138 p. Disponível em:

https://www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/uneca_ecowas_report_en_web_v2.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. 7 p. Disponível em:

https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução Regis Barbosa, Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica Gabriel Cohn. 4. ed. 3. reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. 464 p. Volume 2.

WORLD BANK GROUP. **NIGERIA ON THE MOVE: A JOURNEY TO INCLUSIVE GROWTH**. 2019. 150 p. Disponível em:
<http://documents1.worldbank.org/curated/en/891271581349536392/pdf/Nigeria-on-the-Move-A-Journey-to-Inclusive-Growth-Moving-Toward-a-Middle-Class-Society.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2020.

WORLD SUMMIT ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT. The Johannesburg Declaration on Sustainable Development. **European Commission**. 2002. 5 p. Disponível em:
https://ec.europa.eu/environment/archives/wssd/documents/wssd_pol_declaration.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.